



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Intervenção na Zona Ribeirinha Pousada de Barcelos

Andreia Filipa Cardoso Enes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(ciclo de estudos integrados)

Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias

Covilhã, Outubro de 2013

Ao avô Raimundo

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Neves Dias, orientador desta dissertação, pela dedicação, pela disponibilidade e apoio que prestou ao longo deste trabalho.

Ao Vereador Dr. Carlos Brito pela proposta que deu nome ao meu trabalho de fim de curso.

À minha família, que me apoiou e tornou este sonho uma realidade.

Aos amigos, principalmente àqueles que me apoiaram incondicionalmente nas fases mais difíceis e que foram os melhores companheiros neste percurso académico.

Resumo

Esta dissertação consiste numa intervenção na Zona Ribeirinha de Barcelos, junto ao Rio Cávado. Surge em resposta ao programa proposto pela Câmara Municipal de Barcelos, com o intuito de promover a reabilitação da área ribeirinha em actual estado de degradação e praticamente inutilizada.

O programa propõe uma intervenção ao nível da regeneração de toda a área, incidindo nos espaços verdes já existentes, propondo zonas de prática desportiva, lazer e de eventos culturais de forma a dinamizar o local, integrando-o na malha urbana. A intervenção inclui também um projecto de reabilitação do edifício do departamento de obras da Câmara Municipal, adjacente à zona ribeirinha. Assim como toda a zona a intervir, este apresenta também sinais de degradação. Neste contexto, o programa propõe a sua reabilitação e reconversão numa pousada.

Neste sentido, a presente dissertação inicia-se por uma recolha e análise do desenvolvimento das zonas ribeirinhas, com o intuito de delinear estratégias a considerar no caso de estudo. Paralelamente, é feito um levantamento sobre a origem e panorama actual das Pousadas de Portugal, incidindo o estudo sobre os casos que resultam de reabilitação, evidenciando as vantagens e mais-valias deste tipo de intervenções.

Numa análise geral, estes espaços, são caracterizados por extensas áreas de zonas verdes e por edifícios de valor histórico, que carecem, na maioria dos casos, de manutenção ou mesmo de intervenções profundas para poderem ser usufruídos adequadamente. Estas zonas ribeirinhas são, actualmente, espaços muitas vezes esquecidos, prejudicados pela crescente degradação paisagística, quando podiam assumir-se como espaços de valor social, ambiental e com potencialidades económicas, constituindo por isso uma mais-valia para a cidade.

Por fim, é apresentada uma proposta de projecto de requalificação da zona ribeirinha em estudo de forma a responder a todas as exigências do programa, tanto ao nível dos espaços verdes como do edificado. O projecto pretende, não só dinamizar a zona ribeirinha de Barcelos, como estimular o turismo da cidade.

Palavras-chave

Reabilitação, Zona Ribeirinha, Espaços Verdes, Pousada

Abstract

This work consists of an intervention in the Riverside area of Barcelos, by the Cávado River. It comes in response to the program proposed by the Municipality of Barcelos in order to promote the rehabilitation of the riverside area which is in a current state of disrepair and largely unused.

The program proposes an intervention to regenerate of the whole area, focusing on the existing green spaces, proposing sport and leisure areas and cultural events in order to streamline the site as well as integrating it into the urban fabric. The intervention also intends to provide a project to rehabilitate existing buildings, specifically the building currently used as the department of the Municipal Works, adjacent to the waterfront. As the whole area to intervene, this building also presents signs of degradation. In this context the program proposes the rehabilitation and conversion into an inn.

In this sense, this thesis begins with the recollection and analysis of the development of riverside zones in order to devise strategies to consider in the case study. In parallel, a survey of the origin and current landscape of the Portuguese inn's, focusing the study on instances resulting of rehabilitation, highlighting the advantages and gains of such interventions.

In overview, these spaces are characterized by extensive green areas and buildings of historical value, which require, in most cases, maintaining, or even major intervention in order to be adequately used. These riverside zones are currently spaces often forgotten, hurt by rising landscape degradation, they could take value as spaces for social , environmental and economic potential and therefore an asset to the city .

Finally, it's presented a project proposal for the redevelopment of the waterfront question trying to meet all requirements of the program, both in terms of green spaces and the buildings. The project which hopes not only boost the riverside area of Barcelos but to also stimulate tourism in the city.

Keywords

Rehabilitation, Riverside Area, Green Spaces, Inn

Índice

Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Relevância temática	1
1.2. Objectivos	2
1.3. Metodologia.....	2
1.4. Estrutura	3
Capítulo 2 O rio e a cidade	5
2.1. O binómio	5
2.2. O desenvolvimento das cidades com o rio	6
2.3. Tipos de morfologia da relação rio-cidade	10
2.3.1 A posição da cidade no curso do rio	12
Capítulo 3 As zonas ribeirinhas	17
3.1. A reabilitação das zonas ribeirinhas.....	17
3.2. Princípios de intervenção em zonas ribeirinhas	18
3.2.1. Conservação e preservação	18
3.2.2 Recuperação e restauro.....	19
3.2.3. Reabilitação.....	19
3.2.4. Valorização.....	20
3.2.5. Integração	20
3.3. Condicionantes de intervenção em zonas ribeirinhas	20
3.3.1. REN	22
3.3.2. RAN	22
3.3.3. Domínio público hídrico e zonas adjacentes	23
Capítulo 4 Estrutura não edificada Estrutura ecológica	25
4.1. Requalificação dos espaços verdes	25
4.2. A necessidade e o tipo de uso dos espaços verdes.....	26
4.3. Tipologia dos espaços verdes	31
4.3.1. Tipologias do espaço exterior	32
4.3.2. Tipologia dos limites do espaço exterior	33
4.4. Evolução da Consciência ambiental	34
4.5. Valores ecológicos e paisagísticos	38
4.5.1. Valores ecológicos	38
4.5.2. Valores paisagísticos	40
Capítulo 5 Estrutura edificada Reabilitação	43

5.1. Estrutura edificada, a intervenção no edificado	43
5.2. A importância de reabilitar o construído	44
5.3. Problemas no processo de reabilitação	45
5.4. Origem das pousadas	46
5.5. Três exemplos de pousadas	49
5.5.1. Pousada de D. Dinis	50
5.5.3. Pousada de Santa Marinha da Costa	53
5.5.3. Pousada de Santa Maria do Bouro	56
Capítulo 6 Estratégias e proposta de intervenção	59
Estratégias e Proposta de intervenção	59
6.1. Estratégias de qualificação de desenvolvimento	59
6.2. Estudo da área de intervenção	60
6.2.1. Caracterização da área de estudo- situação actual	60
6.2.2. Enquadramento geral da área de intervenção	61
6.2.2. Enquadramento do PDM estudo do ordenamento	62
6.2.4. Enquadramento o PDM Estudo de condicionantes	64
6.3. Proposta de intervenção na Zona ribeirinha	65
6.3.1. Metodologia adoptada e conteúdo programático	65
6.3.2. Intervenção na zona ribeirinha	66
6.3.3. Conceito	69
6.3.4. Materiais	71
6.4. Pousada de Barcelos	71
6.4.1. Intervenção no existente	71
6.4.2. Conteúdo programático	73
6.4.3. Materiais	78
Conclusão	81
Bibliografia	85
Anexos Peças desenhadas	

Lista de Figuras

- Figura 1- Representação do dilúvio por Francis Danby 1840 7
Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-03aGTaiLElM/TZVn79tT2BI/AAAAAAAAAC64/ktYrBunTjM0/s1600/Danby-deluge.jpg>
Data: Outubro de 2013
- Figura 2- Calendário agrícola do uso do solo no Vale do Nilo 7
Fonte: SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p.59
Data: Março 2013
- Figura 3- Estudo para a regularização de um Rio por Leonardo Da Vinci..... **Erro! Marcador não definido.**
Fonte: SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p.21
Data: Março 2013
- Figura 4- Rio Tietê, São Paulo, um dos rios mais poluídos do mundo..... 9
Fonte: <http://www.rototal.com.br/lerNoticias.php?news=3570>
Data: Setembro 2013
- Figura 5- Rio Isar na cidade de Munique, após projecto de renaturalização..... 9
Fonte <http://www.vertiente.mx/2012/01/26/rio-isar-en-munich/>
Data: Outubro 2013
- Figura 6 - Sistema de cidades fluviais em Portugal continental 10
Fonte SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p.52
Data: Março 2013
- Figura 7- Posição da cidade no curso do rio..... 12
Fonte: SARAIVA, M^a da Graça, Cidades e rios, perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 57
Data: Abril 2013
- Figura 8- Tipos de relação cidade-rio/acesso 14
Fonte: SARAIVA, M^a da Graça, Cidades e rios, perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 60
Data: Abril 2013
- Figura 9- Posição do atravessamento da cidade pelo rio..... 15
Fonte: SARAIVA, M^a da Graça, Cidades e rios, perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 64
Data: Março 2013
- Figura 10- Expo 98, Lisboa 17
Fonte: <http://www.parqueexpo.pt/>
Data: Setembro 2013
- Figura 11- Esquema indicativo da largura das margens 23
Fonte: Extraído de SARAIVA, O Rio como Paisagem, 1999, p.150
Data: Março 2013

Figura 12- Tipologia do espaço exterior	33
Fonte: MAGALHÃES, Manuela; A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade, 2001, p.439	
Data: Junho 2013	
Figura 13- Tipologia dos limites dos espaços exteriores	34
Fonte: MAGALHÃES, Manuela; A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade, 2001, p.439	
Data: Junho 2013	
Figura 14- Acidente Nuclear em Chernobyl	35
Fonte: http://www.turistamalemolente.com.br/acidente-de-chernobyl-resumo-para-trabalho	
Data: Outubro de 2013	
Figura 15 - Esquema da Pousada D.Dinis	51
Fonte: VENDA, Cátia; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, anexo ficha nº3	
Data: Junho 2013	
Figura 16- Pousada D. Dinis	52
Fonte: VENDA, Cátia; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, anexo, ficha nº3	
Data: Junho 2013	
Figura 17- Esquema da Pousada Sta. Marinha da Costa.....	54
Fonte: VENDA, Cátia; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, anexo, ficha nº4	
Data: Junho 2013	
Figura 18- Plantas da Pousada	55
Fonte: DGEMN	
Data: Julho 2013	
Figura 19 - Pousada Sta. Marinha da Costa.....	55
Fonte: VENDA, Cátia; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, anexo, ficha nº5	
Data: Julho 2013	
Figura 20- Esquema da Pousada de Sta. Maria do Bouro	57
Fonte: VENDA, Cátia; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, anexo, ficha nº5	
Data: Julho 2013	
Figura 21 - Plantas da Pousada	58
Fonte: DGEMN	
Data: Julho 2013	
Figura 21 - Pousada de Santa Maria do Bouro	58
Fonte: Autora	
Data: Agosto 2013	
Figura 23 - Planta de Ordenamento do Território	63
Fonte: Autora	
Figura 24 - Planta de Condicionantes	64
Fonte: Autora	

Figura 25 - Estudo dos percursos existentes.....	69
Fonte: Autora	
Figura 26 - Propostas de Implantação	70
Fonte: Autora	
Figura 27 - Processo de reabilitação do edifício - Proposta	72
Fonte: Autora	
Figura 28 - Esquema de distribuição de funções	75
Fonte: Autora	

Lista de Tabelas

Quadro 1 - Papel acumulado dos espaços verdes ao longo dos tempos. 31

Fonte: Extraído de VELHO, Sara Isabel Pinheiro; O efeito dos espaços verdes no conforto bioclimático. Os Jardins de Serralves, 2012, p.34

Quadro 2- Síntese de medidas técnicas, não-estruturais e estruturais no âmbito da engenharia biofísica, a considerar numa estratégia de requalificação de corredores fluviais 40

Fonte: Extraído de SARAIVA, O Rio como Paisagem, 1999, p.191-192

Quadro 3- Síntese dos principais factores considerados na percepção, avaliação e preferência de paisagens fluviais 41

Capítulo 1

Introdução

1.1. Relevância temática

Se o rio, nos primórdios foi o factor determinante para a origem e crescimento das cidades, após a revolução industrial, as práticas urbanas negligenciaram e esqueceram a importância de manter uma relação de proximidade da paisagem urbana com este recurso natural. Consequentemente, as zonas ribeirinhas tornam-se lugares cada vez mais ignorados e desintegrados da cidade, fazendo com que a comunidade deixe de manter qualquer tipo de contacto, permitindo a sua degradação e abandono. Estas práticas reflectem-se também ao nível da imagem urbana, pois a falta de contacto com ambientes naturais, tornam a vida da cidade muito mais pesada e negativa e as pessoas centram-se mais no seu interior e não usufruem dos locais ribeirinhos.

Face a esta problemática, as soluções urbanísticas têm-se baseado em privilegiar propostas de intervenção urbana ao nível da estrutura edificada em detrimento da estrutura ecológica. Assim, as zonas ribeirinhas que correspondem às zonas da cidade que são atravessadas por cursos de água, são frequentemente separadas do conjunto da cidade.

Por outro lado, com a criação dos Planos Directores Municipais, assim como a legislação sobre a estrutura ecológica, foi dada a relevância e a oportunidade de se definirem medidas projectuais em prol da integração e valorização dos recursos naturais através de projectos urbanos. Manuela Magalhães, relativamente a este tema defende que “importa sublinhar que as linhas de água, bem como as zonas adjacentes, constituem elementos da paisagem com potencialidades únicas para a criação de locais de lazer e a requalificação das áreas de expansão urbana”¹.

Assim pode-se afirmar que a paisagem urbana é composta pela estrutura ecológica e pela estrutura edificada. A estrutura ecológica é composta pela paisagem natural, pelos seus recursos e elementos vegetais que devem ser valorizados e integrados no meio da urbe e a estrutura edificada é composta pela paisagem cultural e arquitectónica.

Relativamente à paisagem arquitectónica, também deve ser preservada e reabilitada para que as marcas das gerações passadas permaneçam sempre presentes.

Surge então o tema da reabilitação, como instrumento para assegurar a manutenção da memória. A memória de um passado que importa transpor para o futuro. Apesar de, por vezes a reabilitação também implicar a reconversão de usos, este processo possibilita a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade actual. As pousadas são um exemplo deste tipo de intervenções, em que o contemporâneo integrasse com o passado sem

¹ MAGALHÃES, Manuela Raposo *A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*, 2001, p. 428

o desintegrar, mantendo a sua história sempre presente. No presente caso de estudo, a realização de uma pousada num edifício com serviços municipal, surge por parte da Camara Municipal, com o intuito de desenvolver instalações de hotelaria para acolher os turistas, a fim dinamizar o turismo local.

Assim, a reabilitação recai sobre um antigo edifício e a zona ribeirinha envolvente, criando um novo espaço de interesse, atractivo para os cidadãos e para quem os visita.

Neste contexto, o objectivo central desta dissertação é apresentar soluções através de uma intervenção urbana, no sentido de reabilitar e integrar a estrutura edificada e a estrutura ecológica. A estrutura edificada refere-se ao edifício da Casa do Rio de Barcelos, edifício adjacente ao espaço em que se insere a referida estrutura ecológica, a zona ribeirinha de Barcelos. Estes são os dois pontos principais de intervenção, que terão como função se integrarem entre si e com a cidade e os seus habitantes.

1.2. Objectivos

A dissertação incide sobre uma proposta de reabilitação da Zona ribeirinha de Barcelos e do edifício da Casa do rio, tendo como objectivos:

- Desenvolver competências para elaborar um projecto de requalificação, reabilitação e de reconversão de usos;
- Identificar os principais problemas e necessidades da cidade e respectivos condicionalismos à edificação na zona ribeirinha;
- Procurar soluções e estratégias que contribuam para o desenvolvimento da zona ribeirinha, assim como para a boa qualidade de vida de quem frequentará;
- Desenvolver um projecto que vise o desenvolvimento do turismo local.

1.3. Metodologia

A metodologia utilizada nesta Dissertação teve sempre presente o propósito de elaborar um Projecto de Reabilitação da zona ribeirinha de Barcelos e da Casa do Rio.

Assim, a primeira fase refere-se à pesquisa bibliográfica, que pretende dar soluções para eventuais questões que podem surgir durante o desenvolvimento do projecto. Esta fase direcciona-se para a pesquisa de livros, teses, artigos, projectos que sejam referentes ao tema, ou que contribuam para uma melhor compreensão do mesmo.

A segunda fase é determinada pela recolha de dados relativos ao local em análise, como a recolha cartográfica do local, e a análise de regulamentos referentes à zona ribeirinha, tais como o Plano Director Municipal.

Na terceira fase será feito um levantamento in loco, com fotografias e fichas de análise, de forma a perceber e documentar o ponto de situação da reabilitação daquela zona, e preencher lacunas ou corrigir informação recolhida na fase anterior, evitando discórdias entre a realidade e a sua representação.

A quarta fase destina-se à análise e observação de exemplos já estudados de casos existentes, e desenvolvimento de ideias para uma futura proposta, tendo em conta os problemas e dificuldades a solucionar.

No âmbito projectual, na última fase, apresenta-se a proposta de reabilitação urbana aplicada à zona ribeirinha de Barcelos, com a proposta para os espaços verdes e a Pousada.

1.4. Estrutura

Estruturalmente pretende-se estabelecer um encadeamento de ideias, que se vão desenvolvendo em consonância com o desenrolar do tema da dissertação. O estudo organiza-se segundo duas partes principais, sendo estas o enquadramento teórico e o prático.

O enquadramento teórico, capítulo 2, baseia-se no estudo relativamente à importância e ao tipo de relações que serão levadas em consideração para a realização do projecto prático, tendo como principais pontos a relação da cidade com o rio, a importância dos espaços verdes e das zonas ribeirinhas, a importância da reabilitação de edifícios e casos de estudo aplicados às pousadas. É abordada a relação do binómio a cidade e o rio, o desenvolvimento das cidades com o rio ao longo dos tempos e o tipo de morfologia da relação rio-cidade conforme a sua localização/posição.

No capítulo 3, incide sobre as zonas ribeirinhas na cidade, o seu enquadramento na cidade, a reabilitação de zonas Ribeirinhas, os princípios de intervenção e as condicionantes de intervenção em zonas ribeirinhas.

O capítulo 4 recai sobre a estrutura não edificada, onde aborda a requalificação dos espaços verdes, a necessidade e o tipo de uso dos espaços verdes, a sua tipologia, a evolução da consciência ambiental, e os valores ecológicos e paisagísticos

O capítulo 5 refere-se à estrutura edificada, onde são abordados os temas sobre a intervenção no edificado, a importância de reabilitar o construído, os problemas no processo de reabilitar, a origem das pousadas, e o estudo de três exemplos de pousadas.

Por fim, o capítulo 6 é o culminar do estudo feito nos capítulos anteriores onde são aplicados os conhecimentos adquiridos na proposta de projecto de reabilitação da zona ribeirinha e pousada de Barcelos. Neste capítulo abordam-se estratégias de qualificação de desenvolvimento e o estudo da área de intervenção, com análise das características do local assim como o seu enquadramento no PDM.

Por conseguinte, no enquadramento prático resulta o projecto de execução, quer da zona ribeirinha geral, quer da Pousada em particular, antecedida de um estudo diagnóstico

onde são estudados os pontos fortes do local que devem ser mantidos e reabilitados, e os pontos fracos urgentes de uma intervenção adequada ao projecto.

Como resultados esperados, pretende-se com esta dissertação desenvolver competências para elaborar um projecto de requalificação, reabilitação e de reconversão de usos para a Zona Ribeirinha de Barcelos, procurando soluções que contribuam o desenvolvimento deste local assim como para a boa qualidade de vida de quem frequentará.

Procura-se desenvolver um projecto que vise o desenvolvimento do turismo local dinamizando também espaços à beira rio, classificados como paisagens naturais.

Capítulo 2

O rio e a cidade

No presente capítulo pretende-se esclarecer a relação do rio e da cidade. Numa primeira parte desenvolve-se o binómio existente e a relação de dependência mutua. Seguidamente, uma abordagem retrospectiva desta mesma relação em diferentes fases desde os primórdios. Por fim, de forma mais descritiva, a sua relação quanto ao posicionamento das cidades face ao rio. O objectivo é perceber os diferentes contextos que já existiram neste binómio e de que forma eles se relacionam num contexto mais físico.

2.1. O binómio

“Cidades e rios têm uma longa história de geografias comuns, de relações de conveniência cujas origens se cruzam e que potenciam benefícios para as sociedades que deles dependem.”²

Desde os primórdios, os rios desempenham um papel determinante no surgimento da sociedade humana, sendo um dos principais factores para a sua fixação no território e marcam presença em todas as etapas da evolução da humanidade. As cidades foram fundadas à margem de rios ou próximas destes, ocupando locais marcantes ao longo do percurso, tais como esporões rochosos na convergência de rios, meandros, colinas elevadas ao rio, ilhas ou localizações próximas da foz.

São várias as razões que levaram as cidades a fixarem-se e expandindo-se junto a rios e frentes de água. “O comércio, a defesa, as comunicações e o aproveitamento dos recursos de água para múltiplas finalidades, são as principais razões, isto é, são as valências e benefícios dos quais a cidade pode usufruir devido à sua proximidade”³.

Assim, este valor do rio como promotor da aglomeração humana e gerador de sedentarismo, deve-se à importância fundamental que a água doce representou para o sucesso de actividades agrícolas, industriais ou até comerciais, tendo recentemente perdido a sua importância.

Por sua vez, as cidades usufruem do rio como um espelho de projecta a paisagem, que vinca os valores de identidade e de simbolismo, que marca uma forte mas nem sempre pacífica relação. Os rios, ao atravessarem as cidades, enriquecem-nas quer a nível cultural e patrimonial e contribuem para a diversidade e qualidade da paisagem urbana.

Se, por um lado, o rio oferece valores e benefícios à cidade, por outro lado, representa preocupantes e frequentes problemas, de âmbito ambiental e de ordenamento do território.

² SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 19

³ Idem, p.19

Tais problemas, devido à sua magnitude, influenciam na tendência crescente da expansão urbana. “Questões como o aumento de abastecimento de águas e dos habitats ribeirinhos, a impermeabilização crescente dos solos e o aumento do risco de cheia e inundações, são problemas que assumem uma grande importância e complexidade.”⁴

Assim, no que diz respeito à gestão urbana, a criação de infra-estruturas e o planeamento urbanístico, devem ter em conta visões integradoras que visem minimizar ou solucionar estas dificuldades. Muitas vezes, estes problemas surgem do uso excessivo dos recursos naturais, neste caso dos rios, poluindo e degradando-os.

Assim, surgem questões ambientais e de sustentabilidade urbana que originam novos temas para debate, tais como a “melhoria da qualidade da água, requalificação de frentes ribeirinhas, restauro ou (re) aturalização de rios e ribeiras, qualificação das paisagens urbanas, beneficiação do estado ecológico dos rios e margens através da valorização de aspectos ecológicos, sociais, económicos e estéticos.”⁵

2.2. O desenvolvimento das cidades com o rio

A relação cidade-rio, numa visão retrospectiva, já passou por várias fases ou etapas. Estas reflectem a evolução cultural, ética e filosófica das relações da sociedade com a natureza, neste caso, em particular, com os rios. Esta avaliação proporciona uma compreensão sobre as diferentes formas de como o Homem interveio nas margens ribeirinhas ao longo do tempo. Nas cidades, as intervenções nas margens do rio assumem, em geral, um carácter mais intensivo e estrutural, em função de vários factores. As elevadas densidades populacionais, as pressões sobre os solos e a segurança das populações são factores a ter em conta perante os riscos já enumerados, nomeadamente a protecção contra as cheias.

Para ilustrar a evolução da relação entre a cidade e o rio, Saraiva, em 1999, analisou a evolução dos padrões implícitos à relação do Homem com o ambiente. Desenvolvem-se, assim, as várias fases desta relação denominadas por: fase de temor ou sacralização; fase da harmonia e ajustamento; fase de controlo ou domínio; fase de degradação e sujeição; e fase de recuperação e sustentabilidade.

- **Fase de temor ou sacralização**, em que os rios são respeitados pelo Homem devido ao seu carácter mítico e simbólico. “A eles estão associados ritos de purificação, como o baptismo, de perdão, de castigo, de vida e de morte”⁶. Por um lado, o temor era representado com o mito das cheias, referido na Bíblia como o Dilúvio (figura 1). Esta referência é defendida com a acumulação de pecados, em que a subida das águas tem efeito de punição, em que no fim o mundo é purificado e submergem os pecadores. A crença nestes

⁴ SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p.19

⁵ Idem, p. 50

⁶ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p.52

mitos reflecte-se no afastamento, isto é, a implantação da malha urbana afastada dos cursos de água, que se verifica em várias sociedades pré-modernas.

Por outro lado, a sacralização reflectia-se na crença de fontes saradoras, as metáforas da descida e subida dos rios, a sua travessia. Em diversas religiões e crenças, os cursos de água ou mesmo as nascentes foram atribuídas a invocação de divindades e personagem mitológicas. Deste modo, surgiram as esculturas antropomórficas, como representação simbólica do rio e servindo de inspiração na época renascentista e barroca, para outras esculturas para jardins e praças urbanas.



Figura 1- Representação do dilúvio por Francis Danby 1840

-Fase da harmonia e ajustamento, definida pela relação de mútua convivência, onde as sociedades ribeirinhas revelaram e usufruíram do conhecimento dos ciclos. Aproveitando os benefícios e contingências naturais dos cursos de água, a sociedade desenvolveu formas de adaptação e de ajuste harmoniosos sem provocar grandes variações nos sistemas naturais. “...Tipos de utilização harmónica dos rios ter-se-ão ligado às formas de implantação e relação com os aglomerados urbanos, de aproveitamento da energia para moagem, elevação de águas, abastecimento, pesca, aproveitamento da vegetação ribeirinha e muitas outras. Técnicas e processos tradicionais, desenvolvidos em diversos contextos e épocas, atestam da convivência das sociedades ribeirinhas com os rios, assentes no ajustamento e conhecimento empírico das suas potencialidades”⁷(figura 2)

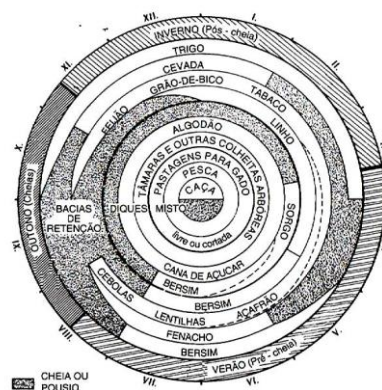


Figura 2- Calendário agrícola do uso do solo no Vale do Nilo

⁷ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p.60

Desta forma, o Homem usufrui das funções e recursos proporcionados pelo rio, tais como, “a água, a energia hidráulica, as localizações estratégicas, os recursos da pesca, a matéria vegetal”⁸ e ainda desfruta da paisagem de grandeza cultural, muitas vezes reproduzida através da pintura em várias épocas e escolas de arte.

-**Fase de controlo ou domínio**, “traduzida na disciplina dos rios, das suas margens, do caudal e da velocidade da corrente, com finalidade de regularizar traçados e regimes, de conduzir as águas contrariando a força da gravidade, de controlar situações extremas, como cheias e inundações.”⁹ Esta fase é designada pela vontade do Homem de querer submeter o rio aos usos e actividades humanas, com o uso dos conhecimentos hidráulicos que tem vindo a desenvolver (figura 3). “Os rios urbanos são intensamente modificados, com desvios de traçados construção de margens elevadas em barreira, alargamentos e rectificação de leitos e ocupação massiva e impermeabilização de leitos de cheia”¹⁰.

Os rios definidos, por Maria da Graça Saraiva, como “vivos” são transformados em canais, que servem para conduzir as águas em excesso, com a maior rapidez, a fim de evitar eventuais cheias, evacuar os afluentes concebidos pela cidade, drenar as zonas insalubres ou proporcionar a navegação quando as condições do caudal o possibilitam.

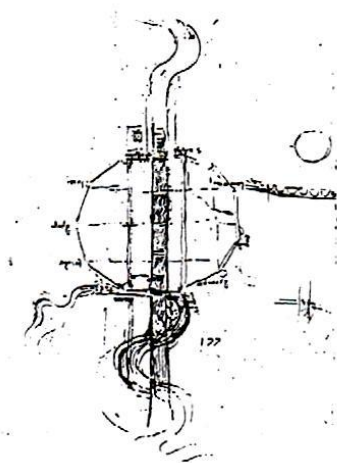


Figura 3- Estudo para a regularização de um Rio por Leonardo Da Vinci

-**Fase de degradação e sujeição**, entendida como o reflexo do intenso desenvolvimento industrial e urbano. Após a revolução industrial, os rios sofreram um grande impacto com a poluição degradação e abandono por parte da sociedade. Se num período anterior, o rio criava uma bela paisagem e bom ambiente, nesta fase ele torna-se desagradável pelo facto de se ter tornado um receptor de esgotos e resíduos, alcançando níveis de contaminação muito elevados (figura 4). Deste modo, as actividades urbanas de maior prestígio afastaram-se das zonas ribeirinhas e foram substituídas por espaços abandonados e degradados. As

⁸ SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p.21

⁹ Idem, p. 21

¹⁰ Idem, p. 21

margens dos rios, agora completamente alteradas, não permitem o desenvolvimento de vegetação ripícola, apenas espécies exóticas ou invasoras e a péssima qualidade da água impossibilita a presença de espécies aquáticas. Toda esta transformação reflecte-se também no aumento do risco de cheias ou inundações, devidos à obstrução e redução dos escoamentos em cursos de água de menor dimensão. Chegado este ponto de degradação, devido à exploração excessiva dos recursos naturais, a recuperação destes espaços revela-se difícil e muito dispendiosa.



Figura 5- Rio Tietê, São Paulo, um dos rios mais poluídos do mundo



Figura 4- Rio Isar na cidade de Munique, após projecto de renaturalização

-Fase de recuperação e sustentabilidade, “A tomada de consciência do valor ambiental, ecológico, cultural, social, económico e simbólico do rio e das zonas ribeirinhas urbanas, levou a uma mudança de atitudes e à valorização destas zonas como espaços de fruição e a uma melhor compreensão das funções e benefícios que representam para a cidade e para o ambiente.” Esta fase defende que os rios devem ser limpos e saudáveis, servindo assim como elemento atractivo para a cidade, com espaços verdes e corredores ecológicos que sustentam habitats e que admitem o lazer e actividades recreativas dos habitantes. Os programas de requalificação das zonas ribeirinhas, são cada vez mais frequentes. Quer a nível até da construção ou de projectos mais naturalistas, estas experiencias são avaliadas e estudadas. O seu grau de sucesso ou insucesso, são exemplos para que as futuras intervenções sejam cada vez mais inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento das novas paisagens das zonas ribeirinhas (figura 5).

2.3. Tipos de morfologia da relação rio-cidade

Para entender a morfologia da relação entre o rio e a cidade, é necessário estudar o sistema de cidades fluviais em Portugal. Trata-se de um estudo desenvolvido pelo projecto RiProCity¹¹ com o objectivo de estudar o sistema de cidades fluviais em Portugal. Para entender esta investigação é necessário explicar algumas definições: o sistema de Cidades Fluviais ou o sistema de cidades com o rio resulta da sobreposição do sistema urbano de Portugal Continental e do sistema de rios, onde os nós de intersecção dos dois sistemas são, naturalmente, as cidades fluviais.

Em Portugal Continental, muitas cidades surgiram com uma relação estreita com o rio e esta influência é bastante vincada, não só através da sua localização ou estrutura urbana, mas também na sua toponímia. Como exemplos, temos Alcobaça que se situa na confluência entre os rios Alcoa e Baça, Águeda partilha o nome com o rio que a atravessa, assim como Vizela ou Rio Maior. Ainda, Miranda é “do” Douro, Ponte do rio Lima, a Ponte “de” Sôr e Santa Comba fica no Dão.

Existe uma grande diferença entre rio e ribeira, designada pela estimativa de caudal, largura do curso de água ao atravessar o centro urbano e área de bacia a montante da cidade, entre outros. Com a figura 6 é possível verificar que a maior concentração de cidades com rio, verifica-se a Noroeste do País e na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe também a maior concentração de população e de cidades, simultaneamente. No Interior Norte e Centro do País e Alentejo, a maioria das cidades não possui rio, mas ribeira.

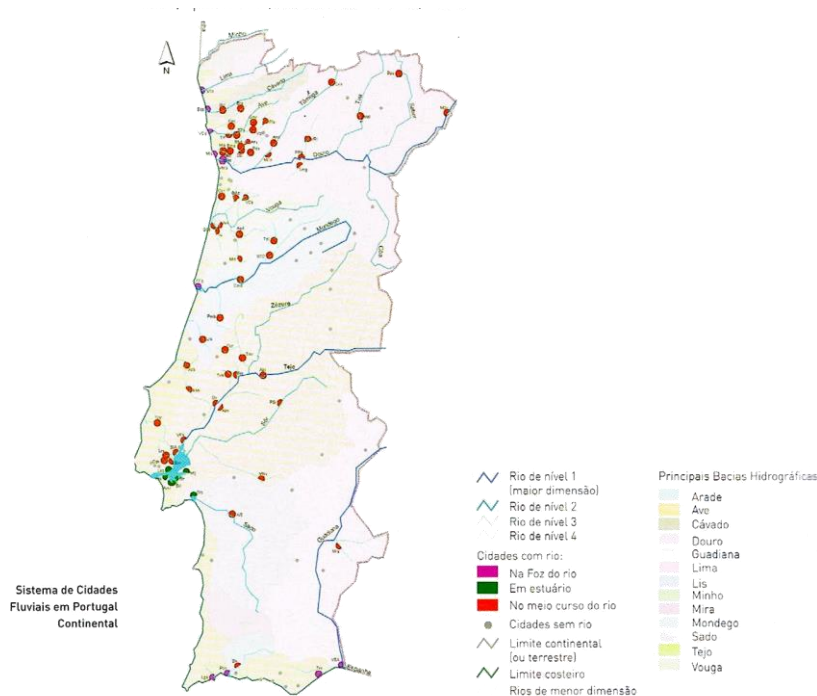


Figura 6 - Sistema de cidades fluviais em Portugal continental

¹¹ RiProCity: acrónimo do Projecto de Investigação “Rios e Cidades, potencial para a sustentabilidade urbana, financiado pela Fundação para a ciência e a Tecnologia, coordenado no Centro de Sistemas Urbanos regionais (CESUR) do I.S.T. e desenvolvido entre 2005 e 2009

Verifica-se que a maior concentração de cidades e população encontra-se junto aos rios. No total de 18 cidades capitais de distrito de Portugal Continental, apenas seis não são cidades fluviais: Faro, situada numa ria; Viseu, Guarda Évora e Portalegre, onde as ribeiras não têm caudal suficiente para ser considerados rio; e Beja, que se encontra numa colina que domina a planície e servia como fortaleza. Analisando todas as localizações e verificando a densidade populacional, é evidente que, pelo menos em certos períodos da história, as redes fluviais influenciaram a estruturação da rede urbana, possibilitando a sua integração à escala regional e nacional.

São 4 os grandes rios ibéricos que dominam o sistema hidrográfico português: Minho, Douro, Tejo e Guadiana. Estes pertencem a bacias hidrográficas vastas, complementado por alguns rios nacionais de grande dimensão, como por exemplo, o Guadiana.

A maioria dos rios atravessa apenas uma cidade, no entanto, o Tejo banha o maior número de cidades fluviais, por exemplo. Em relação a outros rios, o rio Tejo banha 10 cidades, o Douro, o Leça, 4 cidades, entre outros. É ao longo destes rios que se verifica a maior densidade populacional.

De facto, a sazonalidade da presença de planos de água com alguma visibilidade em pequenas ribeiras ou rios de regiões mais secas, pode tornar-se pouco agradável, quando são estabelecidas actividades de lazer no próprio rio ou mesmo nas suas margens, fazendo com que a integração entre o rio e a cidade seja dificultada. Noutras situações, quando se trata de cheias, muitas vezes são inundados espaços construídos, desenvolve-se métodos e comportamentos na tentativa de minimizar a ameaça dos efeitos das cheias, mas que limita ou dificulta acções de melhoramento ambiental e requalificação das margens urbanas.

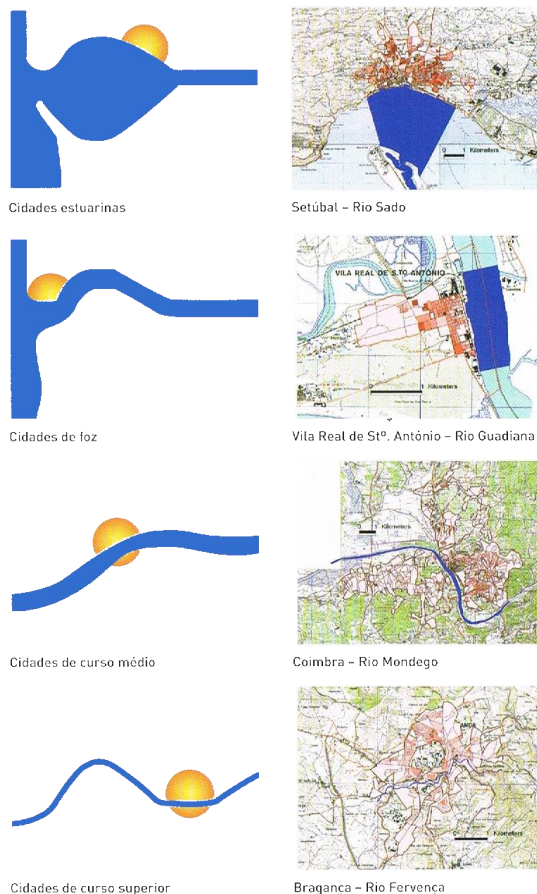
São dois pontos de vista diferentes entre a relação do rio com a cidade. Por vezes, a cidade tenta dominar o rio, na tentativa de se proteger contra possíveis ameaças, tais como as cheias, o que origina, muitas vezes, desastres estrondosos e que perturbam o ciclo natural do rio. Noutros casos, o respeito pelo rio prevalece, em que o ciclo natural é protegido e existe um controlo de expansão urbana nas margens.

A relação rio-cidade, é influenciada pela posição de um em relação ao outro, isto é, o contexto geográfico, assim como a evolução urbanística que se expande ao longo do rio. Assim, tendo em conta estes factores, foi possível estabelecer e caracterizar o tipo e a morfologia das cidades fluviais portuguesas. Apresenta-se de seguida um breve resumo sobre este tipo de relação.

2.3.1 A posição da cidade no curso do rio

Segundo Maria da Graça Saraiva, numa primeira classificação tipológica distinguem-se em 4 grupos:

1. **Cidades estuarinas:** trata-se de cidades perto da foz do rio, em estuários, em que uma margem e outra se distanciam mais que dois quilómetros.
2. **Cidades de foz:** são as cidades situadas na parte inferior do rio, isto é na foz ou perto dela, onde o rio ultrapassa a largura de 200 a 300m.
3. **Cidades de curso médio:** é o grupo onde se enquadra a maior parte das cidades fluviais de Portugal Continental. São as que não apresentam características excepcionais relacionadas com o vale e normalmente estão situadas nos cursos médio ou inferior dos rios, mas não na foz.
4. **Cidades de curso superior:** são as cidades que possuem características particulares em relação à amplitude altimétrica, o declive das encostas, o afastamento à costa ou quando o reduzido caudal produzem situações particulares entre a relação rio e cidade.



Tipologias de cidades fluviais-
posição da cidade no curso do
rio:

1. Cidade estuarina
2. Cidade de foz
3. Cidade de curso médio
4. Cidade de curso superior

Figura 7- Posição da cidade no curso do rio

2.3.2 Tipo de relação cidade-rio

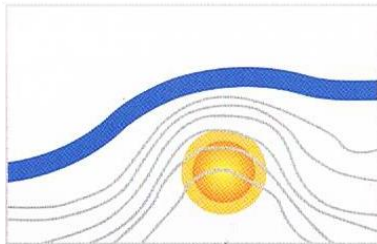
Após a pesquisa da posição dos rios, Saraiva sugere uma análise da relação cidade-rio, com o intuito de estudar o “acesso” ao rio, tendo como objecto de análise, a amplitude altimétrica e o afastamento físico entre a cidade e o rio (Figura 9). Tal como no subcapítulo anterior, agrupam-se em 5 classes:

1. **Cidade de colina:** em que o declive acentuado impede ou dificulta o acesso directo ao rio, devido ao desnível acentuado entre o núcleo central da cidade e as margens do rio.
2. **Cidade esporão:** à semelhança do caso anterior, onde a cidade ou o seu núcleo central se situa num esporão situado na convergência de dois rios, criando um cabo envolvido por dois cursos de água.
3. **Cidade de vale ou de planície:** onde se enquadra a maioria das cidades fluviais, onde a amplitude altimétrica não impede o acesso directo ao rio.
4. **Cidade de porto:** cidade onde existe instalações portuárias na sua primeira frente de água, impedindo o acesso directo ao plano de água.
5. **Cidade de albufeira:** o represamento do rio a jusante destas cidades cria um plano de água (albufeira) com características singulares.

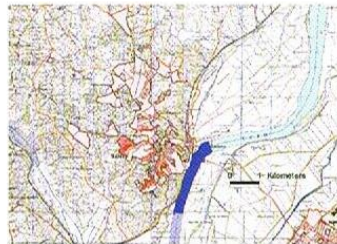
Existem muitos casos em que as cidades não se enquadram exactamente nestes parâmetros. Leiria, por exemplo, apesar de ser uma cidade com uma colina, consegue usufruir de uma relação directa com o rio, características de uma cidade de vale.

No caso das cidades porto e cidades albufeira, são consideradas resultado da mão humana, que provocaram alterações profundas na relação da cidade com o rio.

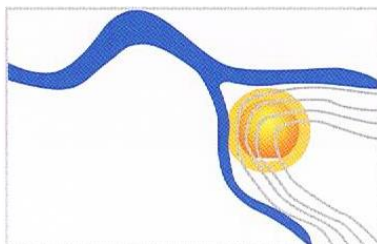
Tipo de relação cidade-rio/acesso:
 Cidade colina
 Cidade de esporão
 Cidade de vale
 Cidade de porto
 Cidade de albufeira



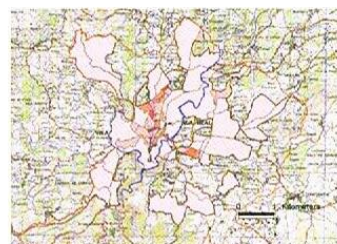
Cidade de colina



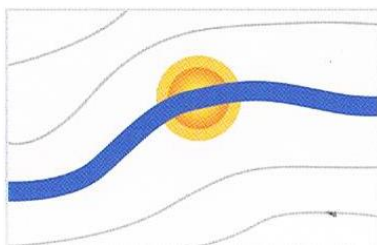
Santarém – Rio Tejo



Cidade de esporão



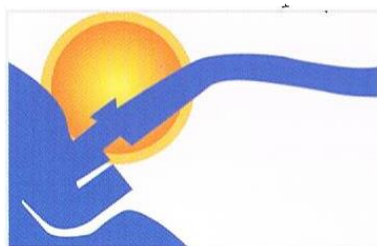
Vila Real – Rio Corgo



Cidade de vale



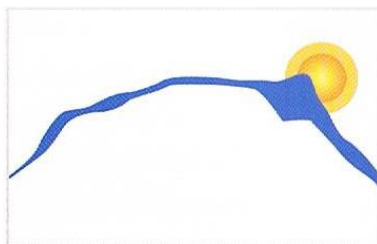
Trofa – Rio Ave



Cidade de porto



Matosinhos – Rio Leça



Cidade de albufeira



Marco de Canaveses – Rio Tâmega

Figura 8 - Tipos de Relação cidade-rio/acesso

2.3.3 Posição do rio relativamente à cidade

O projecto RiProCity, desenvolveu um estudo em que a proporção entre as margens, relacionada com a largura do rio, o número de atravessamentos e a extensão da frente ribeirinha, são os factores que definem a relação entre o rio e a cidade. Assim, esta classificação divide-se em três grupos:

1. **Atravessamento diametral:** onde o rio cruza o centro da cidade, dividindo-a em duas partes com áreas e características idênticas, ou seja, cruza a cidade.
2. **Atravessamento assimétrico:** o rio atravessa a cidade dividindo-a em duas partes de forma desigual, em que uma parte é dominante em funções e dimensões, em relação à outra
3. **Atravessamento tangencial:** a cidade desenvolve-se apenas numa das margens do rio.

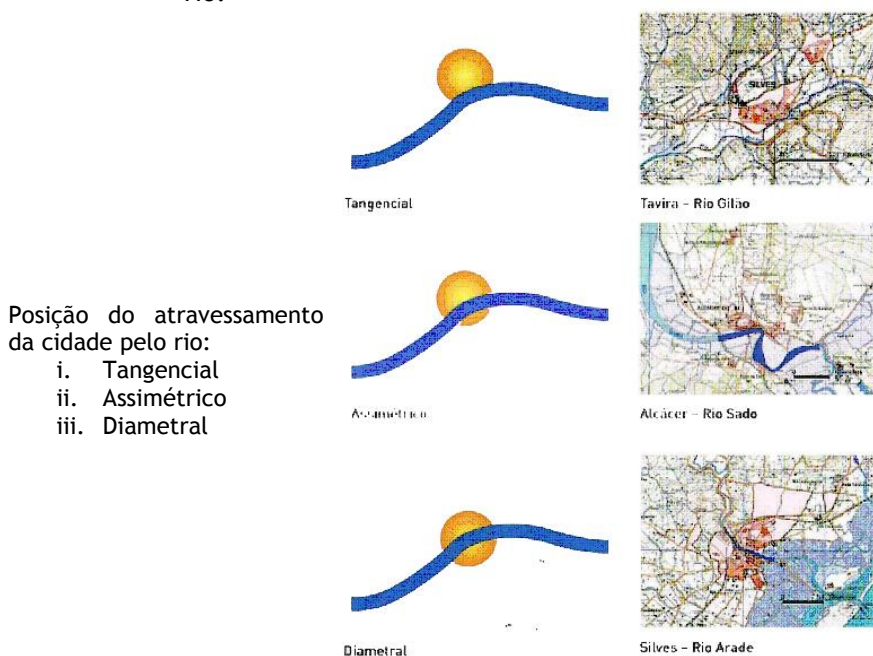


Figura 9- Posição do atravessamento da cidade pelo rio

Relativamente à cidade estudada nesta dissertação, segundo o mesmo estudo¹², Barcelos, sendo uma cidade fluvial, encontra-se no percurso do rio Cávado e classifica-se da seguinte forma:

- Posição da cidade no curso do rio: curso médio
- Tipo de relação cidade-rio: vale
- Posição do rio relativamente à cidade: Tangencial

¹² SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 75

Capítulo 3

As zonas ribeirinhas

As zonas ribeirinhas são resultado das cidades fluviais. Seguidamente, apresenta-se o enquadramento destas perante a cidade e os programas criados para estes espaços.

Face aos problemas de abandono e degradação destas zonas, refere-se a importância da sua reabilitação e quais os princípios a serem utilizados para que essa reabilitação seja eficaz. Neste contexto segue-se também as condicionantes que controlam as intervenções nestes espaços de forma a que o seu funcionamento natural não seja afectado.

3.1. A reabilitação das zonas ribeirinhas

O binómio “cidade e rio” deverá ser perspectivado segundo duas preocupações bastante actuais, a requalificação urbana, directamente relacionada com as frentes de água da cidade, fluvial ou costeira, e a reabilitação dos sistemas fluviais, tendo em conta as obrigações legais e os programas com o objectivo de melhorar a qualidade das águas.

A partir da segunda metade do século XX, os programas de reabilitação das zonas ribeirinhas começaram a surgir, criando novos espaços que serviram de estudo em função das cidades onde foram desenvolvidos. Estes programas têm vindo a inspirar outras cidades, que sentem a necessidade de reaproveitar as suas frentes de água, “visando a melhoria da qualidade de vida urbana, a integração de equipamentos e infra-estruturas, a vivência dos espaços públicos de usos degradados ou obsoletos”¹³. A intervenção mais significativa em Portugal foi a Expo’98 (figura 10).



Figura 10- Expo 98, Lisboa

Em alguns países, o desenvolvimento destes programas de reabilitação direccionam-se principalmente para a “melhoria da qualidade da água e do restauro e reabilitação dos ecossistemas aquáticos, essenciais para a abstenção de boas condições ecológicas das massas

¹³ SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p. 18

de água.”¹⁴ Essa reabilitação define-se por um complexo processo, não só no que diz respeito aos aspectos biofísicos e ecológicos, derivados ao elevado grau de artificialização do sistema, como também nos aspectos sociais, institucionais e económicos, devido à necessidade de recursos, lideranças e consensos, bem como o envolvimento público.

Surge, deste modo, a necessidade de estabelecer conexões entre os objectivos do planeamento urbano e territorial e os da valorização ambiental. Estes dois objectivos, apesar de distintos, contribuem para a valorização da qualidade da paisagem urbana e do bem-estar da vida cidadina.

3.2. Princípios de intervenção em zonas ribeirinhas

As zonas ribeirinhas são um ícone marcante na vida de uma cidade. Como tal, estas devem ser respeitadas por todos, quer na sua vivência quer nos seus “ajustes”. Todo o cidadão deve possuir uma consciência ambiental de respeito para com os pulmões da cidade. Mas quando se trata de intervir neste meio, quer os arquitectos, designers, engenheiros, devem, em conjunto, trabalhar de forma a desenvolver estes espaços integrando-os e valorizando-os na malha urbana. Apesar de estes espaços por vezes situarem-se deslocados dos centros urbanos, não perdem a sua identidade e a sua importância. Por vezes, a sua localização serve como refúgio ao ambiente citadino, o encontro com o rio e com o espaço verde, muitas vezes esquecido no perímetro urbano.

ALMEIDA¹⁵ destaca os cinco princípios de intervenção: Conservação e Preservação; Recuperação e Restauro; Reabilitação; Valorização e Integração.

3.2.1. Conservação e preservação

Para entender este princípio é necessário definir cada uma das partes. Conservação, segundo alguns autores, tais como Pardal¹⁶, trata-se de um conjunto de acções preventivas periódicas que se estendem ao longo do tempo e que devem acontecer antes que a integridade do objecto de estudo se encontre ameaçada.

Por sua vez, a preservação, segundo PAU-PRETO¹⁷, deve ser exercida sobre os elementos, edificados ou naturais que possuam os seguintes valores: Científicos; Estéticos; Culturais; e Económicos. Os valores científicos, estão relacionados com a raridade, com o

¹⁴ SARAIVA, Maria; Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável, 2009, p.18

¹⁵ ALMEIDA, Filipa; Ribeira da Carpinteira: Projecto Urbano, integrar e valorizar a estrutura edificada/estrutura ecológica, 2009, p.40

¹⁶ PARDAL, S. et al.; Normas Urbanísticas Volume IV - Planeamento Integrado do Território, 2000, p.256

¹⁷ PAU-PRETO, Fernando; O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território, 2008, p.64

significado e o carácter didáctico; os valores estéticos, referem-se à espectacularidade, a luz/forma/cor; os valores culturais, referem-se à identidade de um povo e à tradição de uma região; por fim, os valores económicos, é sobre a questão de ser utilizável e explorável.

Resumidamente, a conservação e prevenção consistem na realização de intervenções indirectas com o intuito de retardar a degradação e impedir desgastes com a criação de condições optimizadas para a conservação dos bens culturais de forma que essas medidas sejam conciliáveis com a sua utilização social. Este princípio compreende também o tratamento correto, transporte, utilização, acondicionamento em reserva e exposição. O objectivo principal deste princípio é manter as qualidades quer da estrutura ecológica como da edificada, medidas fundamentais nas zonas ribeirinhas, sem que a degradação ou o abandono tenham oportunidade de surgir.

3.2.2 Recuperação e restauro

SARAIVA¹⁸ define estes dois conceitos, em que a recuperação tem como objectivo o retorno parcial, estrutural ou funcional, a um estado de pré-perturbação; e o restauro trata-se de quando o retorno é total. Assim, podemos entender que, a recuperação dirige-se essencialmente a áreas degradadas ou mesmo destruídas, e tem como objectivo voltar a tornar aptos esses espaços. Por sua vez o restauro pode ser definido como qualquer intervenção directa ou indirecta efectuada sobre elementos naturais ou edificados, com o intuito de salvaguardar a sua integridade física.

Estes conceitos aplicam-se principalmente às linhas de água, em que para não permitir a sua degradação e esquecimento, é necessário restituir a sua situação existente.

3.2.3. Reabilitação

A definição de reabilitação é desenvolvida já por vários autores. De uma forma geral entendemos a reabilitação como uma série de acções executadas com o intuito de recuperar e beneficiar um edifício ou um espaço tornando-o apto para o seu uso actual. O objectivo principal é resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, buscando ao mesmo tempo uma modernização e beneficiando o objecto de intervenção, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses espaços aptos para o seu completo e actualizado reuso¹⁹.

¹⁸ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p.86

¹⁹ CORREIA, Gonçalo; Estudo de Casos- Gestão de Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos, 2009, p.5

A reabilitação pode ser entendida como uma solução para a reorganização do sistema urbano e para o desenvolvimento das zonas ribeirinhas, fazendo com que estes espaços sejam novamente utilizados e sejam pontos marcantes no seio da malha urbana.

3.2.4. Valorização

SARAIVA²⁰, define a valorização como um melhoramento de um atributo estrutural ou funcional de algo, quer natural ou edificado. No que se refere às intervenções sobre as zonas ribeirinhas, estas devem ser pensadas de forma a valorizar o espaço, criando actividades ou espaços que motivem a usufruição do espaço. O principal objectivo é tornar estes espaços dinâmicos e animados, valorizando a estrutura ecológica como a edificada, criando um ambiente atractivo e aprazível. Estas intervenções podem ser através de actividades de comércio, lazer ou serviços.

3.2.5. Integração

A integração, no que se refere a uma intervenção urbana, é um ponto muito importante pois sem a ligação, a conexão entre as partes o conjunto é segregado, desenvolvendo-se conseqüentemente, uma paisagem desorganizada. Quando as intervenções recaem sobre as zonas ribeirinhas, estas também devem ser conectadas com restante estrutura da cidade, pois sendo a parte ecológica, que oferece uma mais-valia ao sistema urbano, esta não deve ficar à margem, pois se não forem devidamente integradas, dificilmente poderão funcionar plenamente e cairá no esquecimento.

Assim, para que haja uma harmonia no conjunto, é necessário valorizar as duas partes e integra-las de modo a que estas não sejam abordadas com indiferença e terminem por separar a malha urbana.

3.3. Condicionantes de intervenção em zonas ribeirinhas

As zonas adjacentes das linhas de água estão protegidas, quer pelo Domínio Público Hídrico, quer pela Reserva Ecológica Nacional, sob a ameaça de cheias. No entanto, no que se refere à ocupação ou não ocupação dos leitos de cheia, assim como outras zonas das bacias hidrográficas, continua a ser objecto de dúvida e frequente oposição frontal, por parte de políticos com responsabilidades no planeamento e gestão da cidade.

²⁰ SARAIVA, Maria; *O Rio como Paisagem*, 1999, p.86

Ao nível da história, estas condicionantes não foram respeitadas, como leitos de cheias, caso contrário, vários espaços da nossa cultura, não existiriam. Veja-se o caso do Terreiro do Paço, a Avenida da Liberdade ou a Ribeira do Porto. p.375 a arquitectura paisagista.

Em contrapartida, apesar de termos vivenciado as cheias em algumas cidades, tais como as de Lisboa em 1996, continuamos a cometer erros de implantações mal localizadas que agravam o risco de cheias e, simultaneamente, o risco de seca, pois diminuem a água disponível nas bacias hidrográficas, ao impedirem a infiltração da água das chuvas.

As bacias hidrográficas, no que diz respeito ao regime de escoamento hídrico, são áreas muito sensíveis, pelo que se deve planear o revestimento, com o objectivo de aumentar a retenção e a infiltração das águas pluviais, o escoamento sub-superficial e reduzir a erosão.

Normalmente, quando as cheias são conhecidas, atribui-se a “culpa” à precipitação e à obstrução dos canais de escoamento, o que demonstra falta de sensibilidade sobre este problema.

Com o conhecimento da irregularidade do regime que caracteriza o ciclo hidrográfico em Portugal, é necessário saber contornar certos problemas, impedindo a construção em leitos de cheia e em áreas de maior infiltração, bem como a desmatção das cabeceiras e proceder a métodos simples mas sustentáveis de retenção da ponta de cheia, nos períodos críticos.

Para controlar ou minimizar os riscos que o rio pode criar, foram criadas legislações com o intuito de garantir o bom funcionamento da cidade para com a natureza, e vice-versa.

Desta forma, as intervenções em áreas de maior infiltração, neste caso mais direccionadas às zonas ribeirinhas, incluídas no perímetro devem ter em consideração as seguintes legislações²¹:

- Plano Director Municipal. Trata-se de um sistema de gestão territorial que estabelece regras de edificabilidade e urbanização no âmbito municipal, ou seja, define os usos e actividades do solo.

- Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), são as condicionantes ao uso do solo. A REN consiste num instrumento de protecção e salvaguarda de zonas de elevada sensibilidade e vulnerabilidade ecológica. Por sua vez, a RAN visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola.

- Domínio Público Hídrico e Zonas Adjacentes, refere-se à gestão de recursos hídricos, como servidão administrativa que abarca disposições sobre os leitos, margens e zonas adjacentes às linhas de água.

- Defesa contra cheias e protecção civil, onde se determinam algumas disposições relativas às acções de regularização e controlo de cheias e protecção e valorização da rede hidrográfica.

²¹ ALMEIDA, Filipa; Ribeira da Carpinteira: Projecto Urbano, integrar e valorizar a estrutura edificada/estrutura ecológica, 2009, p.43

3.3.1. REN

“A REN, tal como está definida, constitui um instrumento extremamente importante para prosseguir objectivos de protecção ambiental e desenvolvimento sustentável, contendo em si potencialidades capazes de assegurar um “continuum” ecológico e o estabelecimento de redes de conservação e valorização da paisagem e de recursos naturais que possibilitam os fluxos de materiais, energias e seres vivos, fundamentais para uma estratégia de conservação da natureza e da paisagem”²².

As áreas incluídas na REN são obrigatoriamente identificadas na planta de condicionantes. Estas áreas são protegidas assim como os seus recursos naturais, especialmente a água e o solo, salvaguardando processos ecológicos indispensáveis a uma boa gestão do território. Assim, as zonas ribeirinhas estão incluídas nas áreas protegidas pela REN, onde certas acções são incompatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental. Operações de loteamento urbano, obras de urbanização e construção de edifícios, construção de vias de comunicação, escavações e aterros, assim como a destruição de revestimento vegetal, são as operações consideradas incompatíveis e proibidas nas áreas protegidas pela REN²³.

3.3.2. RAN

“Os objectivos que presidem à RAN visam proteger os solos de maior aptidão agrícola, garantindo a sua afectação à agricultura e pleno aproveitamento das suas potencialidades, na perspectiva de um adequado ordenamento do território.”²⁴

Tal como a REN, a RAN trata-se de uma restrição de utilidade pública com o objectivo de proteger áreas com maior aptidão para a agricultura e garantir que sejam aproveitados todas as suas potencialidades. Defender estas áreas que constituem elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, impedindo acções que diminuam ou destruam as potencialidades agrícolas, tais como as operações de loteamento. São apenas permitidas obras de construção de edifícios de habitação do agricultor, apenas no caso de não haver alternativas, e essas obras devem contribuir para a valorização da área, isto é, as construções devem ser de apoio para a agricultura, ou então obras de defesa do património ou instalações de recreio e lazer suplementares à actividade agrícola²⁵. A semelhança da REN, os solos integrados na RAN são obrigatoriamente representados na planta de condicionantes.

²² SARAIVA, Maria da Graça; O rio como paisagem; 1999, p.157

²³ Decreto-Lei nº166/2008, Art. 20º

²⁴ SARAIVA, Maria da Graça; O rio como paisagem; 1999, p.161

²⁵ Lei nº73/2009, Art.22º

3.3.3. Domínio público hídrico e zonas adjacentes²⁶

O domínio público marítimo é integrado pelas águas dos mares e pelas águas interiores sujeitas à influência das marés, seus leitos e margens, de acordo com as definições introduzidas pelo Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, e mantidas pela Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro. Constitui um tipo de servidão administrativa que a par das meras restrições de utilidade pública integra as condicionantes ao uso do solo.

A lei nº54/2005 determina a titularidade dos recursos hídricos, isto é, das águas e respectivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas, esclarecendo as seguintes noções²⁷:

-Leito: terreno coberto pelas águas quando não sujeitas a grandes cheias, inundações ou tempestades.

-Margem: faixa de terreno contíguo à linha que delimita o leito, cuja largura é contada a partir da linha limite do leito:

-50 Metros: água do mar; navegáveis ou flutuáveis, sujeitas a jurisdição das autoridades marítimas e portuárias.

-30 Metros: restantes águas navegáveis ou flutuáveis.

-10 Metros: águas não navegáveis nem flutuáveis.

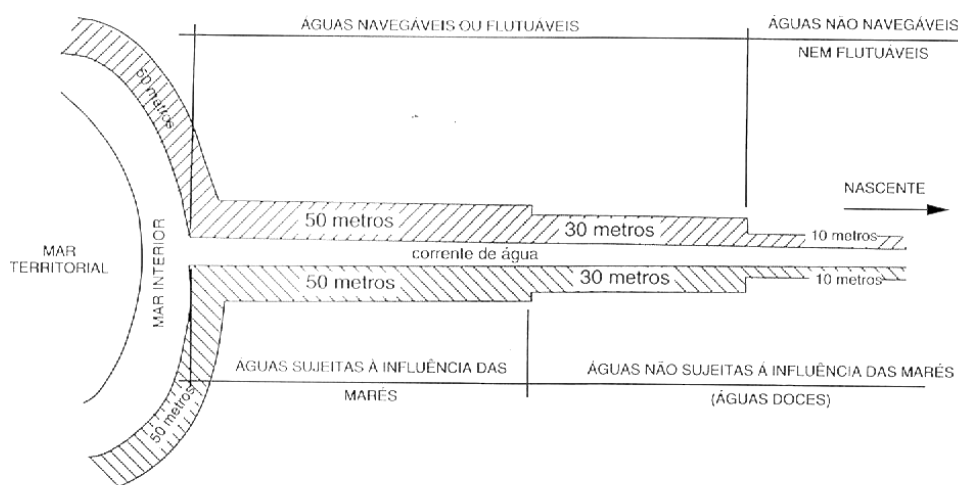


Figura 11- Esquema indicativo da largura das margens

²⁶ <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/0/90edf6fa5047cc51802570ff00603e19?OpenDocument>

²⁷ Lei nº54/2005, Art.10º,11º e 24º

Capítulo 4

Estrutura não edificada | estrutura ecológica

A estrutura não edificada é parte integrante da paisagem urbana, mas por vezes esta é esquecida e a estrutura edificada é densificada em detrimento da estrutura ecológica. É necessário perceber a importância e a necessidade destes espaços, assim como o tipo de uso a que já foi sujeito e as suas tipologias para poder desenvolver uma proposta neste sentido.

Neste mesmo capítulo aborda-se também a evolução da consciência ambiental e os valores ecológicos e paisagísticos.

4.1. Requalificação dos espaços verdes

A estrutura não edificada ou estrutura ecológica, representa a paisagem natural ou primitiva, sobre a qual se inscreveu a humanização²⁸. Estes espaços naturais, de produção agrícola ou de reserva ecológica, são caracterizados pela menor acção construtiva, destacando-se a exploração do solo.

Para que a sustentabilidade caminhe a par da humanização, é necessário que o homem respeite e preserve o percurso dos sistemas ecológicos que lhe são subjacentes, pois ele depende deles quer a nível intelectual quer a nível físico. Preservar o solo, a água, a vegetação e a circulação do ar, é um dever humano pois trata-se de preservar e respeitar a renovabilidade dos recursos naturais.

A necessidade de defender a natureza contra as acções do homem na cidade, na indústria e na própria pecuária, surgiu com a evolução da sociedade industrial que alterou de tal forma a situação que as paisagens naturais em grandes zonas, passaram a construir de forma dispersa e descontrolada²⁹. Além destes factores, a falta da qualidade do ar, devido à poluição, à degradação social, à escassez de espaços verdes, a circulação automóvel cada vez mais abusiva fez com que a qualidade do sistema urbano se tornasse frágil.

Nos anos 60, surgiu uma preocupação sobre a necessidade em ter condições de vida urbana e rural, de manter interligados os elementos essenciais da paisagem natural, conservando ou mesmo reconstruindo a sua continuidade e funcionalidade. Assim se desenvolveu a consciência da necessidade de manter o “Contínuo Natural” e o “Contínuo Cultural”³⁰.

²⁸ MAGALHÃES, Manuela; A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade, 2001, p.428

²⁹ Conservação da Natureza, editado pelo Serviços de Estudos do Ambiente, 1982, p.36

³⁰ Idem, p.37

De certa forma, utilizando como comparação, de que tal como o Homem se relaciona entre si, isto é, uns com os outros, mas sendo cada um seres individuais, a cidade também necessita de estar interligada com o sistema natural, mas sendo as duas partes interdependentes. Assim, os cursos de água e os espaços verdes são parte integrante da cidade e não devem ser afastados para a margem, pois impedirá que o ecossistema urbano funcione no seu conjunto.

4.2. A necessidade e o tipo de uso dos espaços verdes

“A necessidade de espaços verdes urbanos está relacionada com a evolução que a cidade tem sofrido ao longo dos tempos”³¹.

A definição de espaços verdes urbanos pode ser uma tarefa complexa, visto que, ao longo dos tempos, o seu significado foi evoluindo conforme as funções e a importância que adquirira relativamente às necessidades da vida na cidade e da sua evolução.

Segundo Hough entre jardins e parques públicos existe uma diferenciação. Os jardins encontram-se, normalmente, em zonas da cidade menos frequentadas ou mais esquecidas, e são considerados espaços com pouca conexão na preocupação da forma; por sua vez nos parques públicos a estética é muito valorizada existindo uma preocupação com a forma. Os parques públicos caracterizam o dinamismo da vida social e da natureza, mas apesar de tal muitas das vezes são vistos como terrenos abandonados, tornando-se num espaço com necessidade de renovação urbana³².

Desta forma entendemos que a estrutura verde urbana deve ser distribuída uniformemente por toda a cidade, tal como um sistema contínuo e hierarquizado criando assim um conceito de *continuum naturale*³³. Este conceito define-se, segundo MAGALHÃES como “o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e a estabilidade do território. Assim, pretende-se que a paisagem envolvente penetre na cidade de modo tentacular e contínuo, assumindo diversas formas e funções que vão desde o espaço de lazer e recreio ao de enquadramento de infra-estruturas e edifícios, aos espaços de elevada produção de frescos agrícolas e à protecção e integração de linhas ou cursos de água com seus leitos de cheia e cabeceiras”³⁴.

Deve-se referir a importância que existe relativamente aos espaços verdes, ou seja, espaços abertos, que WINGO³⁵ diferencia conforme as suas dimensões, existindo então, espaços *percebidos* e espaços *não percebidos*. Os parques públicos, jardins e ruas arborizadas

³¹ MAGALHÃES, Manuela Raposo; *Espaços Verdes Urbanos*, 1992, p. 9

³² HOUGH, Michael; *Natureza e cidade: planificación urbana y procesos ecológicos*, 1994, p. 6-10

³³ Lei de Bases do Ambiente, Lei nº11/87, art. 5º

³⁴ MAGALHÃES, Manuela Raposo; *Espaços Verdes Urbanos*, 1992, p. 11

³⁵ WINGO, Lowdon; *Ciudades y Espacio, el uso futuro del suelo urbano*, 1976, p. 42

são espaços percebidos, ou seja, aqueles que são usados, sentidos e vividos. Estes espaços devido às suas cores, formas, texturas e volumes constituem um elemento de diversificação da paisagem urbana, obstando a rigidez da construção. Os espaços verdes como remetentes da natureza, formam diferentes realidades. Por outro lado, o espaço não percebido, trata-se por norma do espaço que o Homem não tem consciência, apesar da sua importância e da sua função. Este funciona como espaço de descompressão e arejamento do tecido urbano mas por vezes pode estar escondido dentro de quarteirões ou a ocupar vazios urbanos.

A partir do século XVIII, fundamentalmente, o espaço verde urbano surge como espaço público. A sua presença, neste século, trata-se de uma necessidade, surgindo assim na consequência da dimensão da cidade e da evolução das características. O espaço verde público, como local de convívio e encontro, existia apenas figurado “na *Ágora*, no *Gymnasium*, no *Teatro*, na *Palestra* e, mais tarde, na *Praça*, no *Mercado* ou no *Largo* da Igreja, reflectindo a paisagem envolvente tão próxima que não deixava sentir a falta da natureza dentro da restrita cidade”³⁶

Embora, os primeiros espaços verdes, tais como jardins, surgiram nos povos antigos da Mesopotâmia, VI milénio a.C., onde coligavam o prazer com as necessidades básicas da alimentação, hidratação, sem grande impacto na paisagem. Com manifestações de conhecimentos técnicos eficazes de irrigação drenagem e de práticas agrícolas numa região árida, estes povos conseguiam adaptar as suas técnicas ao clima em função das suas necessidades. As preocupações com o clima, nesta altura já se manifestavam, utilizando assim os canais de irrigação, os tanques e a sombra das árvores de fruto como forma de adaptação e tolerância ao clima quente da região.

Segundo Michael Laurie 1986, a origem do jardim ao prazer e ao culto da natureza, encontra-se na mitologia, cujas descrições recaem na organização e nas práticas de cultivo e de irrigação dos povos antigos; e na religião, a qual narra os jardins como paraíso, tal como o jardim de Éden (o jardim de Adão e Eva) e os jardins suspensos da Babilónia.

A evocação do paraíso foi persistindo ao longo dos tempos, existindo assim uma grande procura de conforto e de bem-estar. Nos dias de hoje, a evocação reflecte a intenção da sociedade actual procurar um espaço em que possa disfrutar de bem-estar, benefícios para a saúde e de tranquilidade, tentando assim refugiar-se do ambiente insalubre urbano.

No jardim de Persa, 5000 a.C., encontrava-se a importância do jardim como local de deleite, recreação, bem-estar e local de encontro social; com simbologia alusiva ao ciclo de vida, com árvores ornamentais e de frutos, canais de irrigação referentes ao jardim Éden e o seu rio de quatro braços.

Os conceitos e técnicas que evoluíram na agricultura, jardinagem e o cuidado pela paisagem, foi passando de geração em geração, civilização em civilização até chegaram à Europa. As funções sociais do jardim manifestaram-se com a Grécia e a Roma Antiga. Na Grécia, o jardim era uma extensão clara da casa, que era dedicado à horticultura e partilhado

³⁶ VELHO, Sara; O efeito dos espaços verdes no conforto bioclimático. Os Jardins de Serralves, 2012, p. 21

socialmente. Na Roma Antiga, os jardins eram vocacionados para o lazer e servia de cenário para festivais.

Embora o jardim nem sempre se manteve presente na história da civilização como local de lazer. Durante a idade média, século XII-XV, com o detrimento de uma expressão religiosa a prática de jardim quase desapareceu. Este período, designado como obscuro, a natureza era vista como um perigo devido aos tempos de batalhas, desconhecimentos, superstições e medos, pois lutava-se pela desintegração do Império Romano e emergência da Europa Moderna. Passaram então a encontrar-se jardins apenas em Conventos e Mosteiros e em algumas casas, com o intuito de reflexão e produção de plantas aromáticas, medicinais e gastronómicas. Os jardins voltam a ser locais de encontro e de promoção de sensações de prazer com o fim de conflitos políticos.

A relação de proximidade do Homem com a natureza veio a recuperar-se tal como a importância dos espaços verdes para a sociedade, e no Renascimento, século XIV-XVII, foi marcante do domínio do ser humano sobre a natureza. Mas com o desenvolvimento da música, da ciência, da arte, da literatura e da arquitectura, estas tornaram-se o centro das atenções, e como consequência a natureza voltou novamente a ser objecto culto. Neste contexto criaram-se jardins botânicos e surgiram então novos princípios de artes nos jardins. Estes eram criados com traçado regular baseado na geometria e na perspectiva, como um grande cenário, onde os percursos a pé eram condicionados, pois os jardins eram vedados, o que exercia um certo controlo social³⁷.

Na Itália, os jardins ocuparam grandes dimensões na casa, na zona frontal, com o objectivo de impressionar e de criar um efeito marcante. Os elementos que constituíam os jardins, eram organizados de forma a que se realçava a racionalidade, a geometria, a rigidez e a artificialidade. Seguindo a Itália, os jardins foram reproduzidos em palácios franceses, evidenciando a sua função, de espaços com função lúdica e social. Verifica-se também o domínio do Homem sobre a natureza, através das formas exuberantes e artificiais de distribuição dos elementos e das simetrias, formando assim o estilo barroco, mas também o domínio ou poder sobre os homens com menos poder económico e político-social.

Neste período barroco, surge a arte da jardinaria como um campo específico de arquitectura da paisagem e de organização territorial. “Com elementos vegetais- a árvore, os canteiros, as plantas e os prados -, apoiados em elementos construídos- muros, balaustradas, esculturas - realizam-se grandes composições de domínio da Natureza que atingem uma qualificação nunca mais conseguida”³⁸.

Na tentativa de expandir este conceito para a Inglaterra, originou-se o movimento romântico, pois a escola inglesa reagiu frontalmente contra a formalidade do barroco francês.

Assim, o ser humano deixou de querer dominar a natureza passando a admirá-la, pois descobriu a sua beleza, a sua ordem e os seus benefícios na qualidade de vida.

³⁷ MADUREIRA, Helena; *Processos de transformação da estrutura verde do Porto*, 2001, p.148

³⁸ LAMAS, José; *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 2004, p.194

Com isto o conceito de jardim foi modificado, a modelação de terrenos tornaram-se suaves, o uso de jogos de sombra e de luz, as grandes panorâmicas e caminhos com traçados mais orgânicos, que procuravam imitar a harmonia da natureza e tentavam propiciar momentos de relaxamento mental.

Foram valorizadas as qualidades ambientais que referiam a luz, a temperatura, a textura e o som, que completavam toda a experiência de exploração de sensações que os jardins paisagistas proporcionavam. O novo conceito propagou-se mundialmente, não só na arte de planejar a paisagem como também na pintura, na literatura, na música e no conhecimento ambiental fundamentada nos avanços da ciência e da tecnologia.

Como o prosseguimento do século XVIII, os espaços livres urbanos ganharam valor no planeamento das cidades³⁹. A noção de espaço verde na cidade surgiu ao mesmo tempo das grandes transformações no espaço urbano, principalmente porque se evidenciou um bálsamo para melhorar as condições de vida, face aos impactos negativos que a cidade tem vindo a sofrer. A necessidade de recriar a natureza foi o motivo pelo qual houve o envolvimento de espaços verdes no meio citadino pois os espaços urbanos tinham naquela época condições deploráveis de salubridade, elevadas taxas de mortalidade infantil e tuberculose, uma alarmante poluição atmosférica, uma densidade elevada de construção, um aumento da área impermeabilizada, um afastamento progressivo de espaços verdes para a periferia das cidades, uma destruição da interligação cidade-campo, e entre outros factores. Nestas condições reflectia-se que a cidade estava a ser construída de forma oposta à natureza, da mesma forma da decadência da qualidade de vida, revelando assim a indeclinável morte espiritual do homem. Criaram então jardins e parques públicos, dedicado ao passeio público, tendo uma semelhança com os desfiles da aristocracia nos jardins privados.

No século XIX novos conceitos surgiram de desenho do espaço público, pois a integração de espaços verdes na cidade era designada como uma das melhores formas de aproximar as pessoas da natureza tal como melhorar a qualidade do ambiente.

Após o início do processo de urbanização, foi sobretudo, que os espaços verdes foram adquirindo cada vez mais funções na consequência das necessidades do Homem.

Actualmente os espaços verdes públicos continuam a ser importantes nas cidades, pois são como um pulmão que falta ao ambiente citadino. Muito resumidamente as funções e benefícios dos espaços verdes são estéticas, sociais, culturais e pedagógicas, ambientais e ecológicas, económicas e de auxílio na adaptação às alterações climáticas.

Período histórico:	Papel acumulado	Tipo de relação dominante do ser humano com a natureza:	Locais de actividades dominantes:
Primeiras civilizações a. C.	Equilíbrio mental Termorregulador	Pessoal Respeito Prazer	Adaptação (ao clima) Encontro social

³⁹ MADUREIRA, Helena; Processos de transformação da estrutura verde do Porto, 2001, p.149

	(locais de frescura e sombra) Produção agrícola		Produção de alimento Culto à natureza
Surgimento das religiões	Produção Deleite íntimo Equilíbrio mental	Pessoal Respeito	Evocação do paraíso Culto religioso Reflexão
Século I - VII	Social Produção agrícola	Pessoal Respeito Admiração	Prazer Festividades Encontro social Recriação Culto religioso
Século VIII - XV	Recreio eclesiástico Produção Protecção	Confiança Controlo	Culto religioso Reflexão Vida familiar
Século XVI - XVII	Social Poder Lúdico	Conquista Controlo Ordem Agressão	Pedagógicas Encontro social das classes altas Festividades Demonstração de exuberância e artificialidade Recriação
Século XVIII - XIX	Natural Ambiental Produção Restabelecedor físico e mental Recreio	Controlo Admiração Rendição Ordem Conquista	Exploração das sensações Deambulação Reflexão Libertação mental
Século XIX - XX	Higienista Funcional Estruturante Contenção expansiva das cidades (descentralização urbana) Renovação do ambiente urbano (pulmões da cidade) Aproximação da natureza Promotor de saúde física e mental Articulação com outros espaços Protecção Termorregulador	Domínio total	Encontro social Recriação Lazer Actividade física Afastamento da cidade Contacto com a natureza Reflexão Deambulação Libertação mental Pedagógicas

	Restabelecedor da qualidade do ar Agrícola Florestal
Papel acumulado	Estético Social Cultural e pedagógico Ambiental e ecológico Económico Adaptação às alterações climáticas

Quadro 1 - Papel acumulado dos espaços verdes ao longo dos tempos. (Fonte: Extraído de VELHO, Sara Isabel Pinheiro; O efeito dos espaços verdes no conforto bioclimático. Os Jardins de Serralves, 2012, p.34

Devido à grande evolução da indústria, da tecnologia e da construção é importante referir que os espaços verdes urbanos, na sociedade actual, são espaços multifacetados.

Com a existência de vegetação nos espaços verdes estes tornam-se como elementos purificadores da atmosfera urbana, pois esta função é realizada pela fixação de poeiras e gases tóxicos, tais como o dióxido de carbono imite o oxigénio. As massas de ar poluídas ao subir são substituídas pelas massas de ar em contacto com a vegetação, menos poluídas e mais frias, ou seja, mais puras. A vegetação tem um papel fundamental na diminuição da poluição atmosférica, e contribui para evitar a retenção dos raios ultravioleta pela atmosfera.

Resumidamente, os espaços verdes adaptaram-se, dando resposta através das suas propriedades de: termo-regularização, controle da humidade, controle das radiações solares, controle de nebulosidade, purificação da atmosfera, absorção de CO₂, protecção contra vento, protecção contra a chuva e o granizo, protecção contra a erosão, protecção contra o ruído, protecção em relação à circulação viária⁴⁰.

4.3. Tipologia dos espaços verdes

Na paisagem urbana, as tipologias dizem respeito à relação entre o espaço edificado e o espaço não-edificado, definindo o tecido urbano; na paisagem rural ou no espaço urbano não edificado, as tipologias definem a relação entre volumes e superfícies, podendo os volumes ser constituídos por massas de vegetação ou elementos edificados e as superfícies serem revestidas por vegetação ou materiais inertes⁴¹.

⁴⁰ MAGALHÃES, Manuela Raposo; Espaços Verdes Urbanos, 1992, p. 73

⁴¹ SARAIVA, Manuela Raposo; A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade, 2001, p.437

O espaço verde urbano é definido segundo vários parâmetros. A forma como é desenvolvido interiormente, isto é, ocupado, e a forma como é limitado, originou um estudo sobre as tipologias que o caracterizam. Nestes espaços, a vegetação tem um papel fundamental, pois é ela que compõe o espaço verde.

Espaços cheios, vazios ou determinado por limites: é a partir desta relação entre os volumes que o compõem e que definem o espaço verde urbano.

4.3.1. Tipologias do espaço exterior

As várias tipologias do espaço exterior, são definidas pela disposição dos elementos que o formam ou o constituem. As tipologias tradicionais da paisagem são determinadas pelas condicionantes ecológicas e culturais. Assim podemos definir estes espaços como: fechados, abertos, ilimitados, pontuados e compartimentados.

- Espaço fechado: quando a vegetação densa ocupa o espaço, quer ao nível das copas, como no caso da mata, que a um nível mais baixo, como no caso de maciços de arbustos densos. Nesta tipologia diferencia-se ainda: o espaço fechado com ou sem orla. O espaço fechado sem orla, distingue-se, no caso da mata de frustes altos, na qual as pessoas se sentem num ambiente relativamente fechado, mas ainda podem usufruir de algum sentimento de abertura ao nível dos frustes. Quando se trata de um espaço fechado com orla, representado pelos maciços arbustos de certa dimensão, não há acesso. Tal como a mata com orla, na qual as pessoas se sentem completamente envolvidas pela vegetação, sem qualquer abertura para o exterior.

- Espaço aberto: espaço de certa dimensão, em que os utentes usufruem de uma sensação de espaço aberto, embora contido entre limites, mais ou menos permeáveis, localizados a certa distância. Estes espaços muitas vezes não contem vegetação ou com vegetação de revestimento como prado ou relvado.

- Espaço ilimitado: espaço em que não se sentem limites devido á sua grande extensão. Como exemplos, as zonas costeiras abertas ao mar.

- Espaço pontuado: espaço aberto com pontuações constituídas por árvores ou arbustos isolados ou ainda elementos edificados isolados. Nesta categoria ainda se pode distinguir o espaço pontuado irregular, como no caso dos olivais, característica do agro-sistema mediterrânico; ou o espaço pontuado regular, como as arvores de fruta plantadas em linha.

- Espaço compartimentado: espaço aberto compartimentado por planos verticais, constituídos por alinhamentos de árvores, sebes, muros, entre outros elementos. Nesta tipologia distingue-se ainda a malha larga e a malha estreita, isto é, distingue-se consoante a densidade de planos verticais. Por um lado, a malha estreita, verifica-se nas vinhas e hortas urbanas, enquanto que, na malha larga, verifica-se nos campos de cultura compartimentados

por sebes, onde o tamanho das folhas não é suficiente para se desfrutar de um sentimento de abertura.

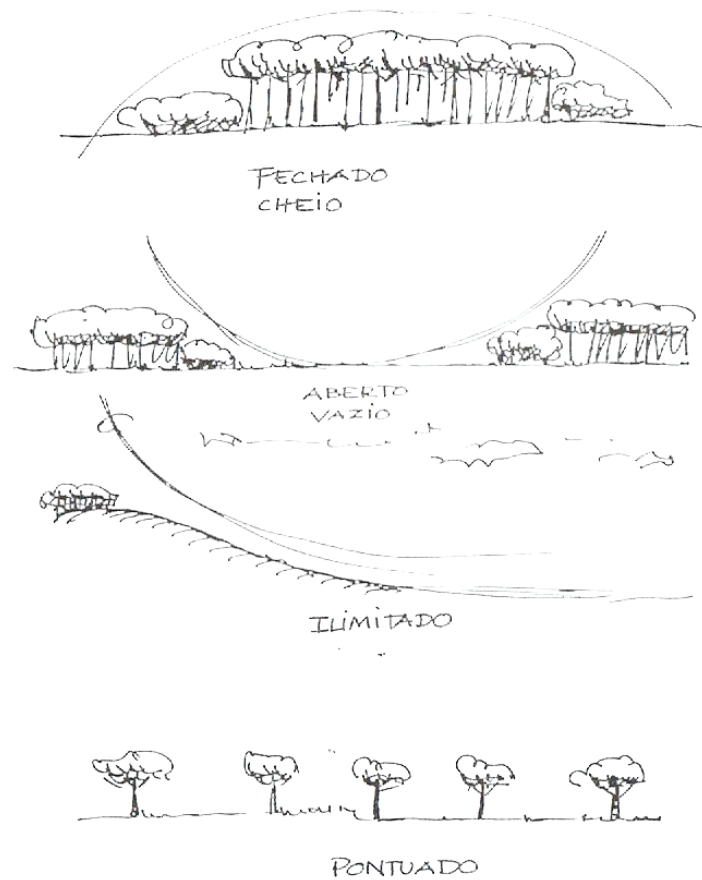


Figura 12- Tipologia do espaço exterior

4.3.2. Tipologia dos limites do espaço exterior

Os elementos fundamentais da composição do espaço, são os seus limites, pois são eles que os definem. A natureza destes limites, definem ou condicionam o carácter do espaço, e são estes que contribuem para uma utilização mais consciente o espaço gerado.

Assim, distinguem-se as tipologias dos limites do espaço não-edificado: limite fechado, limite permeável, limite aberto e limite aberto contido.

- Limite fechado: refere-se a um espaço sem qualquer abertura, quando a vegetação ou elementos construídos impedem ou condicionam o acesso a estes espaços.

- Limite permeável: trata-se de um limite com aberturas, em que estas são definidas, normalmente, por vegetação que pode assumir várias formas. A regularidade das aberturas ou dos espaços fechados pode ser regular ou irregular, determinando maior ou menor permeabilidade do espaço verde

- Limite aberto: o limite é definido por elementos de pequena dimensão que podem ir desde o lancil ou limitação de pavimento.

- Limite aberto contido: trata-se de um limite que permite visualizar para além dele próprio, mas é limitado por elementos em que a altura não exceda 1,20m, isto é, a altura média dos olhos de uma pessoa em pé.

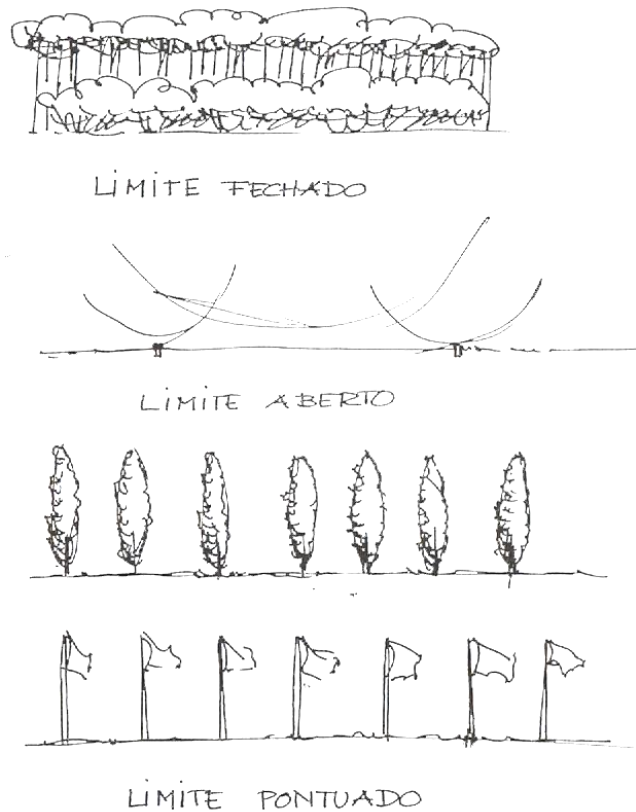


Figura 13- Tipologia dos limites dos espaços exteriores

4.4. Evolução da Consciência ambiental

O século XX foi marcado por duas grandes guerras, que exigiram das sociedades conflitantes e de seus aliados grandes esforços no sentido tecnológico de produção industrial bélica, de produção de alimentos, bens e serviços. Todo este esforço continuou no período após guerra, utilizando ainda toda a capacidade industrial instalada, melhorando a qualidade de vida, através do consumo de bens nos diversos sectores produtivos. Este ambiente conturbado se processa dentro de um ciclo crescente da população humana, que vem se duplicando em períodos de tempos cada vez menores, e cuja satisfação é exigente de bens e serviços cada vez maiores, tendo como origem e sustentação os recursos naturais e o

ecossistema que os suporta, entretanto, reconhecidos como escassos e limitados. A humanidade experimentou, praticamente nestes dois últimos séculos, três ondas evolutivas: a agrária, a industrial e a da informação, as quais se processaram com grandes velocidades. O actual ciclo de desenvolvimento, gerado pela superposição das ondas evolutivas e mantidas as taxas de crescimento global (económico e social), determinaram forte pressão sobre os meios de produção, em especial para energia, alimentação, bem-estar físico e social.

Quando se admitiu que as fontes de energia e bens materiais eram limitados de capacidade e suporte, surgiu a necessidade de se analisar os processos produtivos, criando, então, a consciência ambiental, através do conceito de auto-sustentabilidade ambiental para os mesmos. Esta análise e avaliação dos processos produtivos em função dos recursos naturais que os sustentam, procedeu através do controle das actividades, produtos e serviços e das transformações ambientais resultantes do fornecimento da matéria-prima necessária e do manuseamento dos produtos e resíduos gerados no processo produtivo. Estes resíduos são constituídos por “restos” sólidos que se podem encontrar à superfície do solo, “restos” líquidos desaguados no sistema de drenagem natural e os gasosos na atmosfera, gerando a degradação e a poluição nestes três componentes ambientais.



Figura 14- Acidente Nuclear em Chernobyl

A consciência ambiental da humanidade surge como autodefesa para o desequilíbrio que se prevê. Devido ao aumento exponencial populacional e da capacidade da produção de bens e serviços, os recursos naturais estão a esgotar-se rapidamente, mesmo tendo conhecimento de que estes são escassos. Este desequilíbrio foi sentido quando ocorreram acidentes ambientais de proporções gigantescas e preocupantes. Alguns exemplos são o derrame de óleo de um navio no Mar do Norte, junto à Costa do Alasca, que provocou danos ambientais muito preocupantes; o vazamento de gás tóxico na Índia, que provocou a morte de

5000 pessoas; ou então o acidente nuclear (figura 15), em Chernobyl, Ucrânia, causando a morte de uma população e contaminando todos aqueles que sobreviveram⁴².

Após estes trágicos acontecimentos, um grupo de cientista, alertou a comunidade científica dos riscos de um crescimento económico contínuo, com base nos recursos materiais esgotáveis. Depois deste alerta, deram-se conferências intergovernamentais, a fim de conseguir equilibrar o sistema natural do planeta, com a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera. Estas conferências, estabeleceram o primeiro diálogo entre países ricos e pobres sobre as questões ambientais, retratadas pela poluição hídrica e atmosférica, as quais já atingiam níveis não aceitáveis para a saúde humana.

Apesar dos esforços, os resultados destas conferências foram poucos, pois é necessário uma grande mudança nas práticas e costumes de todos os povos. Por um lado, para os países pobres, as questões ambientais são uma discussão sem importância face à miséria que os domina. Por outro lado, os países mais desenvolvidos, ressentiram-se neste período com a instabilidade económica, desse modo, não abriram mão das suas metas de desenvolvimento, e para não entrar em recessão, continuaram a agravar o quadro crítico e caótico do desequilíbrio ambiental.

Na realidade, a sociedade contemporânea vive em contradição, pois exige um nível de conforto e de satisfação pessoal (no tempo e no espaço) incompatíveis com a capacidade de suporte dos recursos naturais existentes no planeta e com a responsabilidade de assegurar a qualidade de vida humana, actual e futura. A sociedade explorou uma forma de equilíbrio entre os “meios” necessários e os “fins” desejados, que foi conseguido com o controlo ambiental dos processos produtivos e de consumo e, posteriormente, na gestão da qualidade ambiental dos mesmos, na qual se procurou o controlo dos serviços, produtos, e actividades em função da prevenção dos danos ambientais gerados. Ao mesmo tempo que foram desenvolvidas normas internacionais ambientais, cada nação desenvolveu leis mais severas para a protecção do ambiente, impondo às não-conformidades ambientais, penalidades elevadas e condições rigorosas para o licenciamento ambiental de seus programas.

Os consumidores, considerados de primeiro mundo, passaram a rejeitar os produtos e serviços ambientalmente nocivos e preferindo os processos produtivos menos agressivos ao Meio Ambiente, cujos custos adicionais foram acordados, sem comprometer a competitividade. A busca pela eficiência motivou as empresas a desenvolverem melhores processos de gerenciamento. Desta forma, as empresas apoiaram-se em leis cada vez mais rigorosas com o fim de serem mais reconhecidas pela sua consciência ambiental.

Em Portugal, não houve nenhum momento ou impacto que desencadear-se uma “revolução ecológica”, somente uma curta história ambiental, uma raiz conservacionista provocada pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN). Esta, foi fundada em 1948, enquadrando-se nos movimentos conservacionistas internacionais da época, fizeram um dos

⁴²<http://www.scribd.com/doc/80401650/3/EVOLUCAO-DA-QUESTAO-AMBIENTAL-NO-MUNDO-E-NO-BRASIL>

primeiros inventários do património natural, que foram o ponto de partida para as actuais áreas protegidas.

As leis, isto é, a política ambiental foi marcada pela influência externa, principalmente aquando a adesão à União Europeia, mas anteriormente, existiram momentos que impulsionaram o impulso externo. “Nessa altura, o Ano Europeu da Conservação da Natureza, em 1970, desencadeou a primeira Legislação da Conservação da Natureza (Lei 7/70). Esse diploma levaria, por sua vez, no ano seguinte à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês”⁴³.

Em 1971, devido à necessidade de participar na Conferência de Estocolmo, originou-se a Comissão Nacional do Ambiente (CNA), com o intuito de criar o primeiro “Relatório Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente” em Portugal. Esta necessidade deve-se ao facto de Portugal querer integrar-se com as restantes organizações internacionais, quebrando assim, o isolamento do país devido à política colonial.

Posteriormente, em 1986, a adesão à União Europeia, que quase coincidiu com o Ano Europeu do Ambiente (um ano depois), foi o grande marco na política ambiental do país, com a implementação de novas exigências, medidas mais intensivas e um reforço na legislação. Esta adesão trouxe também grandes benefícios de apoio financeiro para infra-estruturas básicas e para a melhoria da qualidade de vida⁴⁴.

Em 1987, é aprovada a Lei de Bases, com leis que ajudaram no desenvolvimento sustentável do país e no respeito pelo meio ambiente. A gestão da água, do ruído e dos resíduos, defesa do litoral e protecção das espécies são alguns dos pontos defendidos pela LB. Apesar de com estas leis, Portugal cumpria com todas as directrizes da União Europeia, com todos os tratados, protocolos e convenções, mas na realidade não se verificava em plenitude. Apesar de ser abundantemente financiados certos programas, não foram possíveis de executar, revelando claramente a incapacidade interna de resolver problemas básicos, por exemplo, o saneamento básico.

Actualmente ainda se verificam várias falhas relativamente às políticas ambientais em Portugal, e comparando com as influências globais, está longe de ser resolvido e tornar-se consistente. Este facto pode ser causado pela falta de cultura ambiental, pela falta de firmeza por parte do Estado em relação a situações ilícitas, e/ou devido à falta de planeamento efectivo, de limites.

Por outro lado, a política de ambiente tem sido pioneira na introdução de uma boa governança. O ambiente deixou de ser uma oposição, passou a ser parte integrante no que toca a matéria política. Assim, os princípios seguidos em relação ao ambiente, apesar de verificar depois de longa data, ajudam para uma construção harmoniosa da Europa.

⁴³ <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/256.pdf>

⁴⁴ <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000044001-000045000/000044764.pdf> (como é que faço a relação?)

4.5. Valores ecológicos e paisagísticos

Como já foi referido anteriormente, no tópico sobre o rio e a cidade, a relação da cidade com os rios já passou por várias fases. Se inicialmente a harmonia e o respeito marcavam esta relação, o esquecimento e a degradação tomaram esse lugar.

As zonas ribeirinhas urbanas também foram incluídas neste processo de degradação. A falta de conhecimento ou de consciência ecológica mostrou a negligência nos projectos de intervenção urbana, principalmente nas zonas ribeirinhas. Poluídas e com as suas paisagens naturais alteradas, as zonas ribeirinhas foram perdendo a sua essência de espaços ecológicos e transformaram-se, em muitos casos, em elementos desagradáveis para as populações.

No entanto, os valores ecológicos emergiram, despertando preocupações e atitudes que ajudaram a revitalizar e dar importância aos espaços verdes no meio do espaço urbano. Surge, assim, a fase de recuperação da atenção para a estrutura ecológica com propostas de integração e valorização dos rios e dos espaços verdes.

Desta forma, as intervenções urbanas nos espaços verdes, particularmente em zonas ribeirinhas, exigem um conhecimento dos valores associados aos sistemas ecológicos. Os valores ecológicos e paisagísticos, são factores muito importantes no desenho de um projecto urbano, pois são aqueles em que a negligência é mais visível.

4.5.1. Valores ecológicos

Na análise dos valores ecológicos, tendo em consideração o conceito de corredor fluvial, incluem-se as áreas de carácter linear, protegidas e geridas com objectivos ecológicos, estéticos, culturais, históricos ou recreativos, nas quais se procura proteger zonas ecologicamente sensíveis⁴⁵. Dentro destes corredores fluviais, incluem-se as zonas ribeirinhas, e em geral, representam as seguintes características ecológicas⁴⁶:

- Estrutura linear ou curvilínea, relacionada com as características morfológicas da rede de drenagem;
- Elevado grau de conexão com sistemas adjacentes, actuando simultaneamente como elementos de ligação e separação entre eles;
- Favorecimento de condições de refúgio e protecção, constituindo habitats para um elevado número de espécies;
- Existência de gradientes, isto é, de mudanças graduais na composição e abundância de espécies, o que dá origem a funções condutoras de movimento e circulação de espécies biológicas;
- Efeitos de orla, de filtragem e/ou de barreira;

⁴⁵ ALMEIDA, Filipa; Ribeira da Carpinteira: Projecto Urbano, integrar e valorizar a estrutura edificada/estrutura ecológica, 2009, p.43

⁴⁶ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p. 175.

- Existência de relações funcionais com águas subterrâneas, favorecendo o seu fluxo ascendente, bem como na circulação de águas superficiais, controlando as funções de escoamento e infiltração, a retenção de nutrientes e sedimentos e a protecção contra a erosão;
- Controlo do desenvolvimento de plantas aquáticas por ensombramento;
- Riqueza e diversidade paisagística e valorização cénica da paisagem.

Os corredores fluviais emergem com o conceito de conectividade, isto é, a sua ligação entre rio e a envolvente e pode adquirir várias funções ao longo do seu percurso: habitat; condutor; barreira; filtro; dispersão; e refugio.

“Existem novas tendências e metas, como a recuperação valorização e restauro, inseridas em estratégias de intervenção que privilegiem a conservação da natureza, a protecção da biodiversidade e a permanência de valores naturais e paisagísticos intrínsecos, a par da utilização racional e sustentável dos recursos facultados pelos sistemas fluviais.”⁴⁷ Para esta recuperação, surgiram dois tipos essenciais de medidas de intervenção: as medidas estruturais e não-estruturais. Segue-se um quadro que esquematiza estas mesmas medidas:

TIPOS DE MEDIDAS	LEITO	MARGEM	LEITO DE CHEIA
MEDIDAS ESTRUTURAIS	Limpeza e desobstrução	Limpeza e desobstrução	Limpeza e desobstrução
	Recuperação e Restauro de condições naturais	Recuperação e Restauro de condições naturais	Recuperação e Restauro de condições naturais
	Valorização ecológica e estética	Valorização ecológica e estética	Valorização ecológica e estética
	Modificações do leito	Revegetação, plantações e sementeiras	Revegetação, plantações e sementeiras
	Meandrização	Estabilização, protecção e/ou revestimento natural, semi-natural e artificial	Incremento da comunicação hidrológica com o leito e margens
	Estreitamento/Alargamento	Entrançados, faxinagem, utilização de rizomas de caniço	Rebaixamento de níveis
	Regime de caudais ecológicos	Utilização de gabiões, rip-rap, geotêxteis, fibras, enrocamentos, etc. isoladamente ou em conjunto com material vegetal	Valorização ecológica e estética
	Modificação do substracto	Construção de deflectores de corrente	Criação de zonas e bacias de retenção de cheias
	Retenção de sedimentos "still-traps"	Modelação de taludes	Criação ou manutenção de sistemas de compartimentação
	Criação de rápidos e remansos	Criação de muros e muretes de suporte e retenção	Remoção ou afastamento de diques ou estruturas
	Criação de leitos alternativos	Remoção ou afastamento de diques	Faixas de protecção "buffer strips"
	Construção de soleiras, degraus e açudes	Faixas de protecção "buffer strips"	Manutenção
	Construção de deflectores de corrente	Manutenção	
	Repovoamento de espécies florísticas ou faunísticas		
	Manutenção		

⁴⁷ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p. 178.

TIPOS DE MEDIDAS	LEITO	MARGEM	LEITO DE CHEIA
MEDIDAS NÃO-ESTRUTURAIS	Regime do DPH (Domínio Público Hidrico)	Regime do DPH	Regime das Zonas Adjacentes
	Regime da REN	(Regime da REN)	Regime da REN
	PBH (Planos de Bacia Hidrográfica)	PBH	PBH
	Estudos de Impacte Ambiental	Estudos de Impacte Ambiental	Estudos de Impacte Ambiental
	Afectação de solo para permitir o processo de recuperação	Afectação de solo para permitir o processo de recuperação	Afectação de solo para permitir o processo de recuperação
	Outras medidas de ordenamento do uso do solo	Outras medidas de ordenamento do uso do solo	Outras medidas de ordenamento do uso do solo

Quadro 2- Síntese de medidas técnicas, não-estruturais e estruturais no âmbito da engenharia biofísica, a considerar numa estratégia de requalificação de corredores fluviais (Fonte: Extraído de SARAIVA, O Rio como Paisagem, 1999, p.191-192)

Em suma, as medidas não-estruturais utilizam sobretudo instrumentos de carácter institucional e regulamentar do ordenamento do território, como o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e o Domínio Público Hídrico e Zonas Adjacentes (DPH). As medidas estruturais implicam uma intervenção directa no local, *in loco*. Estas medidas são, por exemplo, a limpeza e desobstrução, manutenção, a modificação do leito ou a criação de muros.

4.5.2. Valores paisagísticos

Os valores paisagísticos, ao longo do tempo, têm caído no esquecimento. No entanto, levou a uma tomada de consciência da necessidade de valorização das paisagens ribeirinhas.

Vários autores fizeram buscas intensivas sobre os valores paisagísticos em sistemas fluviais. Com base nesta pesquisa, consideram-se três paradigmas que envolvem a teoria geral da avaliação da paisagem: profissional, comportamental e humanístico⁴⁸.

A abordagem profissional constitui uma avaliação pericial, que tem por base estudos realizados por peritos, como arquitectos paisagistas, urbanistas e gestores de recursos naturais, sobre as qualidades cénicas da paisagem. Posteriormente, esta análise resulta em recomendações a integrar nos projectos de intervenção urbana.

A abordagem comportamental está relacionada com o campo da psicologia, abrangendo as abordagens psicofísica e cognitiva. Esta abordagem tem por base o estudo das preferências dos observadores, não especializados, em que se leva em consideração o valor que o individuo atribui á paisagem. Este método procura descobrir a imagem que os cidadãos têm da sua cidade.

A abordagem humanística, resulta do estudo e interpretação nas áreas da história, geografia e humanismo.

⁴⁸ SARAIVA, Maria; O Rio como Paisagem, 1999, p.233

O seguinte quadro mostra a pesquisa de vários autores sobre os valores paisagísticos dos sistemas fluviais, em que o tipo de abordagem utilizada é profissional e/ou comportamental.

AUTOR	OBRA LITERÁRIA	ANO	TIPO DE ABORDAGEM	PRINCIPAIS FACTORES CONSIDERADOS NA PERCEPÇÃO, AVALIAÇÃO E PREFERÊNCIA DAS PAISAGENS FLUVIAIS
Leopold, Luna B.; Marchand, M. O'B.	"Water Resources Research", Vol.4	1968	Professional	. Factores de carácter físico e químico - largura, profundidade e declive do leito, velocidade do caudal, largura do vale e do leito de cheia, ordem do curso de água, área da bacia, etc. . Factores de carácter biológico - diversidade, presença de fauna e vegetação, etc. . Índice de carácter único
Nighswonder, J.	"A methodology for Inventoring and Evaluating the Scenic Quality and related Recreational Value of Kansas Streams"	1970	Professional	. Contraste . Diversidade
Litton, R. B.; Tetlow, R.J.; Sorensen, J.; Beatty, R. A.;	"Water and Landscape. An Aesthetic Overview of the Role of Water in the Landscape"	1974	Professional	. Unidade . Variedade . Vivacidade
Jones G. R. et al	"A method for the Quantification of Esthetic Values for Environmental Decision Making - Nuclear Technology"	1975	Professional	. Unidade . Vivacidade . Integridade
Dune, T.; Leopold, L. B.;	"Water in Environmental Planning"	1978	Professional	. Factores físicos - largura e profundidade do leito, largura do vale e altitude do relevo . Factores de interesse humano - tipo de uso do solo, panorâmicas, presença de rápidos, etc.
Lee, Michael S.	"Proceedings of "Our Nacional Landscape"	1979	Comportamental	. Legibilidade . Complexidade . Definição espacial . Mistério . Elementos de distinção . Factores de perturbação
Ulrich, Roger S.	"Aesthetic and Affective Response to Natural Environment"	1983	Comportamental	. Complexidade . Focalização e composição . Profundidade . Textura . Ausência de risco perceptível
Herzog, T. R.	"A cognitive Analysis of Preference for Waterscapes"	1985	Comportamental	. Identificabilidade . Coerência . Amplitude . Complexidade . Mistério . Textura
Pitt, David G.	"The attractiveness and Use of Aquatic Environments as Outdoor Recreation Places"	1989	Misto	. Simbolismo . Naturalidade . Mistério . Complexidade . Focalização múltipla
House e Sangster e House e FordHam		1991/1992	Misto	. Grau de Limpeza . Grau de atracção . Diversidade da vegetação . Grau de naturalidade

Quadro 3- Síntese dos principais factores considerados na percepção, avaliação e preferência de paisagens fluviais (Fonte: Idem, p.248-249)

O quadro anteriormente apresentado permite-nos verificar a evolução destes métodos, profissionais e comportamentais, no sentido de uma complementaridade entre ambos. A abordagem mista permite complementar as informações recolhidas dos profissionais com as preferências e opiniões. Estes factores devem ser tomados em consideração quando é

desenvolvido um trabalho de desenho urbano, num espaço ribeirinho, assim como noutros locais com a temática dos espaços verdes.

Capítulo 5

Estrutura edificada | reabilitação

O presente capítulo refere-se à temática da reabilitação, sendo referidos o seu significado e a sua importância. São enunciadas as vantagens e os problemas neste tipo de intervenção. Posteriormente segue-se a abordagem às pousadas, a sua origem e três casos de estudo, como referências para uma futura proposta de projecto.

5.1. Estrutura edificada, a intervenção no edificado

A estrutura edificada é definida por espaços que se caracterizam por uma intensa acção humana que modifica o espaço através de construções adaptadas a funções específicas e por infra-estruturas diversas, destinadas a facilitar as relações comunitárias ou a rectificar factores naturais adversos.

O Homem construiu vários elementos na paisagem que traduzem um vasto conhecimento do meio e, ao mesmo tempo, mostrou a forma mais sábia e consciente de o utilizar em seu proveito⁴⁹. Estes elementos vão desde os simples caminhos até aos edifícios mais importantes, que devem ser preservados e mantidos pois são designados como elementos da estrutura cultural da paisagem.

Nas zonas ribeirinhas, pode-se verificar a presença das duas estruturas, visto que na presente estrutura ecológica, por vezes é necessário a intervenção da estrutura edificada para uma melhor fruição do espaço. Muitas vezes estas áreas não são aproveitadas para a melhoria da qualidade de vida, encontram-se no esquecimento e degradação e mesmo os edifícios que as cercam, acabam por ter o mesmo fim. Para que tal não aconteça, é necessário definir estratégias e intervir no construído, para que este não perca a sua identidade e a sua importância. Neste contexto, a estrutura edificada e a intervenção a realizar refere-se à reabilitação de edifícios que apesar de não terem valor patrimonial, representa a sua época de construção e o seu estilo. “Não haverá história se as obras e as marcas do passado não forem conservadas. O seu futuro e o da cultura em geral, dependerão de uma conservação prospectiva de todo o nosso património cultural”⁵⁰. A estrutura edificada representa o património arquitectónico que se tornou numa linguagem, numa forma de comunicação, reflexo do nosso passado, mexendo com as nossas sensações e comportamentos, mudando a nossa forma de vida.

⁴⁹ MAGALHÃES, Manuela; A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade, 2001, p.433

⁵⁰ Conservação da Natureza, editado pelos Serviços de Estudos do Ambiente, 1982, p.107

5.2. A importância de reabilitar o construído

Antes de referir quais as vantagens e a importância da reabilitação de edifícios é importante definir este conceito. Segundo a Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património (APRUPP) a reabilitação é definida “como um processo contínuo e integrado de manutenção, revitalização e regeneração do habitat edificado *in lato senso*, respeitando a especificidade cultural e identitária do lugar”⁵¹. Inicialmente, apenas os edifícios com valor histórico eram objecto de conservação e protecção, mas depressa se estendeu a todos os edifícios, pois tendo ou não valor histórico todos revelam, parte da nossa história. Segundo a APRUPP o “património” não é apenas entendido como o edificado de carácter excepcional e monumental, mas todo aquele que é testemunho de uma existência cultural e social da comunidade como um todo.

O objectivo principal da reabilitação é a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente da população residente. Não menos importante, reabilitar edifícios, trata-se de uma tarefa muito importante, pois possibilita a preservação dos valores culturais, de protecção do ambiente e pretende alcançar grandes benefícios económicos em comparação, por exemplo, com as obras de demolição seguidas de reconstrução. Actualmente, a importância cultural e socioeconómica da conservação do património arquitectónico e da reabilitação urbana, é reconhecida em todo o mundo⁵².

O património edificado, especialmente os edifícios antigos, são um marco importante para a compreensão da história das cidades e dos seus habitantes, pois são o reflexo da sua adaptabilidade e forma de viver. No actual contexto, a reabilitação é entendida como uma necessidade e uma oportunidade para a sustentabilidade. Tentar prolongar a vida útil dos edifícios, o mais tempo possível, dependendo obviamente da degradação natural, é a opção mais correcta, do ponto de vista económico e da sustentabilidade ambiental. Assim, a reabilitação trata-se de uma melhor solução no que respeita às questões ambientais e de sustentabilidade de recursos, pois permite uma maior economia de recursos não renováveis e também protege o território de uma ocupação extensiva por ocupação de novas edificações. Reabilitar é a melhor forma de garantir uma continuidade entre o passado e o presente das cidades, contribuindo para a preservação dos valores histórico-culturais, que se traduzem nas marcas de cada cidade para se afirmarem perante o país e o mundo⁵³.

Outra mais-valia, é o facto de poder adaptar o novo ao velho, isto é, os novos conceitos e materiais devem ser adaptados ao existente, tendo sempre o cuidado para que a introdução do novo não signifique a destruição desnecessária do existente⁵⁴.

⁵¹ <http://aprupp.org/about/>

⁵² AGUIAR, José; CABRITA, António; APPLETON, João; Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais, 2002, p.1

⁵³ SIMÕES, António Jorge; A reconversão de edifícios não habitacionais, para uma (nova) função residencial no âmbito da reabilitação urbana. Estudo de casos exemplares no Porto, 2009, p. 12

⁵⁴ António Castilho, Júlia Gonçalves, Lara Oliveira, Mariana Magalhães, Maria João Freitas e Pedro Teles, ; Reabilitação de edifícios. As patologias mais frequentes e as técnicas de reabilitação, 2009, p. 6

No que diz respeito a encargos com licenças e taxas camarárias, a reabilitação é uma alternativa vantajosa, visto que proporciona melhores condições de acesso ao crédito, principalmente para quem está a iniciar a sua vida activa.

Com a preservação e melhoria do património existente, a reabilitação é uma grande vantagem para a revitalização das cidades dinamizando também a economia, como por exemplo o comércio local nos centros históricos. Assim, criam-se condições para uma maior competitividade no desempenho económico das cidades, sem obrigar à ocupação dos poucos espaços verdes restantes ou outros espaços destinados a outras actividades.

Resumindo, a reabilitação é a estratégia a seguir e já se encontra em grande expansão, pois abarca inúmeras vantagens quer a nível socioeconómico, histórico-cultural e ambiental. Apesar de existirem também vários inconvenientes, é sempre importante preservar a história e a cultura de uma cidade.

5.3. Problemas no processo de reabilitação

Obviamente que existem desvantagens e problemas no que diz respeito à reabilitação.

Reabilitar ainda é uma actividade que se está a desenvolver e, apesar de ser algo com uma existência bastante antiga, só foi estendida à grande maioria dos edifícios nas últimas décadas. Deste modo, trata-se de uma actividade onde a experiencia é muito limitada e o saber não é dominado por todos os intervenientes, tornando o acto da reabilitação de um edifício, um desafio constante para todos os envolvidos e um risco acrescido para o sucesso das intervenções⁵⁵.

Devido ao nível de especialidades ser muito elevado, é necessário recorrer a técnicos especializados para cada área de intervenção, tornando todo o trabalho realizado na fase de projecto e acompanhamento de obra demorado e muito dispendioso. Além disso, a oferta de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho não é muito grande e é impossível sistematizar a forma de actuar, pois cada edifício é um caso particular que merece muita atenção, em que os técnicos não podem demitir-se de um elevado grau de especificidade e singularidade de cada operação. Para que um projecto de reabilitação tenha sucesso, é necessário que a fase de projecto seja bem desenvolvida, prevenindo assim possíveis dificuldades na fase de obra.

Outra dificuldade que se encontra no processo de reabilitação é que grande parte dos edifícios foram construídos com técnicas pouco usuais na actualidade e foram utilizados materiais que caíram em desuso, não se conhecendo, agora, as suas características. Encontrar materiais que cumpram as exigências da legislação em vigor e que ao mesmo tempo sejam compatíveis com o que é característico de um edifício antigo, é uma tarefa bastante

⁵⁵ SIMÕES, António Jorge; A reconversão de edifícios não habitacionais, para uma (nova) função residencial no âmbito da reabilitação urbana. Estudo de casos exemplares no Porto, 2009, p. 13

complicada actualmente. Em muitos casos, os materiais necessários são escassos e com preços abusivos, sendo um grande obstáculo para este tipo de intervenções⁵⁶.

Muitas vezes recorre-se a materiais novos e a novos tipos de construção, por motivos económicos ou por facilidade de construção, mas o edifício corre o risco de perder a sua identidade. Manter o mesmo tipo de materiais e o mesmo tipo de construção, mostra a verdadeira identidade do edifício e da época em que foi construído de raiz, pois são preservadas as suas características, mas desta forma, a reabilitação terá custos muito elevados.

A questão financeira sobre as obras de reabilitação é a maior desvantagem em relação à construção nova, excepto em alguns casos, pois depende muito da escala da intervenção. Se compararmos os orçamentos de uma construção nova com uma reabilitação a grande escala, em relação ao preço final da empreitada, averiguamos facilmente que a diferença é muito maior nos processos de reabilitação. Este facto é compreensível visto que, face à especificidade e imprevisibilidade de grande parte das tarefas e daquilo que se vai encontrar em obra, se torna assim num condicionalismo negativo deste tipo de trabalhos.

Sendo a reabilitação do edificado de carácter relativamente recente, existem poucas empresas especializadas neste domínio, o que condiciona a oferta. Quem procura estes serviços sujeita-se aos preços e condições que as empresas oferecem, pois a concorrência é escassa.

Quando a reabilitação é realizada num edifício de habitação, é necessário realojar provisoriamente os seus habitantes, o que para além de ser desconfortável acarreta também alguns custos.

Por fim, é importante referir que, a reabilitação dos edifícios dos centros históricos, está de certa forma condicionada pelas leis impostas pelas entidades ou associações de reabilitação, pois apesar destes entenderem quais as melhores formas de reabilitar, nem sempre vão ao encontro daquilo que os proprietários pretendem, tornando-se assim, em alguns casos uma dificuldade para este processo.

5.4. Origem das pousadas

Com a Revolução Industrial, no início do séc. XIX, a actividade de viajar pelo prazer de viajar cresce, impulsionada pela consolidação de uma burguesia endinheirada, detentora dos recursos económicos necessários e do tempo livre para o fazer.

Em Portugal, no início do século XX, o turismo resumia-se a uma oferta bastante reduzida, para uma indústria também ainda pouco explorada, apenas materializada nos hotéis “Palace” muitas vezes associados a hotéis termais, como no caso do Palace Hotel de Vidago. Símbolos de um modo de vida, estas estruturas hoteleiras de luxo encontravam-se nos grandes

⁵⁶ SILVA, Carla Liliana; Metodologias de Gestão de Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos, 2008, p.12

centros turísticos e eram direccionados para um público muito específico, a alta sociedade portuguesa, que, além de usufruir das qualidades curativas das águas termais, procurava também o ócio e o descanso. A partir dos anos 30, surge uma nova filosofia de vida mais direccionada para o ar livre e para o desporto, como a praia ou o campismo, em grande parte justificada por argumentos de salubridade que anteriormente se encontravam associados aos hotéis termais e a uma minoria da população. Esta nova mentalidade marca uma viragem no sector que, a par de uma progressiva adesão ao fenómeno turístico pela maior parte da população, assinala o início do declínio das estâncias termais e dos Hotéis “Palace”.

Influenciada por esta nova postura perante o lazer, a revista “Notícias Ilustrado” lança, em Julho de 1933, um concurso intitulado “Hotel Modelo”, o qual pretendia implementar um novo conceito de hotel que promovesse uma nova abordagem turística ao país. Apresentar-se-iam como hotéis regionais, um para cada província portuguesa, cuja expressão deveria difundir um regresso aos valores tradicionais da cultura portuguesa. Apesar de ter sido uma iniciativa bastante divulgada por todo o país, acabou por não ter o impacto que se esperava na realidade, concluindo-se que a escala proposta por Raul Lino (1879-1974), na definição do programa do concurso, não se adequava ao panorama regional português.

Em Novembro do mesmo ano, e ainda na sequência da campanha do “Notícias Ilustrado” do “Hotel Modelo”, é publicado um artigo de Sanches de Castro sobre o Parador de Enrique II de Ciudad Rodrigo em Espanha. Fazia referência à intervenção urbana realizada em toda a cidade enaltecendo o seu sentido de oportunidade e o seu valor estético na valorização do património artístico e cultural como atracção turística, salientando o Parador da cidade como o seu exemplo mais relevante. Situado na própria fortaleza, assume-se como uma pequena pousada que, além de oferecer os mais modernos requisitos da indústria hoteleira, privilegia os seus hóspedes com a sua localização e o seu carácter histórico e monumental.

Este Parador inseria-se numa estratégia turística inovadora, a Junta de Paradores y Hosterías del Reino, implementada pelo Patronato Nacional de Turismo (PNT) de Espanha em 1928. Com o intuito de promover a cultura e a visita a cidades e locais de interesse histórico e natural, estas estruturas eram caracterizadas pelo facto de adoptarem uma política de rentabilização de recursos patrimoniais e paisagísticos. Inseridas em locais que não se apresentavam como apelativos para indústria de turismo privada, contribuíam para o crescimento económico destas cidades desempenhando um papel de extrema importância na reabilitação do património, uma vez que não só salvaguardavam o restauro dos monumentos onde estes equipamentos turísticos se iriam instalar, como também garantiam a sua conservação, através da adaptação e reafecção a um uso necessário e conveniente.

Se através dos Paradores, o PNT disponibilizava aos hóspedes a excepção e a singularidade, a criação, também em 1928, da Red de Albergues de Carretera, procurava um tipo de uniformização hoteleira direccionada para outro público e com objectivos distintos. Numa época caracterizada pelo progresso e pelo desenvolvimento e incentivada pelo aparecimento e difusão do automóvel, é criada uma rede de estradas, o Circuito Nacional de

Firmes Especiales, que pretendia facilitar as deslocações entre as grandes cidades e os mais importantes circuitos históricos e artísticos, interligando os principais eixos viários, facultando desse modo uma maior mobilidade por todo o território. Foi então pensado em dotar esta nova rede de estradas de um equipamento hoteleiro direccionados especificamente para os automobilistas, para as suas necessidades enquanto turistas.

Considerada como uma aposta moderna, pretendia encontrar um projecto comum que pudesse ser aplicado em diversas localidades e que se apresentasse como um projecto de equipamentos.

Com o início da guerra civil espanhola, em 1936, todas as acções que estavam a ser concretizadas pelo PNT ficaram suspensas, enquanto que em Portugal decorria o I Congresso Nacional de Turismo, um evento que se destacaria como ponto de partida para o delinear de uma nova linha de rumo para o turismo nacional. Dos diversos temas apresentados e discutidos no Congresso houve um que se distinguiu, no sentido em que propunha uma nova abordagem ao turismo nacional, de modo a torná-lo acessível a toda a população interessada em conhecer as vastíssimas riquezas nacionais - a tese exposta por Francisco de Lima, intitulada "Pouzadas".

A sua proposta tem como objectivo tornar o conceito de estadia para turismo abarcando todas as classes sociais, desde o viajante mais modesto, como um empregado público até ao industrial. Este conceito distancia-se do conceito de Palace ou o Hotel, mas assemelha-se aos conceitos de Parador e Albergue espanhóis, criando um "modelo tipo".

Este projecto segue de perto a abordagem do concurso lançado pelo "Noticias Ilustrado", onde o jornalista Sanches de Castro sugere, mais tarde, que os Paradores fossem aproveitados, como edifícios antigos, para instalar as Pouzadas, desde que oferecessem "condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar"⁵⁷.

Francisco de Lima, sugeriu que as pousadas fossem um exemplo de conforto sóbrio e simultaneamente económico, em que as marcas regionais fossem bem vincadas para que as pousadas fossem um reflexo do cunho nacional.

Com as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, o Estado Novo dá início a uma série de trabalhos, centrados na recuperação do património arquitectónico nacional, por volta de 1940. Foram criados toda uma série de serviços desde a vida pública: a Justiça (tribunais e cadeias); Ensino (escolas primarias, liceus e edifícios universitários); saúde (hospitais); comunicações (estradas, pontes, viadutos, estações de correio, telefones e telégrafos); administração pública (câmaras, juntas de freguesia e caixas gerais de depósitos); forças armadas (quarteies e estaleiros); religião (igrejas); desporto (estádios); e turismo e cultura (monumentos e pousadas)⁵⁸.

⁵⁷ LOBO, Susana; Pousadas de Portugal, Reflexo da Arquitectura Portuguesa do Século XX, 2006, p.26

⁵⁸ Idem, p.35

Assim, com todas estas novas intervenções em Portugal, marcou-se o estilo que caracteriza a arquitectura dos pais, um estilo nacional que se reflectiu também nas pousadas portuguesas.

Em 1939, é anunciada oficialmente a construção das primeiras 5 pousadas: Elvas, São Brás de Alportel, Marão e Serém. Posteriormente, outras pousadas foram construídas, algumas através da reconversão de antigas pensões, como em Óbidos. Começa a emergir a reabilitação na arquitectura, característica muito marcante nas pousadas da actualidade.

As pousadas foram designadas como um projecto de turismo inovador, como uma estratégia de intervenção à escala do território nacional, isto é, as pousadas foram construídas em pontos estratégicos de forma a estabelecer uma rede lógica por todo o território. Algumas foram construídas em pontos de ligação com Espanha, outras perto da capital, mas suficientemente afastadas para manter o estilo rural e ambiente calmo. O objectivo é enaltecer as características de cada zona, na pousada que é construída, estimulando o turismo local.

Relativamente ao edifício em si, a pousada definiu-se “entre o que deveria ser uma habitação e um hotel”⁵⁹, tentando que esta se assemelha-se à casa portuguesa, quer ao nível da escala, como na decoração e do programa. Existia a necessidade de que as pousadas revelassem um “espírito de lugar”, em que havia a necessidade de evitar o ambiente urbano, valorizando os ambientes rurais da região.

Com o decorrer das experiencias, ao longo das construções das pousadas, todos os métodos foram repensados, apesar de existir sempre um modelo, e foram-se adaptando aos lugares e ao facto de ser um edifício de raiz ou uma reabilitação.

Actualmente, do ponto de vista geral, existem duas modalidades de Pousadas: as regionais, com traços modernos e novos que seguem as normas arquitectónicas e decorativas da sua região; e as chamadas Pousadas históricas, “alojadas” em edifícios de grande valor patrimonial. As regionais são mais numerosas, são mais simples, localizadas em zonas históricas, em imediações de espaços protegidos ou em pequenas localidades. As históricas, estão, normalmente localizadas em monumentos nacionais, tais como conventos, mosteiros, ou castelos. Este tipo de pousadas, são uma mais-valia na medida em que permitem a recuperação de um património arquitectónico degradado ou abandonado⁶⁰.

5.5. Três exemplos de pousadas

No seguimento do estudo sobre a origem das pousadas abordam-se alguns casos particulares. Visto que a intervenção que esta dissertação propõe, será em Barcelos, uma cidade situada a Norte de Portugal, as Pousadas a seguir mencionadas estão também

⁵⁹ BRITO, Margarida Acciaiuoli de; Os Anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes: “Restauração” e “Celebração”, 1991, p.566

⁶⁰ ALONSO, Pilar; GIL, Alberto; Pousadas de Portugal, 2002, p. 3

localizadas na mesma região. Para além desta característica comum, estas três pousadas foram projectados por arquitectos conotados com a Escola do Porto, Fernando Távora, Alcino Soutinho e Eduardo Souto Moura.

As pousadas localizam-se no Castelo de Vila Nova de Cerveira, no Convento de Santa Marinha da Costa e no Mosteiro de Santa Maria do Bouro. Enquadram-se em edifícios classificados e protegidos pelas entidades responsáveis pelo património português.

A proposta desta dissertação será também uma reabilitação, mas o edifício em questão não possui qualquer valor histórico, o que se difere destes três casos de estudo. Mas, como pontos em comum, tem o facto de se tratar de uma reabilitação, em que a preocupação de conservar o existente é eminente e o tipo de plantas e alçados, apesar de ser diferentes, têm pontos muito semelhantes, assim, como as funções e necessidades.

Assim, o estudo destas três pousadas, não se irá debruçar muito sobre o património e a sua importância, mas será mais direccionado sobre os valores que foram preservados, assim como os aspectos inovadores subjacentes.

5.5.1. Pousada de D. Dinis

O Castelo de Vila Nova de Cerveira, foi construído em meados do século XIII, com as características de arquitectura militar, gótica e barroca. Posteriormente, durante o século XIV, D. Dinis, durante o seu reinado ordenou a sua reedificação e a construção de uma muralha para cercar a povoação. Durante o século XVII, D. Manuel ordenou uma nova renovação, construindo também a capela de N^a Sr.^a da Ajuda e durante este mesmo seculo, resistiu ao ataque das tropas de D. Filipe IV e dois seculos depois, à investida das tropas de Napoleão durante a Segunda Invasão Francesa⁶¹.

Com o decorrer dos anos, algumas partes do castelo, tais como a torre de menagem, foram demolidas, assim como os fossos, que foram atulhados, modificando o castelo e muralhas originais.

Em meados do século XIX, surgiu a ideia de criar uma Pousada no interior das muralhas, mas cedo essa opção foi afastada devido à elevada altura da muralha, que não oferecia qualquer vista para o exterior e pelo facto de não ser possível a entrada de automóveis para o interior do recinto. Assim, para que a pousada fosse possível, foi edificada num ponto sobranceiro ao castelo, ou seja, no exterior, de forma a ser possível usufruir de toda a envolvente e o seu conjunto.

Em 1958 a Camara Municipal de Vila Nova de Cerveira, mostrou a sua vontade de desenvolver a Pousada, devido á falta de instalações de hospedaria para dinamizar o turismo

⁶¹ BRANDÃO, Mariana; Pousadas de Portugal- Três Estudos de Caso: Pousada de D.Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro, 2001, p.7

local⁶². Posteriormente, em 1970, o Ministro de Obras Publicas solicita à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, as informações disponíveis e um parecer sobre a adaptação de uma Pousada. Desde então, equipas foram contratadas para estudar e projectar, segundo uma série de constrangimentos e limitações devido ao mau estado de conservação do existente.

Seguiu-se o estudo para a instalação da Pousada na zona intra-muros do castelo, em que o edifício dos antigos Paços do Conselho (propriedade da Câmara de Cerveira) foi cedido gratuitamente para ser ocupado.

Toda a cidadela foi utilizada, aproveitando as construções individualizadas existentes no interior do recinto, mantendo-as a sua forma o mais possível e das praças, quando necessário, erguer uma construção nova (figura 15). Assim, perante estas directrizes, a equipa de projectistas optou por um tipo de pousada ao estilo de um aldeamento, mas que tinha como inconveniente um número máximo de quartos, limitados pela desocupação das edificações antigas. Para que fosse possível utilizar ao máximo as edificações, decidiram que algumas instalações ficariam fora do recinto muralhado, tais como a recepção e a habitação do concessionário.

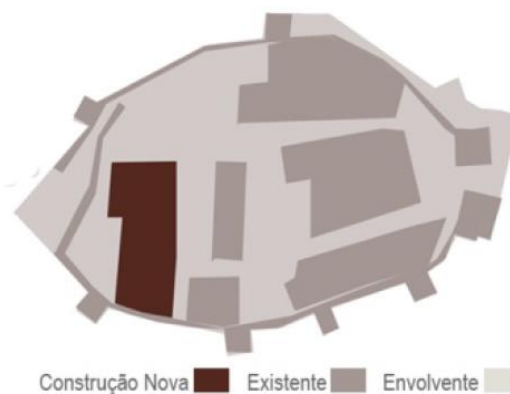


Figura 15 - Esquema da Pousada D. Dinis

Relativamente à recuperação da cidadela, a equipa teve em conta as suas características fundamentais: definiram a organização em quarteirões, constituídos por habitações de traça simples, onde destacaram a Igreja da Misericórdia e a antiga Camara, que se situava a uma cota mais alta, usufruindo de uma panorâmica sobre o rio, as ilhas e o monte de Santa Tecla.

Para o alojamento dos hóspedes, os núcleos de habitação individuais foram sugeridos, aproveitando, assim, a estrutura básica do antigo aglomerado. Na antiga Câmara seriam colocados as instalações de convívio e apoio á Pousada e os serviços e restaurante seriam construídos na zona onde se pode desfrutar de uma paisagem⁶³.

⁶² VENDA, Cátia Filipa; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, p.36

⁶³ BRANDÃO, Mariana; Pousadas de Portugal- Três Estudos de Caso: Pousada de D. Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro, 2001, p.11

Os espaços de estar e recreio distribuir-se-iam pelos dois pisos da antiga Câmara, em duas salas de estar, uma “discoteca” e um bar (este seria no antigo espaço da cadeia), uma adega típica, uma sala de jogos, uma televisão e um bloco de sanitários em cada piso.

O restaurante foi construído de raiz, tratando-se de um bloco novo limitado entre a plataforma das canhoeirias e um dos blocos de habitações, em que no seu r/c seria ocupado por serviços de cozinha, zona d chegada, acessos e salão de refeições e no piso inferior seria destinado para os serviços gerais, tais como a lavandaria vestiários do pessoal, dispensa e central térmica e eléctrica. Por sua vez os blocos de habitações tiveram profundas obras de reabilitação devido ao seu elevado estado de degradação, mas sempre com a preocupação de manter o seu aspecto “pitoresco”. Em cada conjunto, o número de quartos e suites seria variável e em todos eles existiria uma copa de apoio.

Outras propostas surgiram, mas não foram levadas a cabo, tais como galerias enterradas e acessos de serviços.

Foi atribuída a autoria deste projecto ao Arquitecto Alcino Soutinho que foi um dos responsáveis pela obra e pela decoração.



Figura 16- Pousada D. Dinis

Actualmente a Pousada é na realidade um conjunto de edificações isoladas, espalhadas no interior do recinto da cidadela, que se conectam através de ruas que funcionam como passagens a céu aberto (figura 16). Os quartos são amplos e com pequenos pátios, que outrora foram casas de pescadores e a sensação que é transmitida aos turistas é que estes estão alojados numa aldeia medieval⁶⁴.

Toda esta intervenção de reabilitação da fortaleza e a transformação em pousada, ganhou o prémio Europa Nostra em 1982.

5.5.3. Pousada de Santa Marinha da Costa

O convento de Santa Marinha da Costa localiza-se na encosta do Monte da Penha, na freguesia da Costa, concelho de Guimarães. Este é constituído pela igreja, escadório, uma parte conventual, inserido num enquadramento natural do qual faz parte um bosque⁶⁵. Em 1936, a igreja e respectivo escadório foram classificados como Imóveis de Interesse Público. Existem vestígios de ocupação romana no convento e posteriormente, nos séculos VI e VII, foi utilizado para culto religioso, sendo o templo existente prova disso. Nos finais do século IX, foi reedificada a Igreja de Santa Marinha da Costa e passou a fazer parte do mosteiro da Costa.

Ao longo dos séculos todo o conjunto foi entregue a várias entidades, desde cónegos, posteriormente a padres, até que em 1535, sobre alçada de D. João III, foi transformado num centro de estudos superiores. Esta vontade terá sido baseada na vontade que o rei tinha de que o seu filho D. Duarte fosse aluno do colégio Penha Longa, que foi para lá transferido. “Com a necessária autorização papal, o Colégio da Costa passa a Universidade, conferindo os graus de bacharelato, licenciatura, doutorado e magistério”⁶⁶. Mas com a morte prematura de D. Duarte e a força da oposição por parte de Coimbra, a Universidade foi desagregada, mas apesar da sua curta duração, foi na sua época, umas das mais importantes do país.

Em 1834, por consequência da extinção das ordens religiosas, a Ordem de Frei Jerónimo, foi obrigada a abandonar o edifício e assim, a igreja passou a ser paroquial e a propriedade foi vendida, passando por várias famílias, que puderam usufruir de um importante exemplar de arquitectura religiosa portuguesa.

Em 1953, todo o edifício foi abandonado, devido a um incêndio. Nessa época, os Jesuítas tinham instalado no Convento da Costa o seu Seminário-Menos de estudos filosóficos, que tiveram de ser transferidos para Braga.

Após o incêndio, surgiu o interesse por Parte do Estado de adquirir o imóvel, que ainda era propriedade da família Leite Castro. Aquando da decisão da venda do imóvel, a

⁶⁴ ALONSO, Pilar; GIL, Alberto; Pousadas de Portugal, 2002, p. 34

⁶⁵ BRANDÃO, Mariana; Pousadas de Portugal- Três Estudos de Caso: Pousada de D.Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro, 2001, p.29

⁶⁶ BRANDÃO, Mariana; Pousadas de Portugal- Três Estudos de Caso: Pousada de D.Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro, 2001, p. 29

família proprietária pediu ao arquitecto Fernando Távora para ser o autor da avaliação do conjunto, e este aceitou.

Tratando-se de uma reconversão de usos, houve forçosamente uma alteração da estrutura, pois o que era um mosteiro tornar-se-ia agora numa pousada, mas sempre com o intuito de preservar elementos dominantes, tais como a fachada, o claustro, a escada principal, azulejaria, a varanda de Frei Jerónimo e expressão da cerca.

Com a necessidade de aumentar o número de quartos, foi necessário construir uma nova ala para quartos em harmonia com o existente, de forma a não adulterar a composição original (imagem 17).

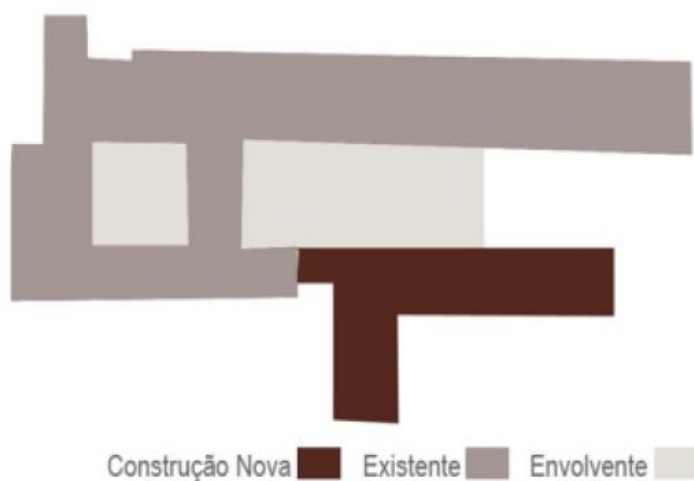


Figura 17- Esquema da Pousada Sta. Marinha da Costa

Em Junho de 1979, o programa de execução já se encontrava acordado e em realização, dividindo-se por duas partes: a primeira era a recuperação do antigo convento (corpo das celas, corpo principal da portaria e zonas envolventes do claustro); a segunda era a construção de um novo corpo, para acolher a garagem e um corpo com quartos nos dois pisos superiores, e anexos, cozinhas e lavandarias nos dois pisos subterrâneos⁶⁷. Para a construção do novo corpo, optou-se por assumir uma arquitectura mais contemporânea, um volume longo que se desenvolve perpendicularmente à Igreja, formando um pátio rebaixado, em forma de L, numa cota inferior que se encaixa na topografia e que não tira a importância ao existente⁶⁸.

É no corpo do antigo convento que se acede à Pousada através de uma grandiosa escada de acesso, de onde é possível ver o claustro com as suas arcadas e a azulejaria nas paredes. Desde a recepção é possível ter acesso à sala de estar e seguidamente ao piso zero da antiga ala dos dormitórios, onde se encontra a sala de refeições e um salão de banquetes.

⁶⁷ BRANDÃO, Mariana; Pousadas de Portugal- Três Estudos de Caso: Pousada de D.Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro, 2001, p.38

⁶⁸ VENDA, Cátia Filipa; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, p. 40

No piso superior, a galeria que liga a Sala do Capitulo à Varanda de Frei Jerónimo, e onde se situam 22 quartos e duas suites. Os restantes quartos estão na ala nova, que é possível aceder-se através da escadaria da recepção. Na parte exterior, o espaço de acesso à Pousada foi redesenhado devido à construção do novo corpo e da garagem⁶⁹.

O projecto foi sofrendo algumas alterações e não foi concluído no tempo previsto devido a vários factores, tais como as descobertas de elementos arquitectónicos e esculturais na zona envolvente do claustro.

A Pousada abriu no dia 2 de Agosto de 1985 e venceu no mesmo ano o Prémio Turismo e Património(figuras 18 e 19).



Figura 18 - Plantas da Pousada



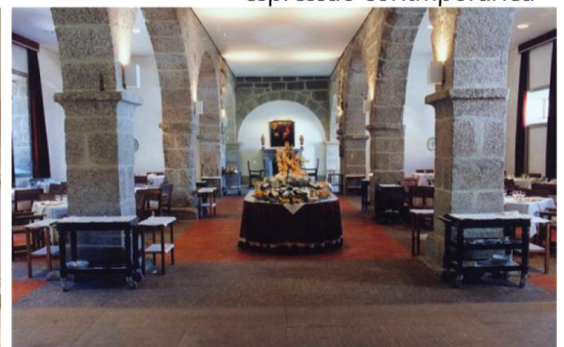
Vista da Pousada de Santa Marinha da Costa



Novo corpo de quartos de expressão contemporânea



Claustro do antigo Convento



Restaurante

Figura 19- Pousada Sta. Marinha da Costa

⁶⁹ VENDA, Cátia Filipa; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, p. 41

5.5.3. Pousada de Santa Maria do Bouro

O Mosteiro de Santa Maria do Bouro, localiza-se na freguesia de Bouro (Santa Maria), conselho de Amares, Braga. Situa-se a entre o Parque Natural da Peneda Geres e a cidade de Braga. Em 1958 foi classificado como Imóvel de Interesse Público.

Sobre a sua história, foi D. Afonso Henriques que doou o local, em 1148, aos Frades Beneditos como reconhecimento do seu papel nas lutas que levaram à conquista. Daí os Monges construíram o santuário da abadia e o mosteiro. Este, no final do século XVII, passa para a Ordem de Cister. Os monges viviam numa rígida clausura, em que a abstinência e o silêncio eram obrigatórios. Assim, era necessário que o Mosteiro fosse auto-sustentável, por isso existia um moinho, forjas, celeiro e oficinas. Nesta época, o Mosteiro chegou a ser entregue a outras entidades, caindo em decadência, foi novamente aproveitado, com obras de reconstrução, com a ampliação da igreja, da cozinha e do refeitório, construção de um novo corpo para as novas celas, entre outras obras. Mas com a extinção das ordens religiosas, o mosteiro cai novamente no abandono e é vendido em hasta pública⁷⁰.

Em meados do século XX, perante o cenário de ruína do Mosteiro, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, fica encarregue de ver o ponto de situação do existente do edifício.

A ideia de criar uma Pousada não foi imediata. Várias entidades, incluindo a Camara Municipal de Amares, o Instituto Português do Património Cultural, entre outros, sugeriram desde uma Escola Agrícola, um Centro de Estudos de Restauro ou um Centro de Congressos. Como estava pensada uma Pousada para o Mosteiro de Tibães, sendo quase vizinho, não se justificava outra tão próxima. Em 1984, a situação altera-se, pois a prevista Pousada no Mosteiro de Tibães, não foi concretizada devido a vários factores. Decidiu-se, por isso, avançar com a proposta de Pousada para Santa Maria do Bouro.

Em 1989 o projecto foi entregue a Eduardo Souto Moura.

À semelhança da Pousada de Santa Marinha, o arquitecto pretendia fazer uma intervenção em que fosse possível distinguir o que era novo e o que já existia, mas esta ideia foi perdendo força, à medida que o projecto ia avançando. Neste caso, um novo corpo poderia não se enquadrar neste mosteiro. E se anteriormente já se tinha reconstruído da sua ruína e não se seguiu o estilo românico, que era de origem, mas ao gosto maneirista, daquela época, porque não agora, no século XX, construir um edifício próximo da cultura contemporânea com o propósito de “dar continuidade, sob outra forma, à vida do mosteiro”⁷¹.

O objectivo principal não é reconstruir o mosteiro, mas usar as pedras deste para construir uma Pousada (figura 19). Assim, não se tenta reconstruir com as mesmas características iniciais, mas usar as pedras para construir algo contemporâneo mas que

⁷⁰ VENDA, Cátia Filipa; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, p. 43

⁷¹ LEÓN, Juan; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís; Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro, 2001, p.61

remonta ao passado. O telhado, foi projectado de forma a manter a ideia da ruina, visto que em vez de ser coberto por telha, é substituído por um manto verde, parecendo que as paredes se sustentam sozinhas na ausência de um telhado visível que segure. Mas é no claustro que se verifica mais esta vontade de mostrar a ruina. Este foi deixado totalmente a céu aberto e as paredes em arcaria no piso térreo se separam das paredes do mosteiro, duplicando-as, deixando assim a “memória da ruina entrar visualmente na vivência do novo mosteiro, através da textura, da cor das pedras expostas ao tempo”⁷². As janelas parecem buracos, devido à caixilharia quase invisível, as portas exteriores são em vidro, parecendo mesmo que o Mosteiro não é habitado e que está ao abandono.

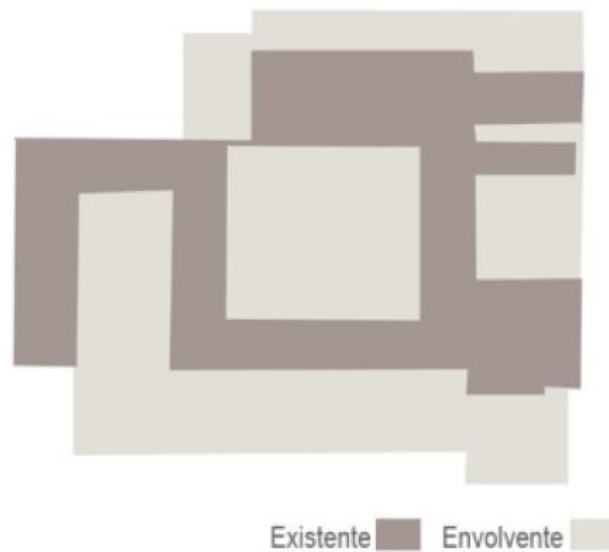


Figura 20- Esquema da Pousada de Sta. Maria do Bourro

No seu interior, o contexto é diferente. O ambiente é contemporâneo, simples e acolhedor lembrando a vida despojada dos monges que lá viviam, através da sua decoração. Relativamente ao projecto, a entrada é na lateral do edifício e é direccionada a um pátio, o Pátio das Laranjeiras, e na envolvente deste estão as alas dos quartos. Na mesma entrada está uma imponente escadaria, com acesso a à entrada da pousada, de onde se vê as pedras antigas do mosteiro que levam até ao claustro. Daí, tem-se acesso à recepção e posteriormente as zonas comuns, que se sucedem através de espaços intercomunicantes, salas de estar, bar e zonas destinadas à televisão e ao bilhar, até chegar ao restaurante.

Este espaço, mantem a sua função inicial, visto que o restaurante encontra-se na cozinha antiga do mosteiro. À direita do restaurante encontram-se dois salões, um destinado ao salão de festas e o outro a um auditório, onde antigamente era a adega e a tulha (imagem 21 e 22).

⁷² VENDA, Cátia Filipa; Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património, 2008, p. 43

No piso superior, a ala dos quartos, o arquitecto usou materiais e uma decoração que apesar de parecer despojado, ao mesmo tempo é aconchegante, com a junção da luz, dos materiais, tais como o tecto revestido a aço corten oxidado.

Relativamente ao espaço exterior, na primeira cota, encontramos a esplanada e junto ao restaurante, um tanque de água em pedra. Numa cota mais baixa, está a piscina oval e o campo de ténis, cercados não só pelos jardins mas também pelas hortas e vinhas.

Esta reabilitação foi já referida como “uma das mais subtis, mas também mais radicais intervenções no campo do património”⁷³, devido ao carácter humilde e natural com que o arquitecto deu continuidade ao edifício utilizando a própria ruína e pelo facto de que a Pousada ainda pareça um Mosteiro desabitado.

Assim, o projecto começou por se desenvolver a partir do interior do edifício, tentando sempre não alterar a sua configuração inicial. Souto Moura, através de uma linguagem simples, consegue manter uma continuidade natural, fazendo com que o Mosteiro pareça ter sido sempre deste modo.

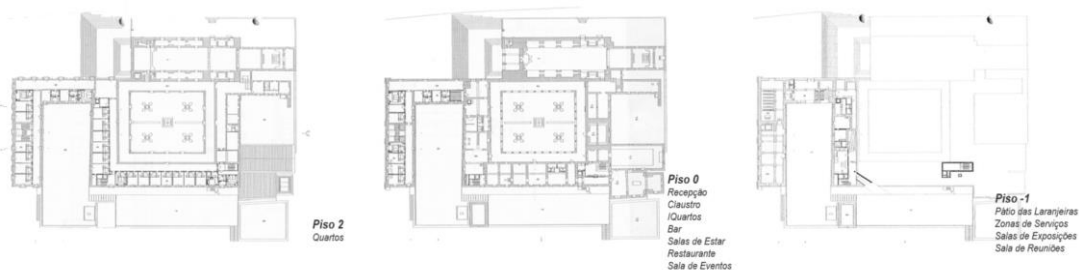


Figura 21 - Plantas da Pousada

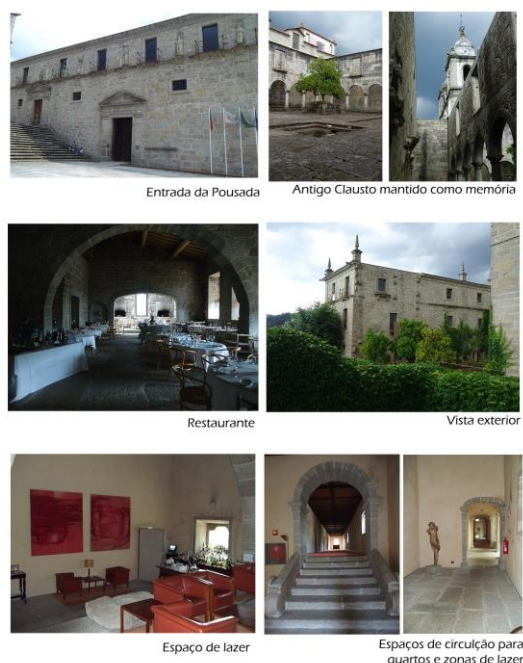


Figura 22 - Pousada de Santa Maria do Bouro

⁷³ ALMEIDA, Rogério; Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação do Convento de Santa Maria do Bouro, 1997, p.306

Capítulo 6

Estratégias e Proposta de intervenção

Neste capítulo, numa primeira parte, apresentam-se as estratégias e a análise à área de estudo para execução do projecto de arquitectura e arranjos exteriores. Na segunda parte segue-se a verificação do PDM para o cumprimento de todas as normas exigidas para um projecto de intervenção funcional e eficaz. Por fim, a memória descritiva da zona ribeirinha, um projecto urbano mais amplo, e da Pousada, projecto de arquitectura mais particular.

6.1. Estratégias de qualificação de desenvolvimento

Barcelos, não tem sido capaz de fixar e atrair população em relação à proporção do dinamismo económico do concelho, para além de que apresenta pouca variedade de espaços públicos e oferta de hotelaria. Face a estes factos, a cidade deverá intervir com estratégias de desenvolvimento sustentável, assegurando um contacto directo entre a natureza e os utilizadores, e estratégias de desenvolvimento de instâncias hoteleiras para que o turismo seja cada vez mais vincado e apelativo na cidade, atraindo novas pessoas e novos interesses para a cidade.

O Rio Cávado, possuidor de grande riqueza ambiental, espelho da cidade de Barcelos, foi alvo de degradação devido às fábricas têxteis da região, as tinturarias, tornando as suas margens esquecidas e danificadas. Assim, surge a necessidade de revalorizar o seu potencial, em particular ao nível de actividades recreativas, desportivas e turísticas. Inserem-se aqui as actividades desportivas, neste caso a canoagem, com o intuito de demarcar e realçar o contacto com o rio, para além de que o Rio Cávado possui boa capacidade para atletas canoístas poderem treinar.

Assim, com a requalificação da margem do rio, com actividades de desporto, lazer e de contacto com a natureza, este espaço torna-se uma componente para uma vida saudável de todos os cidadãos, atraindo a população para um lugar completamente diferente do ambiente citadino. Este mesmo espaço servirá também como local de envolvente para o enquadramento da unidade hoteleira, oferecendo aos turistas uma paisagem natural, com o rio como pano de fundo.

6.2. Estudo da área de intervenção

Para a reabilitação da zona ribeirinha de Barcelos, o presente capítulo tem como objectivo central o enquadramento e análise do território com a sua envolvente. Assim, é feita uma caracterização mais aprofundada da área de estudo, no que respeita à influência do PDM, referindo também as possíveis condicionantes.

6.2.1. Caracterização da área de estudo- situação actual

Barcelos é um concelho localizado no Norte de Portugal, localizado na região do Minho, no distrito de Braga. É conhecido por ser o concelho com maior número de freguesias, sendo 89 localizadas numa área de cerca de 379km². Em termos demográficos, segundo os censos de 2011, o concelho tem uma população residente de quase 60 mil habitantes.

O município é limitado a norte por Viana do Castelo e Ponte de Lima, a leste por Vila Verde e Braga, a sueste por Vila Nova de Famalicão, a sudoeste pela Póvoa de Varzim e a oeste por Esposende. Apresenta-se como um concelho muito bem localizado e servido de boas infra-estruturas, principalmente viárias, fazendo com que esteja muito próximo dos grandes centros populacionais Porto e Braga.

A nível económico, Barcelos afirma-se ao nível da indústria da transformação como um dos concelhos mais empregadores de Portugal. O sector que emprega quase metade da população activa do concelho é o têxtil, seguidamente o calçado, a agricultura, a cerâmica e o turismo⁷⁴.

Relativamente ao turismo, a cidade em estudo é considerado o epicentro do caminho Português de peregrinação a Santiago de Compostela. Desde a época medieval, Barcelos era um centro viário, devido aos entroncamentos de estradas. Posteriormente com a construção da Ponte Medieval no século XIV, a cidade torna-se definitivamente um ponto de passagem privilegiado e um dos principais, para os peregrinos a Santiago. Além disso, a principal lenda da cidade, a lenda do Galo, actualmente símbolo de Portugal, está intimamente ligada à peregrinação até Santiago de Compostela. Assim, verifica-se a existência de vários espaços e edifícios interligados à peregrinação, como os locais de culto e de descanso.

A cerâmica, a olaria, é ainda na actualidade, um ponto de interesse para os turistas, desta cidade minhota. Foi a partir da lenda do galo, que oleiros se inspiraram criando um dos símbolos de Portugal, o Galo. Nomes consagrados como Rosa Ramalho, mestre barrista, fizeram com que a sua oficina se torna um museu e as suas obras, assim como de outros oleiros. As suas obras estão espalhadas por toda a cidade, criando uma interacção com os turistas e a comunidade local.

⁷⁴ <http://www.cm-barcelos.pt/>

Relativamente ao desenvolvimento da cidade, apesar de nascer do atravessamento de um rio, o Cávado, sempre teve com este uma relação afastada. Inicialmente a cidade estava cercada entre as muralhas numa posição defensiva e posteriormente começou a crescer na direcção de Braga e Viana do Castelo, sempre de costas para o rio. Este facto verifica-se devido à interpretação do rio como uma barreira devido às inundações. Desta forma, ao contrário do que acontecia na Europa, em que as cidades se empenham em levar a cabo projectos que visam renovar e recuperar para a cidade as frentes de água, Barcelos apresenta-se como sendo singular, pelo facto de, apesar de possuir extensas zonas ribeirinhas, não lhes atribui projectos eficazes de comunicação do ambiente citadino com o rio.

A oferta hoteleira em Barcelos é muito reduzida face à relação do desenvolvimento do comércio e das actividades que ocorrem na cidade, para receber turistas. Actualmente, é necessário recorrer às instalações hoteleiras dos concelhos vizinhos para poder albergar, por exemplo, os atletas de hipismo para o Concurso de Saltos Internacional, entre outras actividades. Este facto reflecte numa das principais necessidades da cidade.

Relativamente ao espaço da intervenção, podemos referir que se encontra ainda dentro do centro histórico, apesar de na zona ribeirinha, numa zona em que a habitação já não está muito enraizada, devido à sua dispersão em direcção a Norte. Trata-se de um dos poucos espaços verdes disponíveis para lazer e desporto para a comunidade. Recentemente esta área teve obras de intervenção de forma a dinamizar mais a zona ribeirinha e estimular a população para usufruir de espaços verdes e ambientes mais naturais, que se verificaram pouco eficazes, sendo apenas utilizado uma vez por ano para concertos musicais.

Adjacente a este terreno encontra-se o edifício da Casa do Rio, património da Camara Municipal, que apesar de ainda conter funções camararias, já apresenta sinais de necessidade de obras de recuperação.

6.2.2. Enquadramento geral da área de intervenção

O rio tornou-se o principal impulsionador da cidade do ponto de vista socioeconómico, com as tinturarias do grande império têxtil da região, mas que com o passar do tempo se foi degradando, impedindo quase a prática da pesca. Actualmente, após certas medidas terem sido implementadas contra a poluição das fábricas, a criação da ETAR e de uma barragem, o rio e as suas margens começaram a ganhar vida novamente, mas a população contínua reticente e os espaços que existem não atraem a sua atenção nem os motiva a passear nem apreciar a paisagem fluvial. Assim, o rio surge como uma linha de separação entre duas margens, neste caso Barcelos e Barcelinhos, não havendo muita actividade nas suas margens, além de alguns eventos culturais organizados em certas alturas do ano.

Pretende-se que, no futuro, o rio seja uma linha de união entre a vivência das duas margens, capaz de atrair população a visitar a cidade.

Este espaço ribeirinho, com cerca de 2 ha, encontra-se limitado entre o rio e o centro histórico da cidade de Barcelos, numa cota intermédia entre os dois limites.

A zona histórica da cidade é caracterizada pelas ruas estreitas e edifícios que limitam o espaço público, onde o utilizador se desloca comodamente. A circulação automóvel nesta zona é muito reduzida, com ruas exclusivamente de acesso pedonal e outras de sentido único, definindo os eixos comerciais principais da cidade. Na zona mais central, localizada a uma cota superior, relativamente à da zona de intervenção, encontram-se o maior núcleo de comércio e que se assume como o local de encontro da maioria da população.

A área de estudo localiza-se concretamente na zona ribeirinha da cidade, freguesia de Barcelos. Pretende-se reabilitar um espaço que em 2009 teve uma intervenção de desenho urbano por parte do atelier APROAP, com espaços verdes e canais de água, mas que se verificou pouco funcional e apelativo para a população local, caindo no abandono e degradação, pois é um espaço apenas utilizado uma vez no ano para o festival de música “Milhões de Festa”. Este festival desenvolve-se neste espaço, por ser privilegiado pelo seu declive, com o rio como pano de fundo e por se deslocar um pouco do centro da cidade. Após o festival, o local volta a ficar vazio devido à falta de sombra, de equipamentos e de espaços de convívio.

O principal objectivo é desenvolver, aproveitando o existente um espaço de contacto com a natureza, de escape ao ambiente citadino, equipado com espaços que estimulem o convívio, diversão e desporto para todas as faixas etárias.

A área de estudo encontra-se circunscrita a norte, pelos principais serviços da cidade: tribunal de Barcelos, biblioteca municipal, bancos e CTT; a oeste, pelo museu da olaria de Barcelos e a cooperativa agrícola; a este, pelo infantário da santa casa da misericórdia e a as piscinas municipais e campos de ténis. Na cota superior do local encontra-se a N306 que circunda toda a cidade.

Este espaço é privilegiado pela sua proximidade do castelo e da ponte medieval, que é uma das entradas principais da cidade.

6.2.2. Enquadramento do PDM | estudo do ordenamento

Seguidamente, será analisada a área de estudo face ao PDM existente em vigor, DR 1ª Série B, nº 152, de 4 de Julho de 1995, que tem objectivo regular a ocupação, uso e transformação do solo, definido como elemento regulador do planeamento e ordenamento do território municipal. Na ausência de plano de pormenor, a intervenção respeita todos os parâmetros do PDM.

O local de intervenção situa-se em três áreas diferentes: área do centro histórico, área de alta densidade e área de espaços naturais.

Segundo o artigo 13º do PDM de 4 de Julho de 95, o Centro Histórico, integra valores patrimoniais, culturais e ambientais que, no seu conjunto, constituem memória colectiva da cidade e, como tal, deverá ser conservada, recuperada e valorizada. Sobre a área de alta densidade. O mesmo PDM no 15º artigo, define como zonas da cidade presentemente em consolidação, onde predomina a edificação em altura em regime de propriedade horizontal, vocacionadas para a função residencial ou actividades compatíveis com as funções habitacionais. Sobre os espaços naturais, o artigo 45º refere que estes são constituídos pelas zonas de fragilidade ecológica, intrínseca ou provocada por utilizações indevidas, com reconhecido valor ou potencial paisagístico.



Figura 23 - Planta de Ordenamento do Território

Resumidamente, o edifício da Casa do Rio encontra-se integrado na área do centro histórico da cidade, acercado qual o artigo 14º estipula que a reconstrução, total ou parcial, deverá respeitar as características exteriores dos edifícios, bem como integrar os elementos arquitectónicos, plásticos ou decorativos mais expressivos da construção. Na necessidade de uma nova construção, poderá enquadrar-se na área de alta densidade, desde que a sua função seja compatível com a função residencial, tais como cafés ou restauração. Por fim, na zona de espaços naturais, refere no artigo 42º/5.6 que estabelecimentos e infra-estruturas turísticos, recreativos e lazer têm cabimento nesta categoria de espaços, desde que integrados em planos e projectos de valorização da paisagem.

6.2.4. Enquadramento o PDM | Estudo de condicionantes



Figura 1 - Planta de Condicionantes

No tocante à planta de condicionantes do PDM da Câmara Municipal de Barcelos, o local de estudo localiza-se numa zona classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN) e no Domínio Hídrico.

A REN, define-se como uma estrutura biofísica constituída por um conjunto de áreas que, devido à sua sensibilidade ecológica perante riscos naturais, tornam-se objecto de protecção especial de acordo com o artigo 2º do DL n.º 166/2008 de Agosto de 2008. Desta forma, a delimitação da REN abrange diferentes zonas, como por exemplo as áreas de protecção do litoral, áreas de prevenção de riscos naturais e áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre. Neste caso de estudo as áreas assinaladas como pertencentes à REN pertencem ao leito do curso de água e por existir o risco de cheias. Assim, segundo a subsecção III a) 2 do anexo I do DL. n.º 166/2008, a delimitação das zonas adjacentes é feita desde o limite da margem até uma linha convencional, que corresponde à linha alcançada pela maior cheia, com o retorno de 100 anos, ou à maior cheia, no caso de não ser possível identificar a anterior. Nestas zonas podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções: prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens; garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas; regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas; estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa; manutenção dos processos de dinâmica de costeira; manutenção do equilíbrio do sistema litoral.

Uma vez que nesta extensão, o rio Cávado é um recurso hídrico pertencente ao domínio público hídrico, é possível afirmar que a distância da sua margem, de águas não navegáveis nem flutuáveis, fica restrita como faixa de terreno adjacente à linha que limita o leito das águas, de dez metros, segundo o nº 2 a) do artigo 65º.

6.3.Proposta de intervenção na Zona ribeirinha

Seguidamente desenvolve-se a memória descritiva e justificativa da proposta de requalificação da zona ribeirinha de Barcelos como componente prática da dissertação. A proposta surge no contexto da pesquisa e análise teórica sobre os temas envolvidos, tais como o Rio, Espaços Verdes, Zonas Ribeirinhas, Reabilitação e Pousadas, a partir das quais se delineou essencialmente um programa capaz de satisfazer as necessidades da população e minimizar os problemas existentes.

A proposta de intervenção da zona ribeirinha desenvolve-se segundo dois objectivos principais muito específicos: por um lado, a utilização do espaço e obra existente, melhorando e completando de forma a servir melhor a população; por outro lado, ainda na zona ribeirinha, a utilização de um edifício existente para desenvolver uma unidade hoteleira com o intuito de albergar quem visita a cidade. Neste contexto, pretende-se criar uma nova área de contacto com a natureza, que apesar de já existir, não é devidamente usufruída e uma nova unidade hoteleira, devido ao reduzido número de hotéis e residenciais na cidade.

6.3.1.Metodologia adoptada e conteúdo programático

Como já foi referido anteriormente, a zona ribeirinha em questão já foi alvo de estudos e projectos, com o intuito de aproveitar o declive natural do terreno, definindo um anfiteatro natural que acolhe o festival “Milhões de Festa”, das poucas actividades exercidas neste local. Com o passar do tempo, e devido à pouca utilização deste espaço, as margens voltam a cair no esquecimento e degradação, deixando a vegetação crescer sem controlo, ou a poluição do espaço aumentar pelo uso indevido por grupos de marginais. Neste sentido, surge a necessidade de revigorar esta área, com o contacto directo com o rio e com vista para as praias fluviais do outro lado da margem. Assim, surge este projecto de intervenção e reabilitação, com o intuito de reaproximar a população com o rio e criar condições para que possa desfrutar de um bom ambiente natural com zonas de estar, lazer e desporto.

Para completar toda a intervenção, para acolher também quem visita a cidade, reabilitando edifícios existentes que estão integrados nesta área, surge a Pousada para Barcelos.

De forma a simplificar a descrição do conjunto da intervenção, numa primeira parte serão abordados e justificados todos os pontos que desenvolvem o espaço verde ribeirinho e posteriormente o edifício da Pousada.

6.3.2. Intervenção na zona ribeirinha

Em 2009, o atelier APROAP desenvolveu um projecto para este mesmo espaço no valor de 3 milhões de euros. Sendo uma obra de elevado custo, não se justifica refazer uma intervenção, ignorando todo o existente que ainda é recente. Neste contexto, tentou-se aproveitar o que está construído, apenas completando e ajustando para que o objectivo da sua essência se veja cumprido.

O projecto existente é caracterizado pelos passeios em granito, ocupando uma grande extensão de área verde, visto que paralelamente a estes, se encontram ainda módulos de betão pré-fabricados. Assim, estes passeios conseguem, em alguns pontos, ter uma largura máxima de 3 metros. Ao centro da intervenção, foi projectado um canal de água, com pontes pedonais nas intersecções entre os percursos e o canal, mas o canal nunca funcionou como tal, pois não existe nenhuma ligação de água.

O sombreamento em toda a área é muito escasso, existindo apenas algumas árvores junto ao rio e nos extremos, ou seja, em locais que não afectem a fruição do anfiteatro natural.

Com o ponto de situação do que existe, a metodologia a ser adoptada é a seguinte:

- Libertar mais áreas verdes

Visto que grande parte da zona ribeirinha é ocupada por percursos com rampas e escadas em granito e módulos de betão pré-fabricados, a primeira medida a ser tomada é estudar quais os percursos a serem levantados, de forma a libertar mais espaços verdes. Esta justifica-se uma vez que o objectivo é criar uma área de contacto com a natureza, sendo desnecessário demarcar um percurso em pedra a quase todas as cotas. Esse percurso pode ser realizado com o terreno vegetal, para que o utilizador se sinta mais confortável no ambiente natural fora dos passeios rigorosamente marcados como no centro da cidade. Com isto, o objectivo não é retirar todos os percursos, pois estes são necessários para o acesso mais comodo das pessoas de mobilidade reduzida, mas o seu excesso traz as marcas que caracterizam a cidade, como a delimitação das ruas, para o espaço verde.

- Redesenhar alguns percursos

Ao retirar alguns dos percursos, outras ligações terão de ser pensadas e redesenhadas, para que a circulação seja comoda e organizada. Apesar de serem em número mais reduzido, os percursos continuam a ser de extrema importância.

- Colocação de um palco no fundo do anfiteatro

Como já foi referido, este espaço é utilizado para um festival musical, que tem vindo a ser cada vez mais divulgado e conseqüentemente, o número de festivaleiros, tem aumentado. O objectivo aqui é, dar continuidade a esse espírito, isto é, dotar o espaço com condições para que seja possível, sem grande trabalho, haver mais espectáculos durante o ano. A criação de um palco e a possibilidade de uma cobertura, atribui ao espaço um carácter mais funcional. Sendo Barcelos uma cidade com muitos ranchos folclóricos, estes sempre que precisassem, já teriam um local disponível, com a instalação preparada para fazer actuações.

Este palco ficaria centrado com a área do anfiteatro, e em alguns socalcos, junto aos percursos, surgiriam patamares para a plateia.

- Desenvolver plataformas até ao nível do rio

Um dos principais objectivos desta intervenção é o contacto com o rio, de forma a que a consciência ambiental seja uma preocupação cada vez mais dinamizada e para que, definitivamente o rio deixe de ser visto como um obstáculo, um factor de afastamento e passe a tornar-se parte integrante da cidade e dos que nela habitam. Assim, surge a ideia de criar plataformas até ao rio, visto que o terreno se encontra numa cota superior, para que as pessoas possam alcança-lo e senti-lo de perto.

- Instalação para canoagem

Na continuação da mesma linha de consciência ambiental e do contacto com o rio, surge os desportos náuticos. Cada vez mais, a canoagem é um desporto usual para quem vive perto do rio Cávado, assim, a instalação de condições à prática da canoagem pareceu viável. No desenvolvimento do projecto, apenas apresenta a área onde a instalação seria proposta. Mesmo assim, a ideia é utilizar o extremo oeste, junto às escadas antigas de acesso ao rio, por baixo de uma plataforma já existente. Assim, o espaço para guardar as embarcações ficaria numa cota muito próxima ao rio. Apesar de se enquadrar na Reserva Ecológica Nacional, este equipamento trata-se de uma mais-valia para o local e seria projectado de forma a não causar distúrbios no funcionamento natural de infiltrações e retenções hídricas, nem causaria perigo a pessoas e bens.

- Criação de parque infantil e sénior

Um dos principais motivos para a falta de uso deste espaço ribeirinho é a falta de equipamentos para entreter e exercitar corpo e mente. Por isso, quer o parque infantil que o sénior, pode servir todas as idades, pais, filhos e netos, num ambiente natural e sossegado.

- Criação de áreas de estar e picnic

A criação destas áreas tem o mesmo intuito que o tópico anterior. Uma forma de complementar este espaço é oferecer condições quer para uma família fazer um pic-nic ou apenas poder estar no local a contemplar a paisagem sobre o rio. Dotando o espaço com

vários espaços e equipamentos, de forma equilibrada e organizada, este torna-se mais atractivo e acolhedor.

- Parque de estacionamento

Como na maioria das cidades, o estacionamento é sempre um problema que à procura de solução. Em Barcelos, o Campo da feira é o principal parque de estacionamento da cidade. Mas este, como se encontra a mais de 200m, não pode servir directamente este espaço. A área mais próxima da cota da estrada fica assim, reservada para o estacionamento. Desta forma, este pode servir a zona ribeirinha e a Pousada em simultâneo.

6.3.3. Conceito

O desenvolvimento da intervenção partiu do jogo de percursos existentes:



Figura 25 - Estudo dos percursos existentes

Com o jogo de percursos, de forma a tentar libertar o máximo de área verde, sem que prejudique a circulação pedonal para as pessoas de mobilidade reduzida, a última proposta foi a mais plausível. Assim, com algumas áreas livres, foram estudados os locais quer para a implementação de espaços verdes, quer para equipamentos.



Figura 26 - Propostas de Implantação

Como este projecto se desenvolve em função do existente, visto que a sua última intervenção tem apenas 4 anos, o seu impacto tenta minimizar grandes custos, como foi pedido pela Câmara Municipal. A ideia de refazer todo o desenho urbano foi uma constante, mas analisando os factos, a realidade é que, se o objectivo é dar nova vida a este local, o método principal foi definir estratégias para atrair a população e oferecer um espaço, que as estimule a ficar e a voltar. Outra estratégia é prover esta zona de sombreamento, visto que no verão esta área é muito exposta ao sol, devido à sua localização direccionada a Sul. As árvores seriam de folha caduca, e ficariam dispostas apenas em espaços que não afectem demasiado a visualização do anfiteatro natural para o palco.

É importante referir que, este local encontrando-se a uma cota inferior à cota da rua, torna-o num recanto acolhedor sem o barulho da circulação viária e da vida citadina.

6.3.4. Materiais

Como grande parte da intervenção se trata da adaptação do que já existia, ao nível dos materiais existem poucas alterações. Os percursos continuarão a ser em lajetas de granito da região, assim como os muros continuarão a ser em betão revestido com blocos de granito aparelhado e arrumado à mão e argamassado. Os blocos graníticos dos percursos que foram retirados serão utilizados para a construção do palco, sendo este revestido posteriormente por madeira na parte superior. O espaço destinado para o parque infantil será em borracha sintética devido amortecimento às inevitáveis quedas. O parque de estacionamento será em cubos graníticos azuis, de forma a integrar-se com os materiais utilizados neste tipo de espaço. As escadas existentes manter-se-ão, como blocos de granito, e as que serão acrescentadas, serão com o mesmo material.

6.4. Pousada de Barcelos

A reabilitação da casa do rio, património da Camara Municipal de Barcelos, trata-se de uma proposta para uma pousada com um total de 30 quartos, com a criação de um edifício de apoio paralelo com o intuito de albergar serviços de recepção de restauração. Este conjunto encontra-se na zona ribeirinha de Barcelos, mais conhecida por parque fluvial de Barcelos, numa espaço estratégico no que se refere á área de toda a intervenção, pois privilegia-se de boas vistas e acessos, enriquecida ao nível viário, com uma reentrância resguardada que define a entrada no conjunto.

A pousada e o edifício de apoio, pode ainda beneficiar de duas frentes distintas que permitem usufruir do espaço urbano envolvente de um lado, e por outro dos espaços verdes junto ao rio renovados, compostos por zonas de lazer e de espectáculo.

6.4.1. Intervenção no existente

Tendo como base o edifício da Casa do rio, edifício do século XIX com 610m² de área, com apenas dois pisos, foi necessário desenvolver um estudo e propostas para a sua reabilitação, aproveitando ao máximo o existente. O edifício não possui qualquer valor patrimonial, apenas a sua arquitectura é testemunha de uma arquitectura de dois seculos passados, e contribui para a história da cidade, visto que inicialmente o mesmo edifício já foi um lar de idosos e posteriormente uma fábrica têxtil, principal industria em Barcelos.

A entrada principal do edifício, enquanto Divisão de Obras da Camara Municipal, fazia-se pelo piso superior, no lado oeste, apesar de existirem outras portas para o exterior, apenas era usada uma entrada.

O edifício apresenta-se com fachadas em pedra granítica, grandes vãos, e lajes em madeira. Apresentava alguns sinais de degradação devido ao tempo e à sobrecarga nas lajes.

A nível de acessibilidade, não respeitava as dimensões mínimas nos acessos, nem possuía entradas para cadeiras de rodas.

As divisões internas, no piso superior, eram distribuídas com áreas muito reduzidas, separadas com paredes em PVC. O acesso ao piso inferior, desenvolvia-se apenas com uma escada com cerca de um metro de largura, chegando ao piso dos arquivos com salas muito escuras de grandes dimensões. Neste piso encontrava-se arrecadações e as instalações sanitárias muito antigas por baixo da escada.

Analisando todas as condições que o edifício existente oferecia, verificou-se de imediato que o seu interior não correspondia às necessidades de uma Pousada. Assim, o projecto apresenta a demolição de todo o interior do edifício, mantendo apenas as fachadas e os seus vãos. Dando nova forma ao interior do edifício, começando a atribuir funções a cada espaço, verifica-se que a sua área não é suficiente para albergar todos os serviços necessários. Com o intuito de manter a mesma linguagem do edifício mas acrescentando elementos de uma arquitectura mais contemporânea, surgiu um piso superior também para quartos. Este piso, designado como mansarda, é utilizado para um bom aproveitamento do sótão, que neste caso, trata-se de mais um piso, mas que dará continuidade ao existente. Com a criação deste piso, surge a ousadia de substituir a telha tradicional e utilizar aço corten, que se assemelha à cor do telhado existente, mas marca uma intervenção contemporânea ao edifício.

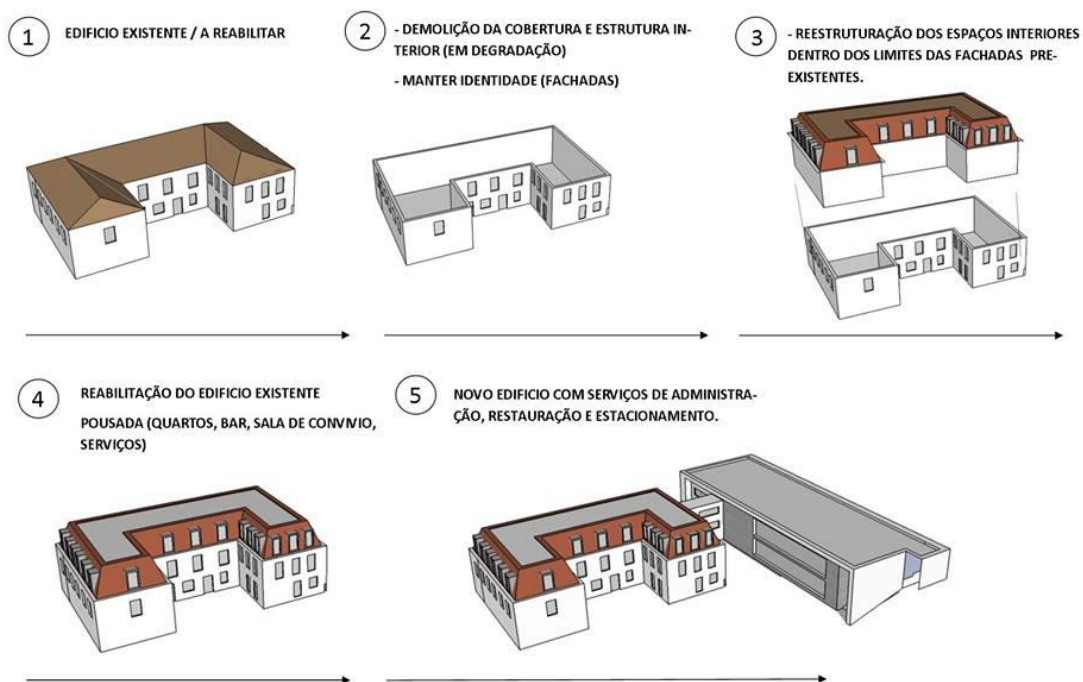


Figura 27 - Processo de reabilitação do edifício - Proposta

Apesar do aumento do número de pisos, introduzir um número de quartos razoável, com serviços, áreas técnicas era uma tarefa muito complicada para um edifício daquela dimensão. Surgiu então um bloco paralelo ao edifício existente, com o intuito de albergar os serviços e soltando a parte hoteleira para o edifício reabilitado

Levantaram-se questões sobre o facto de este novo bloco diminuir a importância do existente por dificultar, a quem passa na rua, numa cota superior, a sua visualização. Mas o facto é que, este edifício existente já não era muito visível da cota da rua, pois apenas o telhado é que se encontrava à mesma cota. Para além desta facto, surge também a questão de que ao criar uma pousada que não é facilmente visível por quem passa, como é que esta podia tornar-se apelativa? Ao criar este novo edifício, para além de facilitar o acesso dos utentes, surge como elemento apelativo e integrante da cidade com o espaço verde que se desenvolve até ao rio.

Outro elemento importante, neste novo bloco, é a forma como este se integra com a envolvente. A parede lateral que de distância do edifício 3,5m, abre como uma entrada para a zona ribeirinha, como uma passagem entre o ambiente urbano e o espaço natural.

6.4.2. Conteúdo programático

A pousada surge numa proposta concreta por parte de um vereador da camara municipal, em que o principal objectivo é obter com o edifício existente, o maior numero de quarto possível de forma a que estes permitam o acolhimento e bem estar dos utilizadores, mas com custos não muito elevados, a fim de criar uma plataforma hoteleira tao necessária na cidade, face ao reduzido numero de instalações hoteleiras na cidade.

Tendo como ponto de partida o edifício existente, situado à cota +19.00, com uma das suas fachadas semienterrada, onde se situa uma das entradas ao edifício à cota +23.00, três metros abaixo do nível da estrada principal, foi necessário desenvolver um novo bloco, como já foi anteriormente referido. Assim com a criação deste, foi possível obedecer a todos os critérios previstos na Portaria n.º 327/2008 de 28 de Abril , e o acesso à Pousada tornou-se simples e comoda.

O acesso ao edifício realiza-se à cota +26.00, do lado Norte a nível pedonal e viário, num pequeno espaço verde que dá as boas vindas aos turistas, com o parque de estacionamento, ligeiramente afastado localizado estrategicamente para que, na chegada dos turistas tenham logo contacto com o rio e com toda a zona ribeirinha que cerca a pousada. O estacionamento possui 2 pisos, com cerca de 56 lugares, e o piso -1 permite as zonas de cargas e descargas para a cozinha do restaurante sem que este processo seja visível quer para os hóspedes, quer para quem visita o local.

Relativamente ao conteúdo programático da Pousada, a sua composição interna, foi baseada nos critérios da Portaria n.º 327/2008 de 28 de Abril, distribuídos ao longo de 3 pisos:

- 30 Quartos
 - 16 de casal
 - 13 duplos
 - 1 adaptado para pessoas com mobilidade condicionada
 - Acessos
 - Zonas comuns de lazer/estar (piscina, spa, sala de estar)
 - Zonas de serviços (restaurante, bar, mini-bar, administração, lavandaria)
 - Sala de multifunções

Ao longo dos dois blocos que se unem por uma passagem comum, distribuem-se as funções anteriormente mencionadas, mas de forma separada, isto é, o edifício com a proposta de reabilitação destina-se à parte mais de hospedagem, e espaços destinados apenas para os utentes; o novo bloco destina-se aos serviços que servem para os utentes da pousada e para clientes externos, com o restaurante e o bar. A recepção da Pousada encontra-se neste novo bloco para fácil acesso com a rua, pois encontra-se à mesma cota, quer do piso superior do estacionamento, quer da rua. Esta recepção encontra-se no fim da reentrância que a fachada norte possui de forma a atrair os futuros hóspedes até ao final daquela horizontalidade demarcada pela longa pala que nela se encerra. Desta forma, a Pousada define-se em três volumes:

- Edifício reabilitado: com quartos, spa e zonas de convívio
- Novo bloco: recepção da pousada, administração, sala multifunção, restaurante café
- Passagem: ligação que une os dois pisos superiores do antigo edifício aos dois pisos do novo bloco.

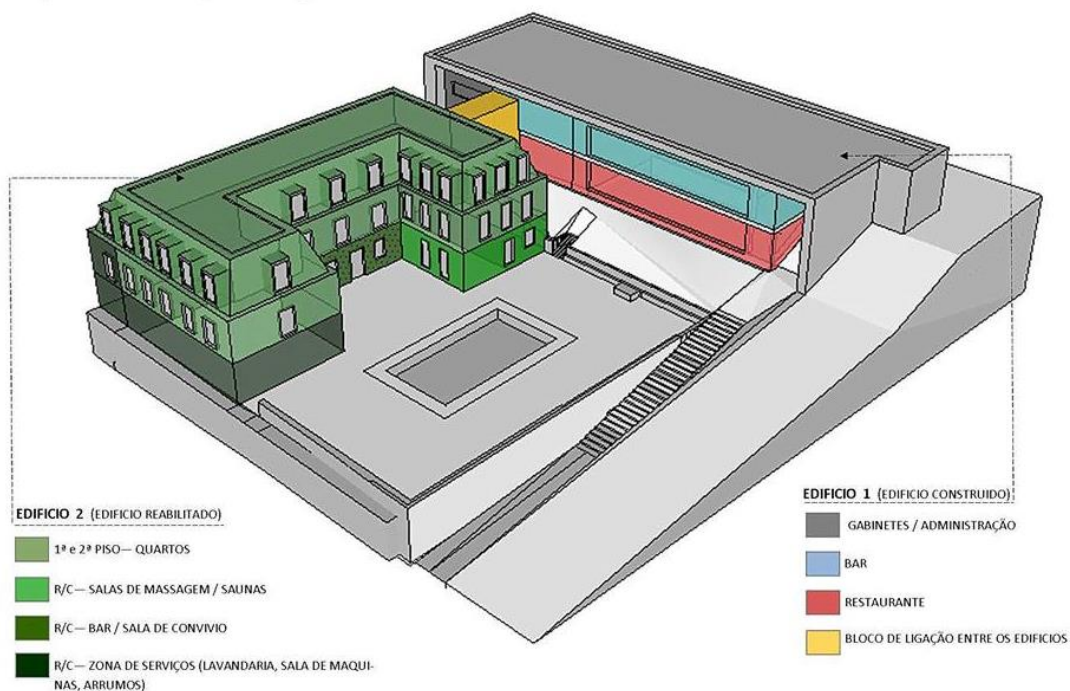


Figura 28 - Esquema de distribuição de funções

Relativamente aos acessos internos, quer ao nível dos dois volumes, quer ao nível da passagem, no novo bloco existe um núcleo quase central com caixa de escadas e dois elevadores, que podem ser utilizados pelos utentes da pousada, ou por clientes externos para o restaurante, café e a sala multifunções. No edifício rehabilitado, existem dois núcleos de escadas com elevadores. Estas encontram-se de forma simétrica ao fundo do corredor principal, uma em cada lado, com os elevadores, com as distâncias compreendidas de forma a respeitar o regulamento de segurança contra incêndios. Existe ainda uma saída de emergência no 1º piso, onde se encontrava, antes da proposta de reabilitação, a entrada principal do edifício.

Ao nível dos acessos horizontais, a passagem entre os edifícios, possui dois pisos permitindo a entrada directa dos hóspedes aos pisos dos respectivos quartos (piso 1 e 2) sem que estes tenham de passar pela zona comum.

Os restantes corredores, surgem acompanhando a forma exterior do edifício criando uma simetria com a forma em U. nas extremidades do corredor principal encontra-se salas de espera iluminadas pelos vãos, evitando que o corredor se torne demasiado longo e escuro.

O relativamente ao funcionamento do edifício, torna-se mais simples desenvolver a descrição desde o ponto de entrada, ou seja o piso superior, do que descrever as funções desde o piso inferior.

No 2º piso, que se encontra à cota +26.00 encontra-se o piso superior do novo bloco, a passagem e o piso que foi acrescentado ao edifício da reabilitação. Resumidamente, na entrada principal do edifício encontra-se a recepção da pousada com a administração numa

das extremidades. Na frente da recepção desenvolvem-se os acessos verticais do novo bloco, com uma caixa de escadas e dois elevadores. Na outra extremidade do edifício, surge o café/bar destinado aos hóspedes e a clientes externos à Pousada, seguindo-se a zona de instalações sanitárias, junto às escadas e elevadores. O acesso ao café, pode ser pela recepção ou pela porta secundária no alçado norte.

Para os hóspedes da Pousada, entrando na recepção, têm contacto visual directo para a passagem que os conduz para a zona de quartos, iluminada por vãos horizontais de grande dimensão. Assim, estes podem deslocar-se directamente para o seu quarto sem ter que passar por zonas de convívio e lazer. No caso de o quarto destinado for no piso inferior, os hóspedes têm dois percursos alternativos: dirigem-se directamente à passagem e descem pelas escadas ou pelo elevador que se encontra na entrada do edifício reabilitado; ou utilizam a comunicação vertical existente logo no novo bloco e usam a passagem posteriormente.

No 1º piso, encontra-se o restaurante e a sala multifunções. O restaurante, assim como o café, usufrui de um grande envidraçado permitindo a usufruição da paisagem ribeirinha. A cozinha do restaurante encontra-se subterrado, de forma a não ser visível do exterior, mantendo a imagem do novo bloco o mais simples e limpa possível, escondendo os serviços que necessitam de cargas e descargas escondidos no piso subterrado, acessível pelo piso inferior do parque de estacionamento. Ao nível do desenho da planta deste bloco, o piso inferior é mais largo que o superior, mas essa diferença não é perceptível. A cozinha está equipada com diferentes zonas de preparação, arcas e armazém, assim como um espaço próprio para guardar o lixo temporariamente. Possui também balneários para os funcionários e um gabinete.

Entre o restaurante e o núcleo de comunicações verticais encontram-se as instalações sanitárias e no extremo a sala multifunções com uma arrecadação e uma pequena sala de espera. Esta divisão encontra-se no mesmo piso que o restaurante com o propósito de, no caso de conferências, ou mesmo de festas, a cozinha pode servir este mesmo espaço. Entretanto surge a passagem para o outro edifício seguindo-se outro andar de quartos da Pousada.

O piso 0 apenas contempla o edifício da reabilitação. Este é acessível através das comunicações verticais que vêm dos pisos superiores e pelo pátio onde se encontra a piscina. Assim, ao nível funcional, os hóspedes descendo a este piso, pelo lado Este, encontram-se entre o spa com os respectivos balneários e a zona de comum de estar com um mini-bar. A zona do spa encontra-se encerrada, para que, não seja possível o contacto visual entre quem passa do balneário para o spa ou para a piscina exterior e para quem está nos espaços comuns. O spa está equipado com sala de massagens, sauna seca, sauna húmida e sala de hidromassagem. Os balneários, masculino e feminino, servem de apoio ao spa e à piscina exterior.

Na zona comum, encontra-se o mini bar que serve de apoio para a piscina e para a sala de estar. Este, devido ao reduzido número de entradas de luz, encontra-se afastado do centro do edifício, dando lugar à sala de estar pois considerou-se que esta, necessita de uma

vista mais privilegiada, ocupando o centro do edifício com as janelas direccionadas à zona da piscina.

Do lado oposto a spa, destina-se às áreas técnicas para os funcionários. Junto a esta área encontra-se outras escadas de acesso aos pisos superiores com o elevador. Neste extremo do edifício encontra-se a sala de arrumos da piscina, a sala das máquinas, a lavandaria, arrecadações e balneários com uma pequena sala de estar para os funcionários. Estes podem entrar no edifício pela porta que se encontra neste extremo, sem ter que percorrer o edifício todos pela entrada principal. Este piso encontra-se distribuído por: zonas húmidas (spa e balneários) numa extremidade do U; zonas comuns no centro; e zona técnica no outro extremo.

Relativamente às unidades hoteleiras, os dois pisos possuem o total de 30 quartos, sendo 16 de casal, 13 duplos e um adaptado para pessoas com mobilidade condicionada. Este localiza-se junto ao acesso principal de entrada deste bloco para facilitar nas distâncias a percorrer.

Os quartos não têm nenhuma tipologia standard devido à fachada existente, porque para aproveitar os vãos existentes, as paredes interiores divisórias foram desenhadas nos seus intervalos. Assim as tipologias dependem do posicionamento dos vãos, criando diferentes áreas, quer nas instalações sanitárias, quer na zona de dormida. Apesar desta condicionante, o ritmo de quartos segue quase uma simetria entre um lado e o outro do U (forma da planta do edifício).

O corredor principal, nos dois pisos, tem a particularidade de possuir um jogo de entradas dos quartos de forma a dinamizar o acesso horizontal, quebrando a rotina de corredores longos, e criar espaços reservados de entrada para cada quarto.

No tocante às fachadas do conjunto, o edificio a reabilitar mantém as fachadas originais, apenas alterando a sua cobertura, substituindo a telha tradicional por chapas em aço corten. Os vãos, seria apenas modificada toda a caixilharia, de forma a permitir mais conforto térmico e permitir maior entrada de luz nos espaços interiores. Algumas portas foram substituídas por janelas, com o intuito de adaptar os espaços interiores obtendo maior privacidade.

No bloco novo, na tentativa de manter uma ligação com o antigo edificio através dos seus materiais, a longa pala será rebocada e pintado de branco enquanto que as paredes da reentrância serão revestidas a pedra granítica. Destaca-se neste bloco, o alçado Norte em que a recepção é marcada pela horizontalidade do edifício, e o alçado sul, com dois vãos envidraçados oferecendo ao café e ao restaurante uma vista panorâmica sobre o espaço verde do parque e o rio cavado. Estando estes vãos direccionados a sul, estes estão recuados, criando palas de protecção solar e equipados com cortinas interiores para as horas de maior exposição solar.

Este bloco suporta ainda, todo o equipamento de painéis solares necessários, transformando a energia solar em energia térmica para o aquecimento de águas para a Pousada.

6.4.3. Materiais

Relativamente ao edifício antigo, as fachadas vão manter-se como o original, pedra granítica, e a estrutura que desenvolve no seu interior será metálica. Visto que as paredes existentes, da fachada, não possuem qualquer tipo de isolamento, no seu interior serão aplicados os isolamentos necessários fixados com as calhas do gesso cartonado que reveste o interior. Ao nível exterior é necessário reparar o reboco e a pintura. Na nova cobertura, os perfis metálicos desenvolvem a mansarda que será revestida por placas de aço corten apenas nas zonas com inclinação. A parte superior será plana, revestida por lajetas de betão e gravilha.

No interior, os tectos falsos estão presentes em quase todas as divisões da pousada, para oferecer um pé direito mais baixo e confortável e para a passagem de todas as tubagens. As paredes exteriores, como já foi referido serão revestidas com gesso cartonado, e as paredes divisórias por reboco estucado pintado de branco. Os pavimentos, nas áreas húmidas, instalações sanitárias, balneários e spa, serão revestidos com cerâmicos, para uma limpeza e manutenção mais fácil e para a resistência ao desgaste. Nas zonas dos quartos, corredores e áreas comuns o pavimento será em madeira, pavimento flutuante.

No tocante às portas exteriores, as direccionadas à área da piscina, serão envidraçadas para permitir maior entrada de luz no edifício e as de acesso à zona técnica será em alumínio. A porta que se encontra no 1º piso na saída de emergência, será aproveitada a existente, adaptando-a de forma a que esta sirva para a evacuação do edifício.

As portas interiores, de acesso aos quartos e instalações sanitárias serão em madeira e as que encerram as diferentes áreas no piso rés-do-chão serão em vidro baço.

As caixilharias das janelas, serão todas mudadas para que a área de envidraçado seja maior e permita maior entrada de luz nas divisões, então a madeira dará lugar ao alumínio e o vidro passara a ser duplo para maior conforto térmico e sonoro.

No edifício novo, sendo uma intervenção completamente nova será com pilares e vigas de betão amado e lajes aligeiradas.

Ao nível exterior, o edifício possui uma pala em betão revestida a reboco e estuque branco, e as paredes que envolvem a grande parte do edifício serão revestidas a pedra granítica, e as restantes rebocadas e com estuque pintado de branco. A cobertura, onde se encontram os painéis solares, é revestida com uma tela impermeabilizante e gravilha.

Ao nível interior, as paredes serão em alvenaria, revestidas com reboco e estuque pintado de branco. Os tectos falsos são utilizados em quase todas as divisões, para criar diferentes espaços de luz e para esconder toda a tubagem necessária para a climatização dos espaços. Os pavimentos, nas áreas húmidas serão em cerâmica, enquanto que no restante, quer no café, restaurante, sala multiusos, administração e zona de circulação será em madeira.

As portas das fachadas são em vidro, e as interiores em madeiras. As janelas são todas em alumínio com vidro duplo e preparadas para a grande exposição solar, principalmente as do café e as do restaurante.

Conclusão

A proposta por parte da Câmara Municipal para a reabilitação da zona ribeirinha e da Casa do Rio, incentivou a elaboração de um projecto que interviesse nestes espaços de forma a preservar os sistemas ecológicos e o edificado arquitectónico local.

Relativamente à zona ribeirinha, após a análise bibliográfica, é possível compreender, como se observa nos capítulos 3 e 4, a importância da estrutura ecológica na cidade, como parte integrante da paisagem urbana, essencial para o seu equilíbrio. O espaço verde surge como o elemento mais imediato e exequível de reabilitar e reviver a zona ribeirinha, uma vez que é uma extensão consideravelmente grande e apelativa ao seu usufruto, não só pelo seu valor estético, como também pelas diversas actividades que nos espaços verdes se podem realizar. Com isto, comprova-se, cada vez mais, a necessidade urgente de reabilitar a zona ribeirinha, por se tratar de um espaço potencial para transformar a actual situação criada pelo homem, de degradação e esgotamento dos recursos naturais. Este tipo de intervenções visa a melhoria da qualidade de vida urbana, com a criação de equipamentos e infra-estruturas para serem usufruídos pela comunidade. Tratando-se de cidades privilegiadas pela sua posição em relação ao rio, como é o caso, o contacto com este deve ser considerado indispensável, para a melhoria da qualidade de vida da cidade e de quem o usufrui.

Depois da análise e estudo do local de intervenção, demonstrada no capítulo 6, assim como da cidade e o rio, tornou-se claro que Barcelos mantém uma posição desfavorável em relação à reabilitação da zona junto ao rio, devido às cheias que ocorreram nas décadas passadas, inundando e danificando terrenos e edificações. Apesar de ter sido construídas infra-estruturas que ajudam no controlo desses fenómenos, a cidade continua com uma posição de afastamento. Outro factor relevante é a poluição que as tinturarias têxteis provocaram no rio, tornando-o pouco atractivo, impelindo a utilização das margens junto ao rio, ficando abandonadas e degradadas.

Face à análise do local e dos elementos dissonantes permitiu-se compreender os focos principais do projecto de intervenção, dando, ao mesmo tempo importância aos elementos mais relevantes da zona ribeirinha. O modelo de intervenção assentou na resolução de dois problemas visíveis: por um lado o desinteresse em aproveitar as margens do rio, e por outro a crescente degradação da Casa do Rio. Este panorama levou à criação de objectivos que resolvessem as problemáticas observadas anteriormente. Com isto, os principais objectivos deste projecto são a reabilitação da zona ribeirinha e da Casa do Rio, transformando-a numa pousada, de forma a atrair a população ao rio e criar condições viáveis para que esta desfrute de todos os espaços necessários ao seu bem-estar e lazer.

A Casa do Rio é um edifício localizado perto das margens do rio. Não possui valor patrimonial mas é detentor valor arquitectónico. Actualmente, é visível degradação de todo o edifício, influenciando o usufruto daquele espaço tendo, como consequência, o desinteresse

em investir em toda aquela área, não só a parte edificada mas também o espaço ecológico, incluindo o rio e as suas margens.

Da pesquisa bibliográfica, como se pode verificar no capítulo 5, é possível afirmar que reabilitação do edificado é um caminho favorável para desencadear novas actividades, permitindo a regeneração dos mesmos através da adaptação de novos programas ou necessidades. Tendo em conta os exemplos das Pousadas de D.Dinis, Sta Marinha da Costa e a Sta Maria do Bouro, onde cada intervenção parte de um contexto concreto, e cada caso tem características particulares e distintas limitações. As intervenções em edifícios existentes podem criar diferentes formas de relacionar o antigo com o novo, mas é necessário uma ponderação de todas as condicionantes na articulação de cada proposta, tendo em conta o edifício, a relação de volumetrias, os materiais, a utilização, as imposições regulamentares e, neste projecto em particular, a sua relação com o meio envolvente. Assim, tendo como base, três casos de estudo, foi possível desenvolver uma proposta para o edifício da Casa do Rio, que se caracteriza pela junção do novo com o antigo, em que contemporâneo apresenta-se como um acrescento ao antigo.

Desta forma, a proposta suporta uma intervenção ao nível da estrutura ecológica e do edificado, baseada em estudos e análises para que esta seja eficaz na medida de reaproximar a cidade dos espaços ribeirinhos, criando uma harmonia da paisagem urbana.

Um projecto de reabilitação, não só de um edificado de carácter arquitectónico característico, como também de uma grande extensão de espaço verde localizado nas margens do rio, pode, à primeira vista, não impor nenhuma restrição, uma vez que se trata de uma reabilitação e não da construção de elementos novos, no entanto conduzem a situações que devem ser consideradas. Situações relacionadas com o custo e a execução do projecto: neste caso, por se tratar de um espaço público de características particulares, profissionais apropriados devem encarregar-se de cada fase do projecto, de forma a que o resultado final atinja os objectivos finais a nível estético e económico, uma vez tratem-se de dois espaços públicos, um edificado e outro não edificado.

Por outro lado, o envolvimento da população é importante, porque é que esta que o espaço é projectado, e se a própria população não sentir que teve um papel na reabilitação do espaço, este dificilmente se mantém cuidado. Desta forma, se o espaço for organizado e pensado tendo em consideração os interesses e a necessidade da população em geral, garantir-se-ão a preservação e a utilização do espaço. Com isto, depois do projecto concluído, um incentivo à sua utilização seria a abertura do espaço para todo o tipo de actividades e faixas etárias, mantendo o espaço edificado e não edificado, utilizado permanentemente.

Para o futuro, pretende-se que este projecto sirva como exemplo para outras zonas ribeirinhas, em todo o país, que se encontrem igualmente degradadas. De forma a demonstrar que, não só o espaço edificado, como também o não edificado, devem ser preservados, porque ambos se destinam a diferentes actividades e ambos possuem diferentes

características estéticas e morfológicas que dão carácter à cidade, e conseqüentemente, atraem população e turismo.

Bibliografia

Bibliografia específica

AA. VV. *Seminário da Conservação da Natureza*, Lisboa, Serviço de Estudos do Ambiente, 1982

ALMEIDA, Rogério Vieira. *Pousada de Santa Maria do Bouro - Recuperação do Convento de Santa Maria do Bouro*. Portugal Arquitectura do Século XX, Lisboa-Frankfurt, 1997

ALONSO, Pilar; GIL, Alberto; *Pousadas de Portugal*, Rio de Mouro, Everest Editora, 2002

AGUIAR, José; CABRITA, António; APPLETON, João; Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais, Lisboa: LNEC, 2002, p.1

CASTILHO, António; GONÇALVES, Júlia; OLIVEIRA Lara; MAGALHÃES, Mariana; FREITAS, Maria João; TELES, Pedro. *Reabilitação de edifícios - As patologias mais frequentes e as técnicas de reabilitação*, Portugal, Orion, 2009

LAMAS, José. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3ª edição, 2004

LEÓN, Juan; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís. *Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*, White & Blue, 2001

LOBO, Susana. *Pousadas de Portugal - Reflexo da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

MADUREIRA, Helena. *Processos de transformação da estrutura verde do Porto - Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto*, Universidade do Porto, 2001

MAGALHÃES, Manuela Raposo. *A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001

MAGALHÃES, Manuela Raposo. *Espaços Verdes Urbanos*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1992

PARDAL, S.; LOBO M. C.; CORREIA, P. V. D. *Normas Urbanísticas Volume IV - Planeamento Integrado do Território, Elementos de Teoria Crítica*, Universidade Técnica de Lisboa, 1ª edição, 2000

PAU-PRETO, Fernando. *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território - os planos de ordenamento de parques do território*, Lugar do Plano, 2008

SARAIVA, Maria da Graça. *Cidades e rios: perspectivas para uma relação sustentável/ Conferência Internacional*, Lisboa, Parque Expo 98, 2010

SARAIVA, Maria da Graça. *O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no quadro do Ordenamento do Território*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 1999

HOUGH, Michael. *Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecologicos*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998.

WINGO, Lowdon. *Ciudades y Espacio, el uso futuro del suelo urbano*, Col. Urbanismo, Oikos-Tao, Barcelona, 1976

Teses e trabalhos

ALMEIDA, Filipa. *Ribeira da Carpinteira: Projecto Urbano, integrar e valorizar a estrutura edificada/estrutura ecológica.* Covilhã, Universidade da Beira Interior. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, 2009

BRANDÃO, Mariana. *Pousadas de Portugal - Três Estudos de Caso: Pousada de D.Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro.* Porto, Faculdade de letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, 2001

BRITO, Margarida Acciaiuolli de. *Os Anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes: “Restauração” e “Celebração”.* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento, 1991

CORREIA, Gonçalo. *Estudo de Casos - Gestão de Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos.* Porto, Faculdade de Engenharia do Porto. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, 2009

SILVA, Carla Liliana. *Metodologias de Gestão de Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos.* Porto, Faculdade de Engenharia do Porto. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, 2008

SIMÕES, António Jorge. *A reconversão de edifícios não habitacionais, para uma (nova) função residencial no âmbito da reabilitação urbana.* Estudo de casos exemplares no Porto, Universidade de Engenharia do Porto. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, 2009

VELHO, Sara. *O efeito dos espaços verdes no conforto bioclimático - Os Jardins de Serralves,* Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação e Ordenamento do Território, 2012

VENDA, Cátia Filipa. *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património.* Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico. Dissertação de mestrado em Arquitectura, 2008

Sítios consultados na Internet

Manual para actividades ambientais

<http://www.scribd.com/doc/80401650/3/EVOLUCAO-DA-QUESTAO-AMBIENTAL-NO-MUNDO-E-NO-BRASIL> (acedido Maio 2013)

VI Congresso Português de Sociologia

<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/256.pdf> (acedido Setembro 2013)

Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património

<http://aprupp.org/about/> (acedido Agosto 2013)

Câmara Municipal de Barcelos

<http://www.cm-barcelos.pt/> (acedido em Outubro 2013)

Legislação consultada

LEI DE BASES DO AMBIENTE n.º11/87 de 7 de Abril - artigo 5.º, Novo Regime da Reabilitação Urbana

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto - artigo 20.º, Regime das áreas integradas em REN

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março - artigo 22.º, Utilização de áreas da RAN para outros fins

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro - artigo 10.º; 11.º e 22.º, Noção de leito, seus limites; Noção de margem, sua largura; Zonas ameaçadas pelo mar

Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

<http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/0/90edf6fa5047cc51802570ff00603e19?OpenDocument>

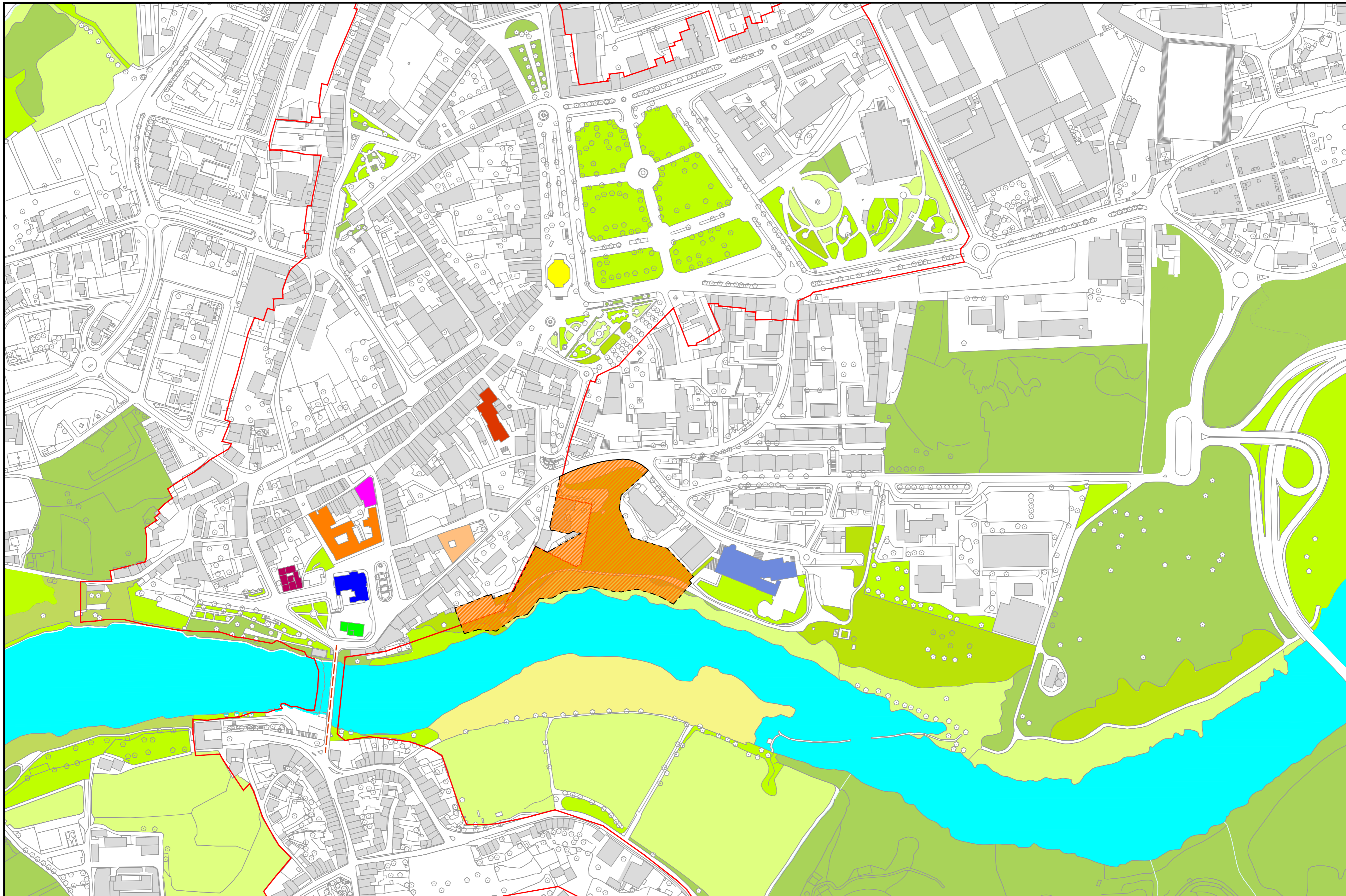


UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Índice de peças desenhadas

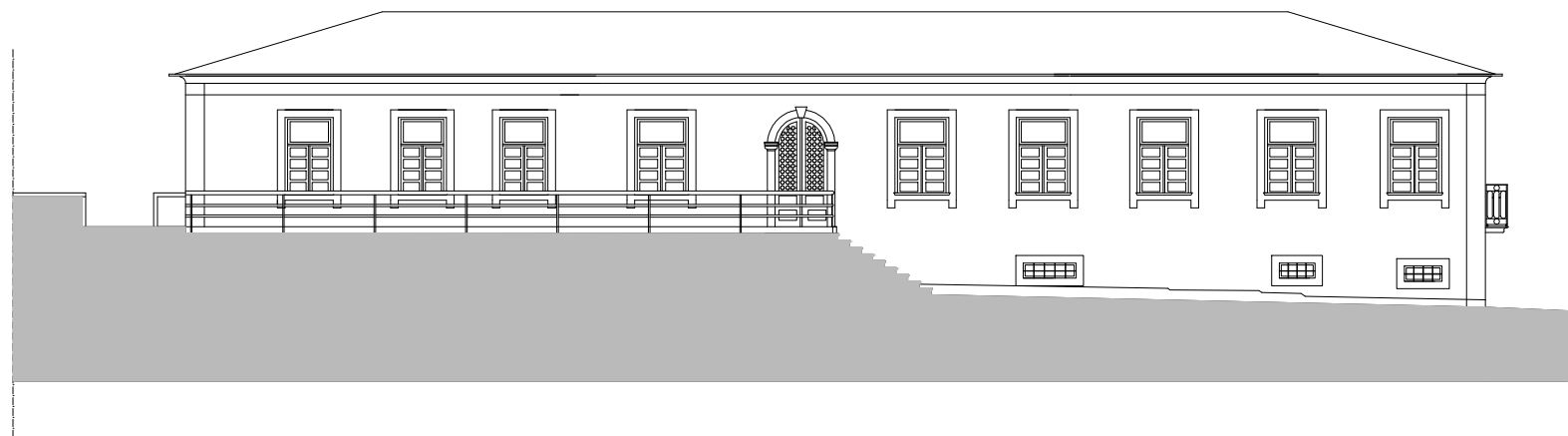
- Desenho nº 01 | Planta do existente [1:2500]
- Desenho nº 02 | Planta de implantação do existente [1:500]
- Desenho nº 03 | Alçados do edifício a reabilitar [1:200]
- Desenho nº 04 | Planta da implantação da proposta [1:500]
- Desenho nº 05 | Planta do piso 0 da Pousada [1:100]
- Desenho nº 06 | Planta do 1º piso da Pousada [1:100]
- Desenho nº 07 | Planta do piso 2 da Pousada [1:100]
- Desenho nº 08 | Planta de Estacionamento [1:200]
- Desenhos nº 09 e 10 | Alçados [1:100]
- Desenhos nº 11 e 12 | Cortes [1:100]
- Desenho nº 13 | Plantas e Alçados da Sobreposição [1:200]
- Desenho nº 14 | Cortes do Terreno [1:500]

Covilhã, Outubro de 2013



- Zona de intervenção
- Solar dos Pinheiros
- Teatro Gil Vicente
- Piscinas Municipais
- Ponte Medieval
- Igreja Matriz
- Igreja Senhor Da Cruz
- Castelo de Barcelos
- Câmara Municipal
- Biblioteca Municipal
- Local: Barcelos

UBI - DECA Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura 2012 2013		
INTERVENÇÃO NA ZONA RIBEIRINHA POUSADA DE BARCELOS		Orientador : Prof. Doutor José Neves Dias Discente : Andreia Filipa Cardoso Enes
Local: Barcelos		Designação: Planta do existente
Data: Outubro 13 Escala: 1:2500		01



UBI - DECA Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura 2012 | 2013

INTERVENÇÃO NA ZONA RIBEIRINHA | Pousada de Barcelos
Local: Barcelos

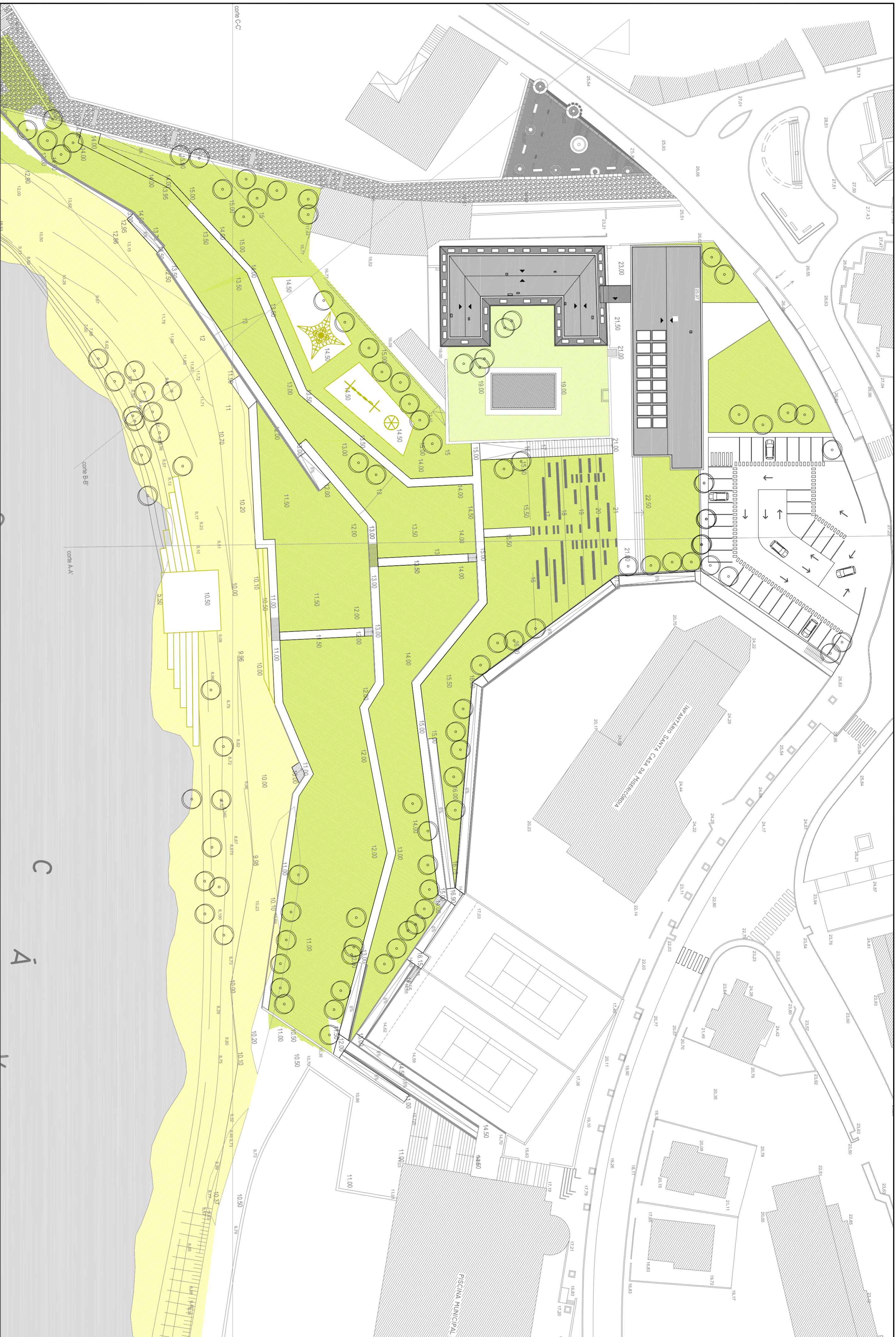
Designação:
Alçados do edifício a reabilitar

Orientador : Prof. Doutor José Neves Dias
Discente : Andreia Filipa Cardoso Enes


Data: Outubro | 13
Escala: 1.200

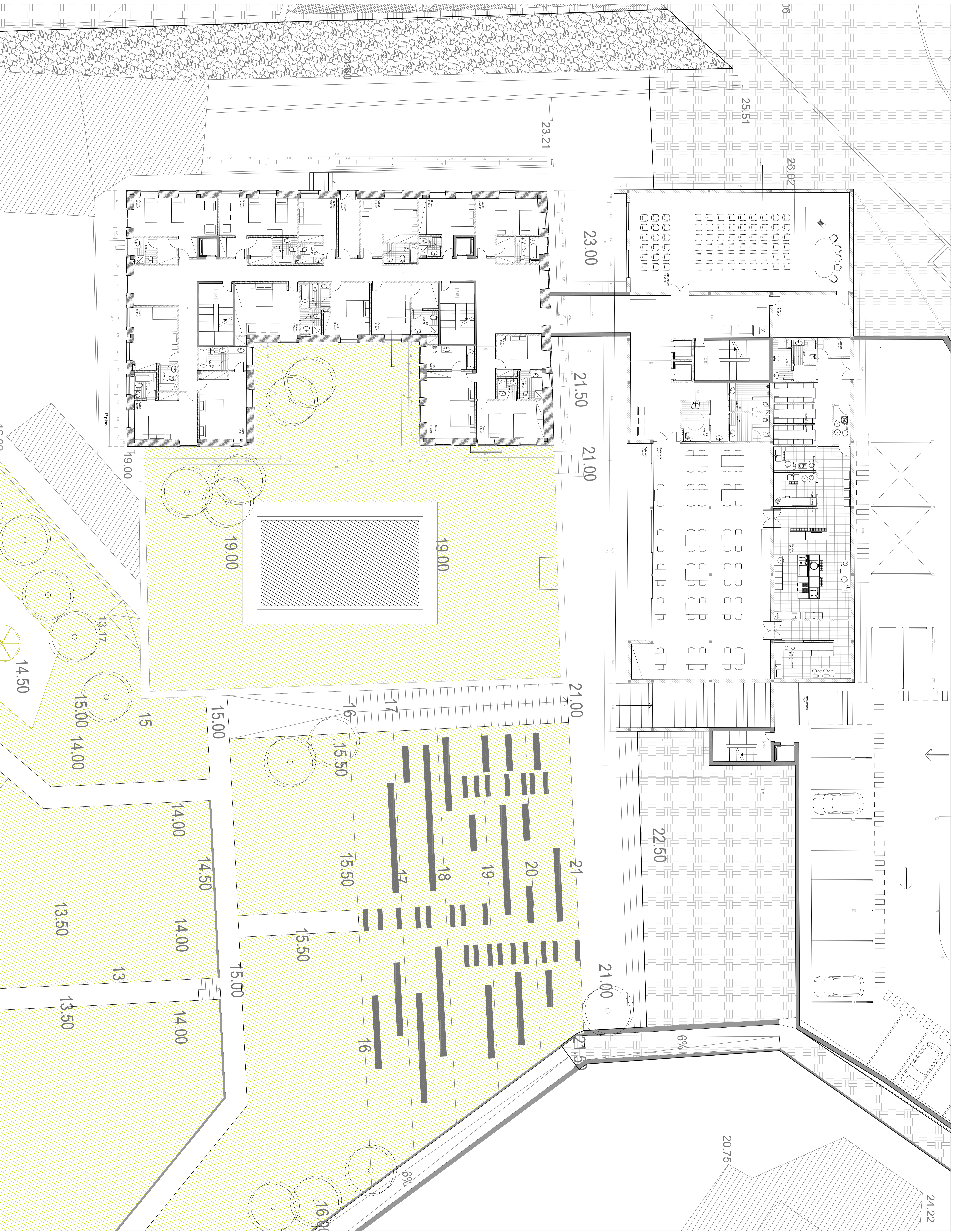
Desenho Nº

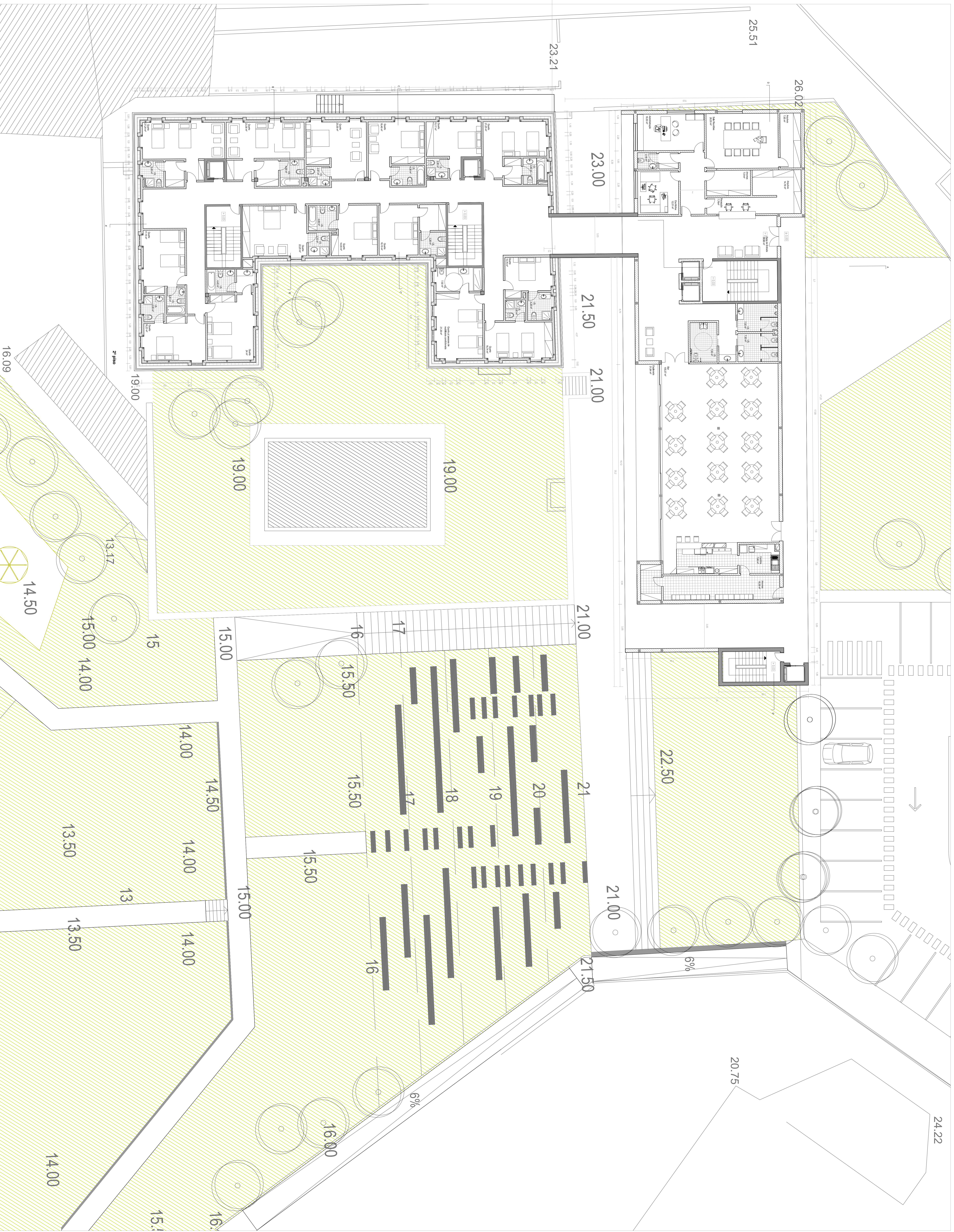
03



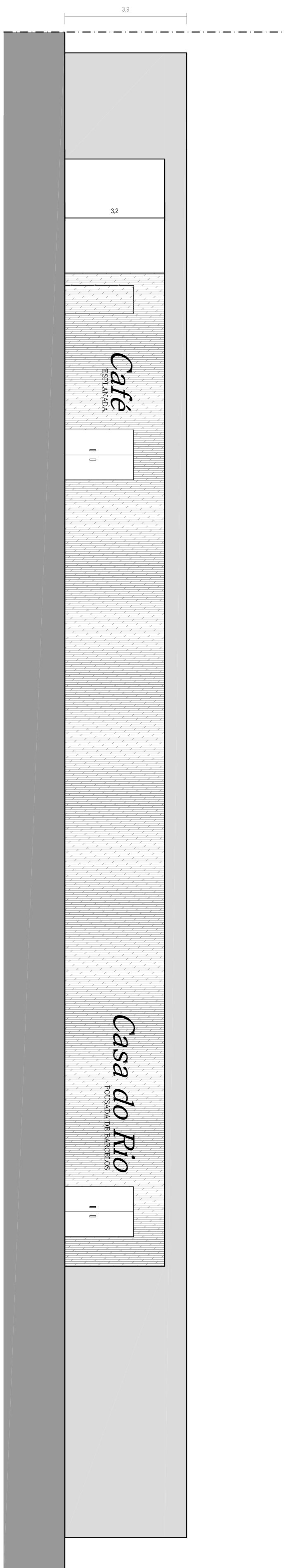
C
A

UBI - DECA Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura 2012 2013		
INTERVENÇÃO NA ZONA RIBERINHA POUSSADA DE BARCELÓS Local: Barcelós Designação: Planta de Implantação da Proposta		
Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias Docente: Andréia Filipa Cardoso Fins Data: Outubro 13 Escala: 1:500	Desenho nº 04	

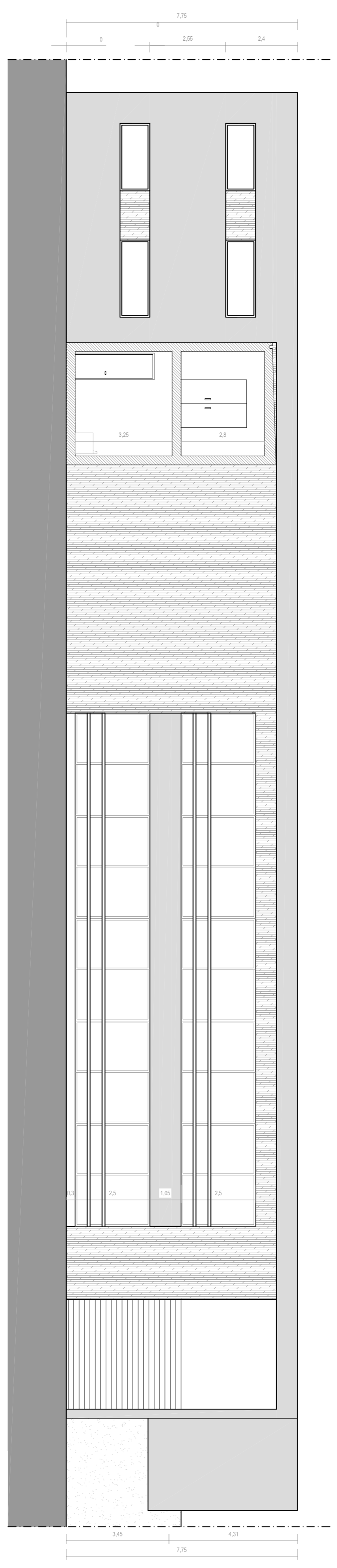




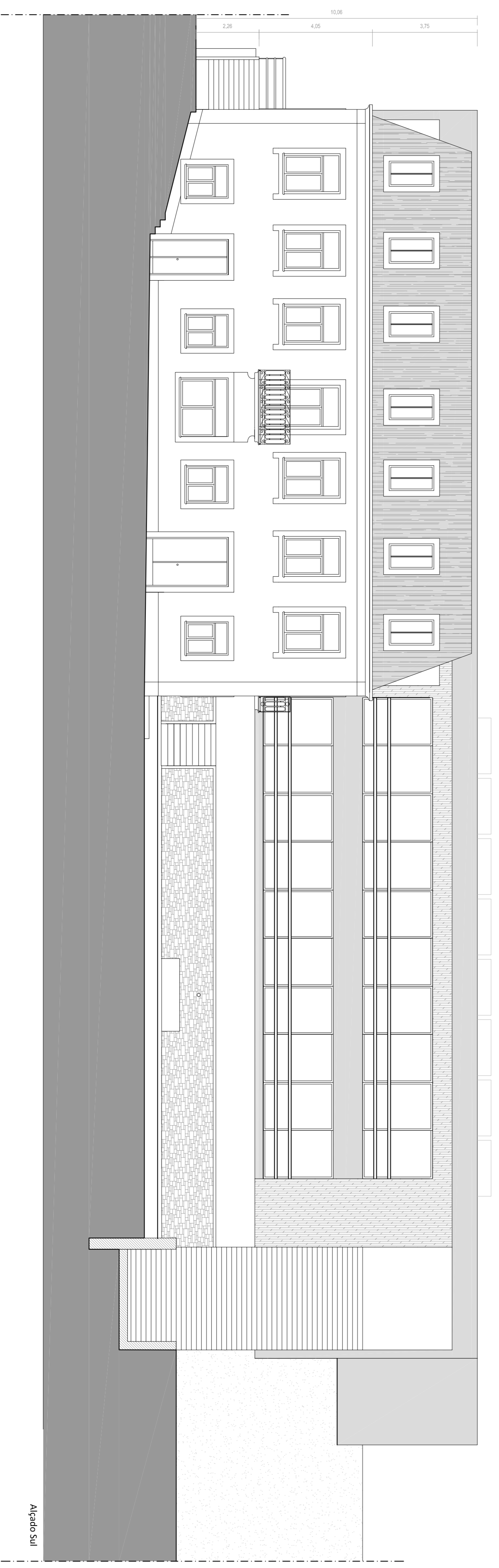
UBI - DECA Desenvolvido para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura 2012/2013
 TÍTULO DE GRADUAÇÃO: LICENCIATURA EM ARQUITETURA
 Local: São Paulo
 Disciplina: Desenho II
 Número do 2º Piso da Residência



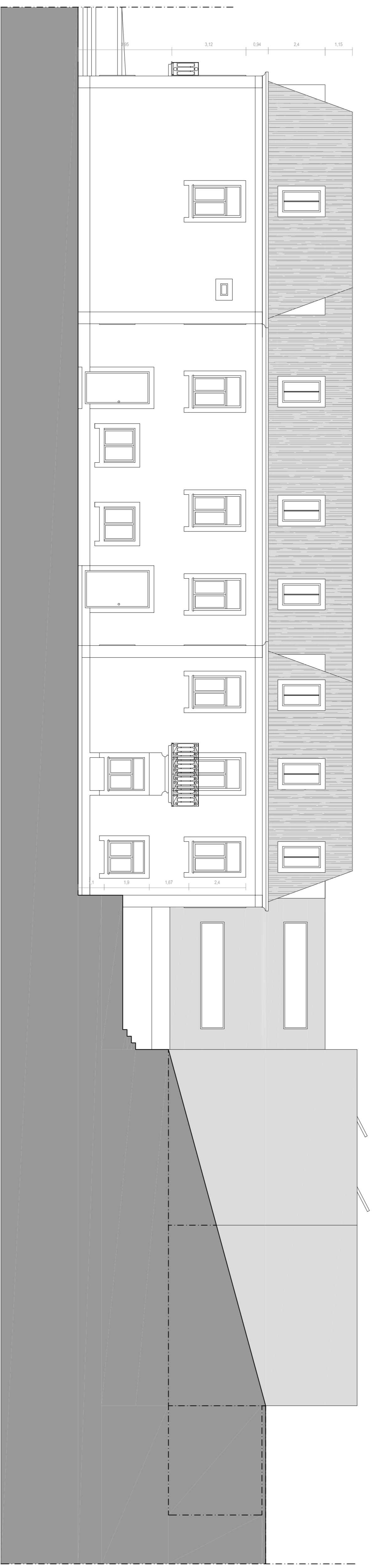
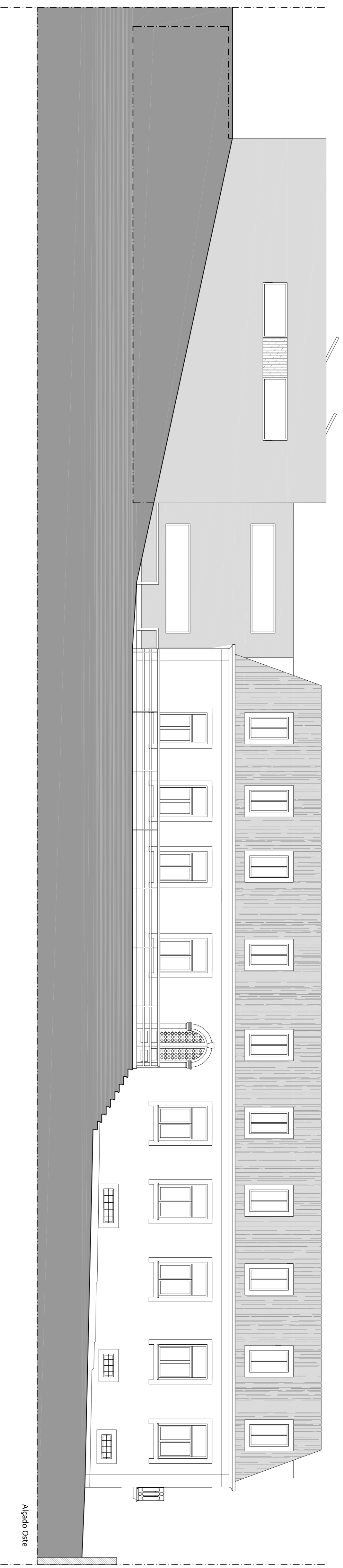
Alçado Norte

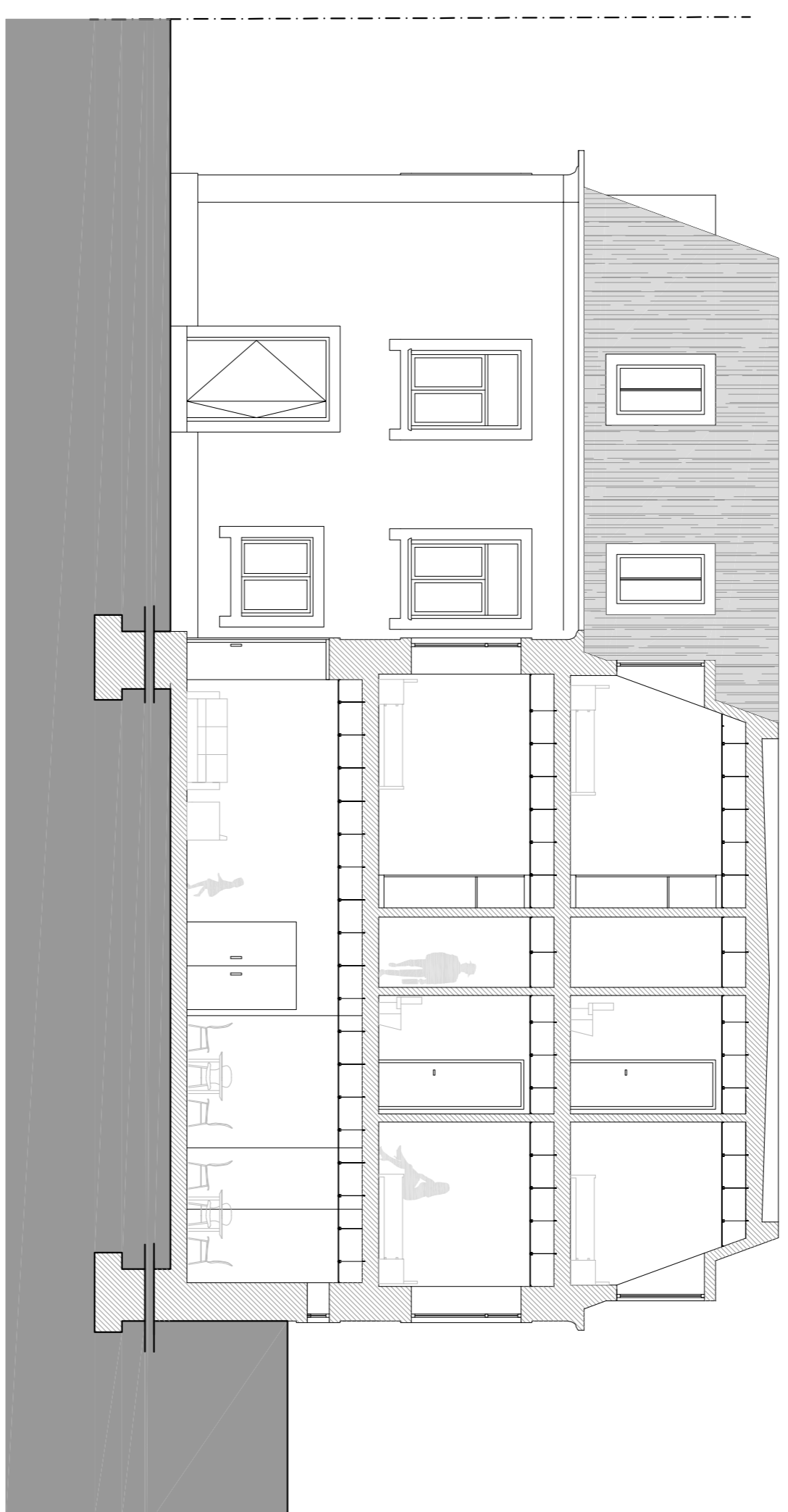


Alçado Sul Edifício Novo

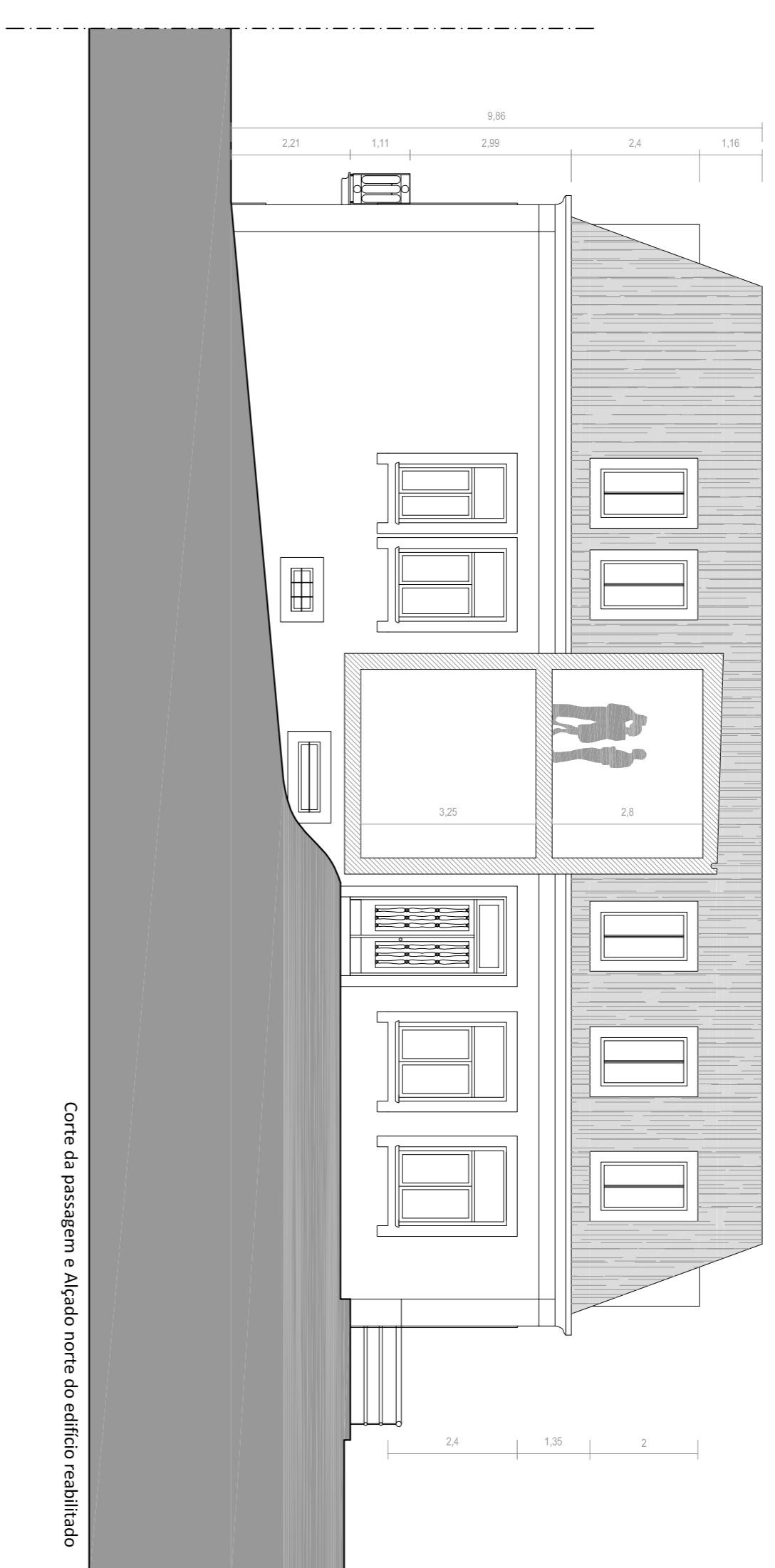


Alçado Sul

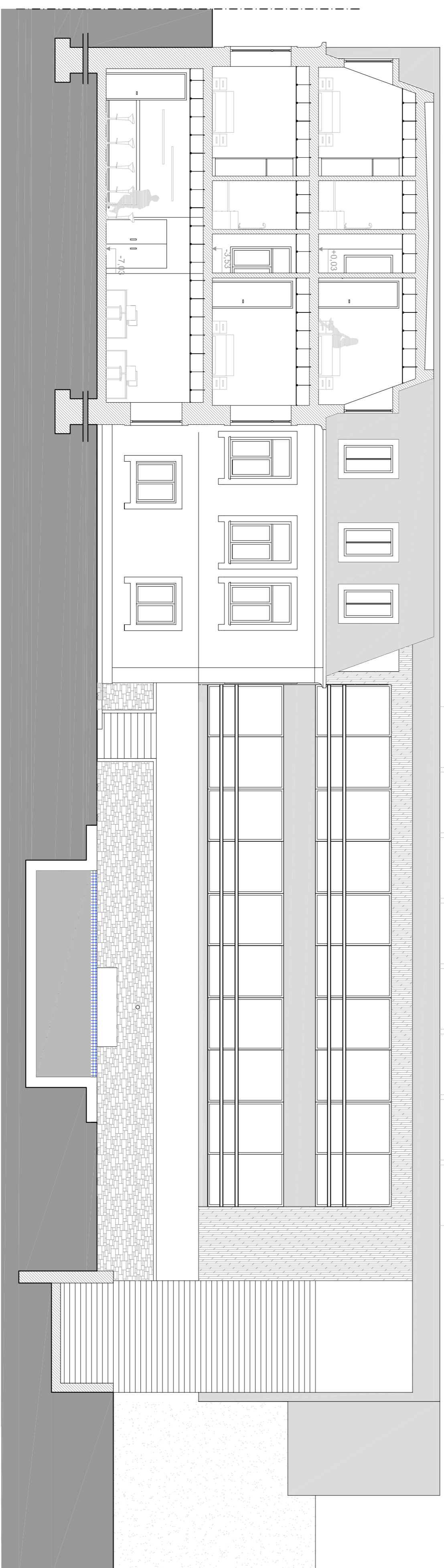




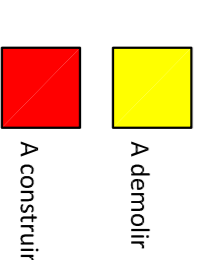
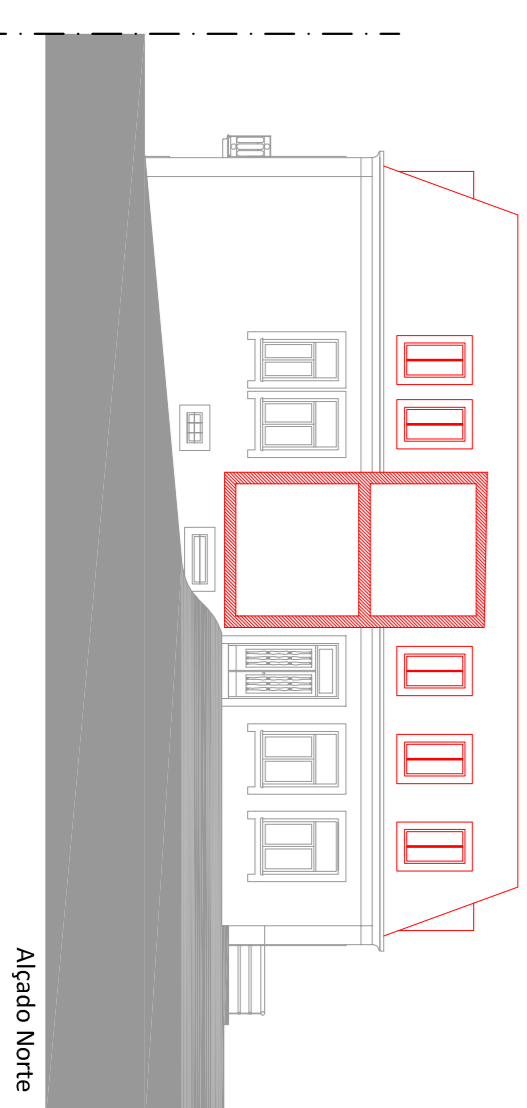
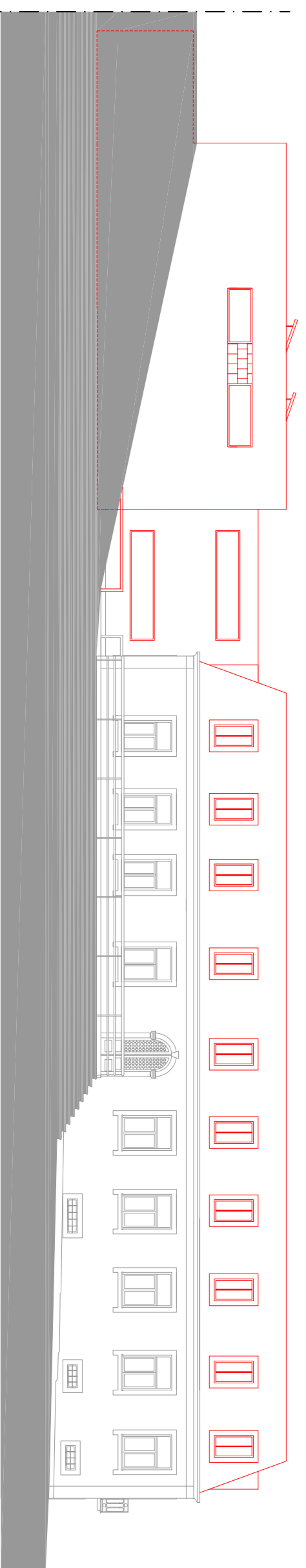
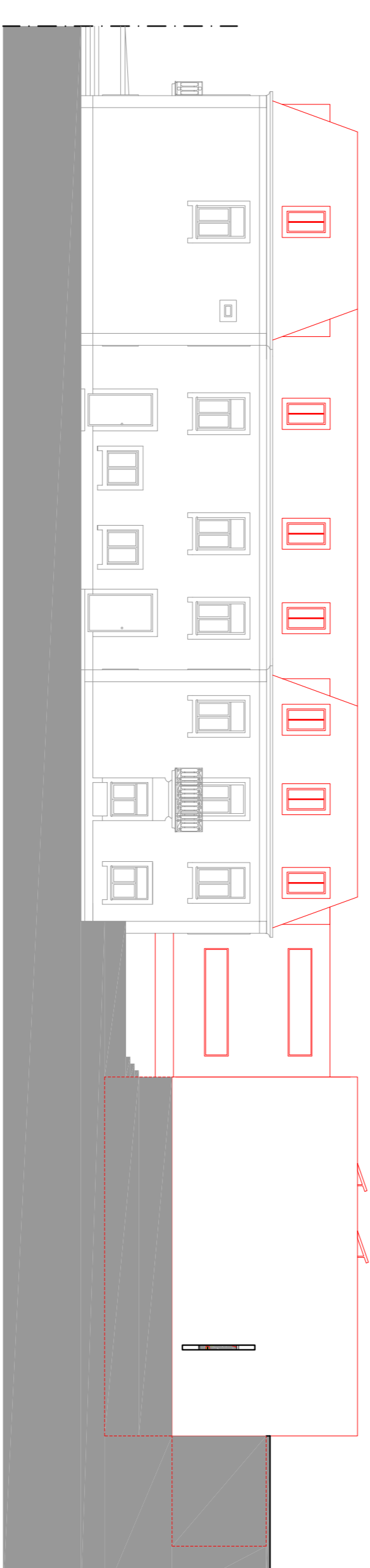
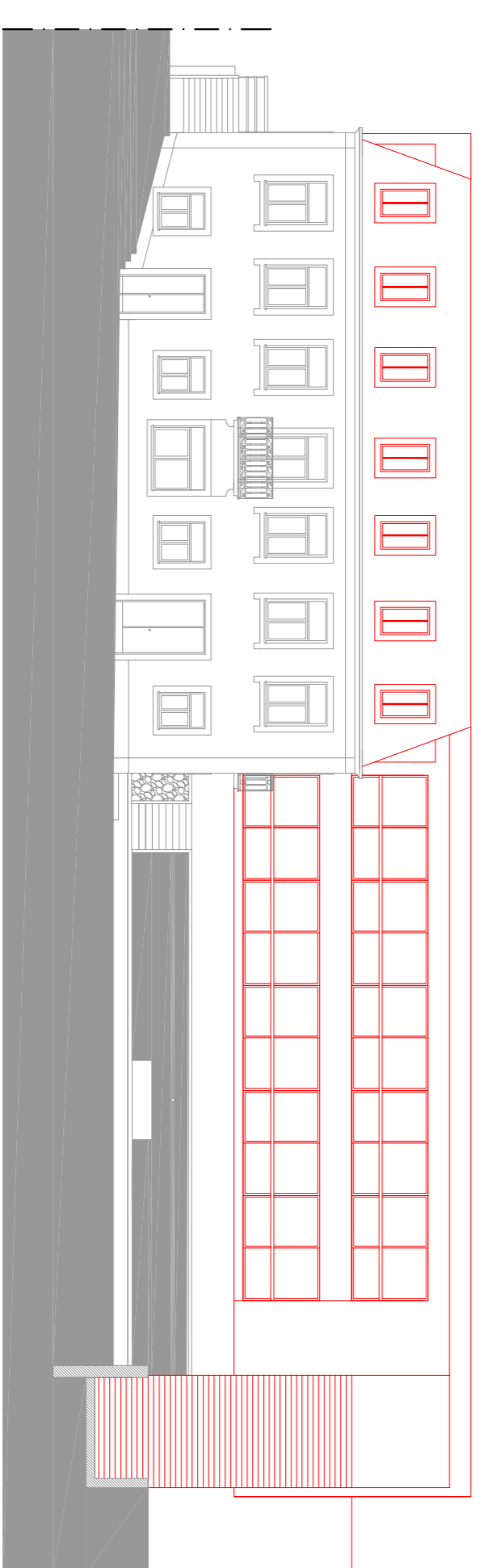
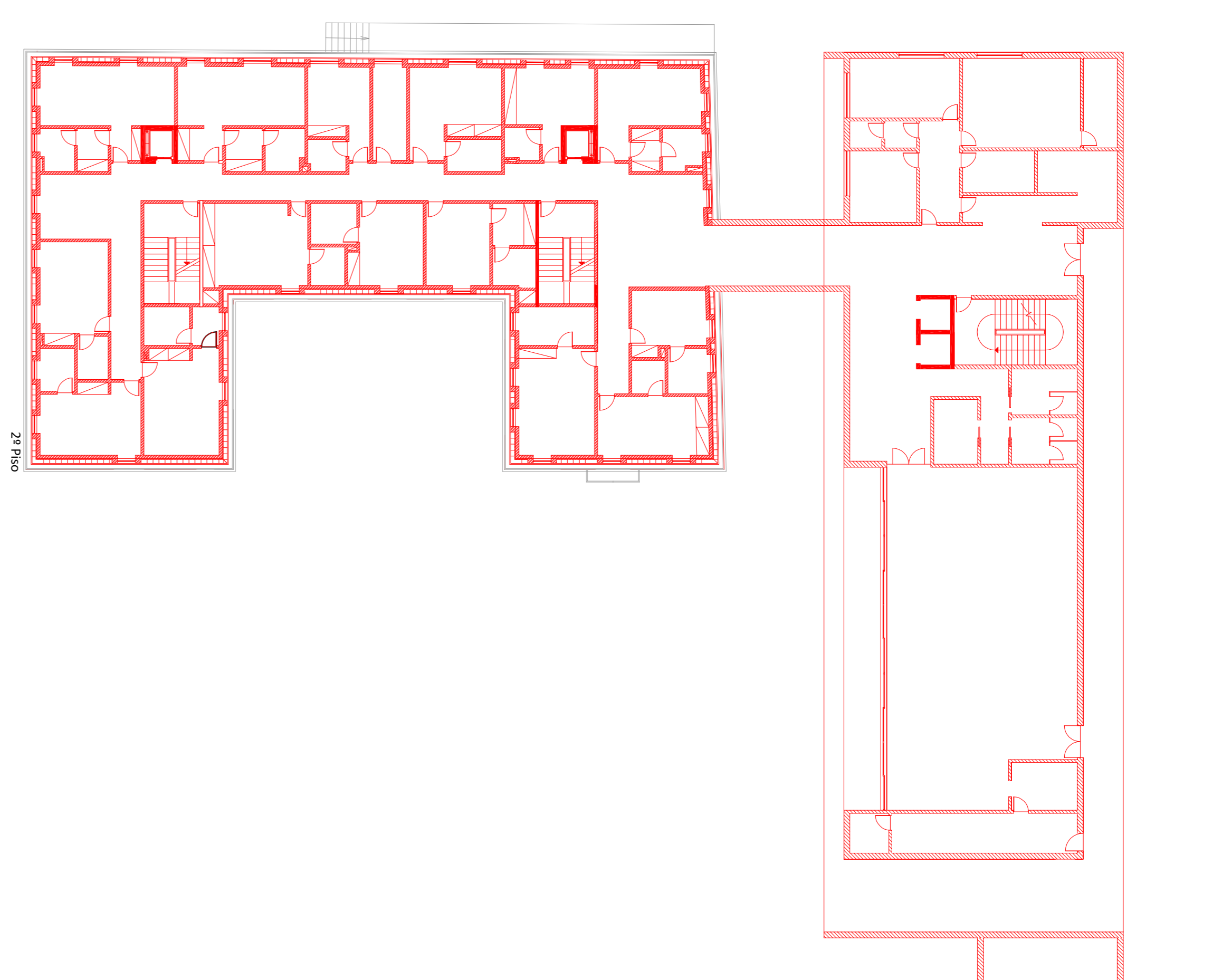
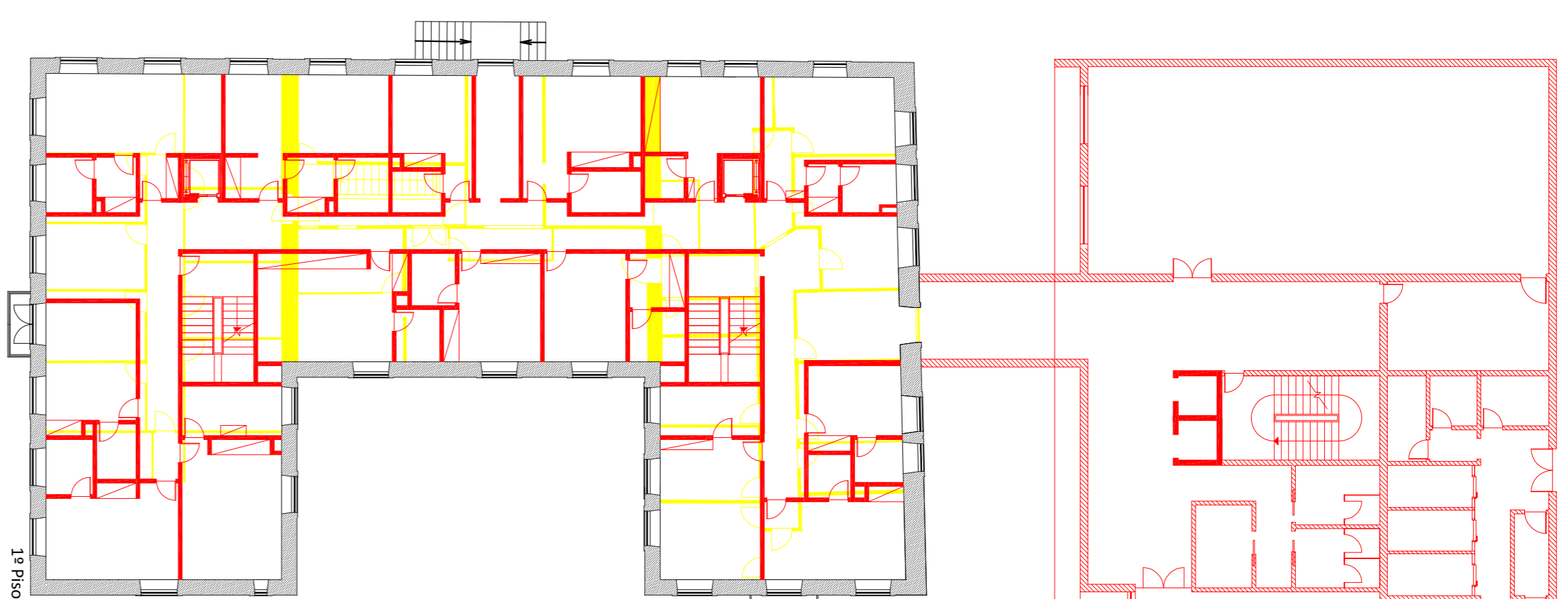
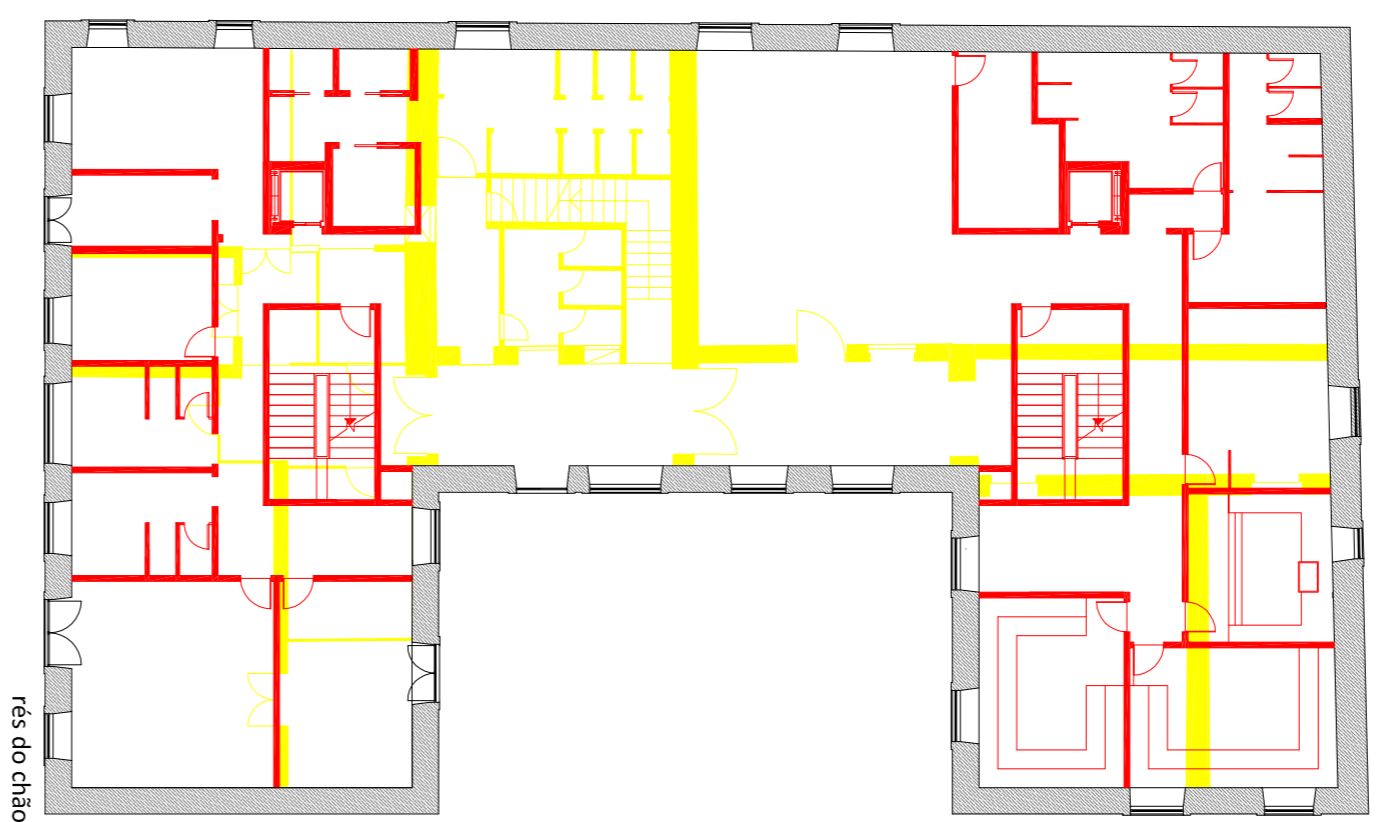
Corte B - B



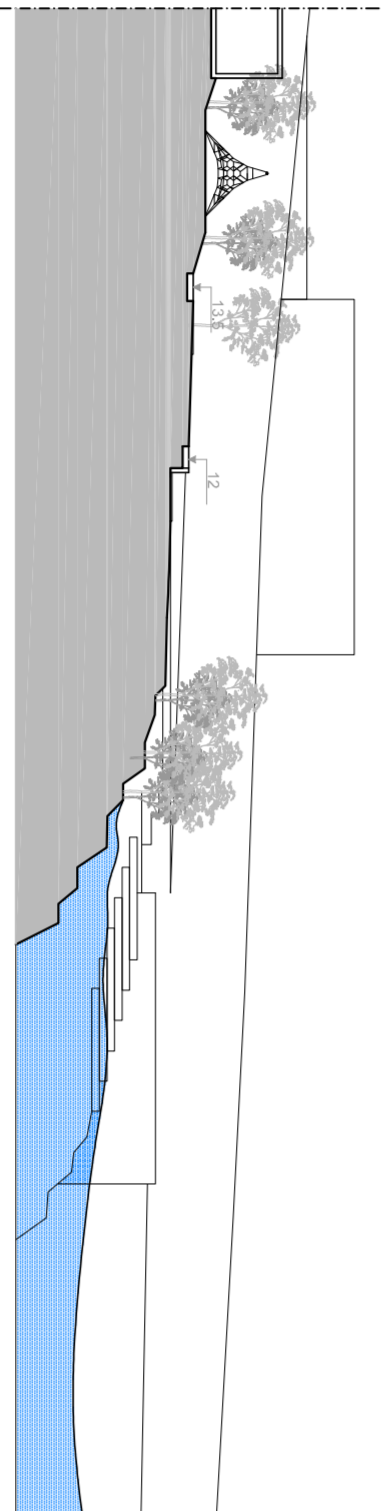
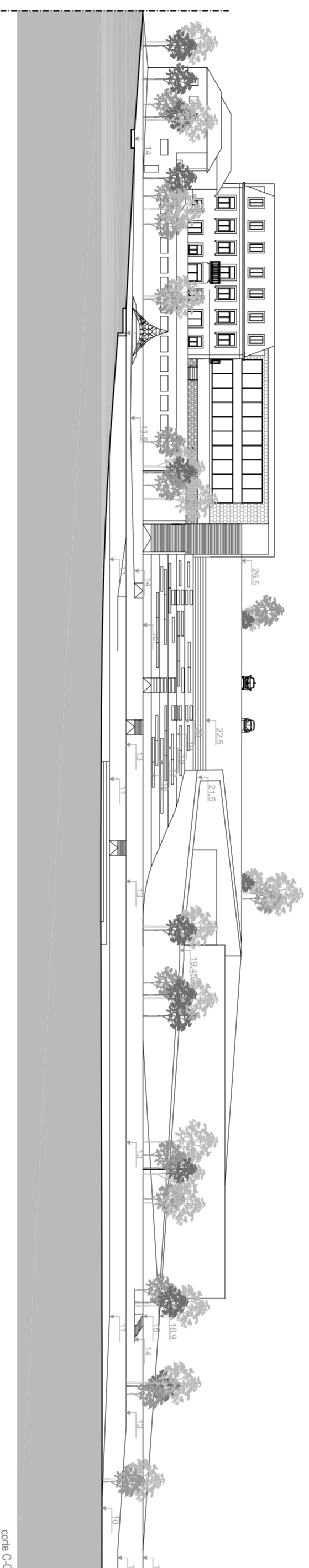
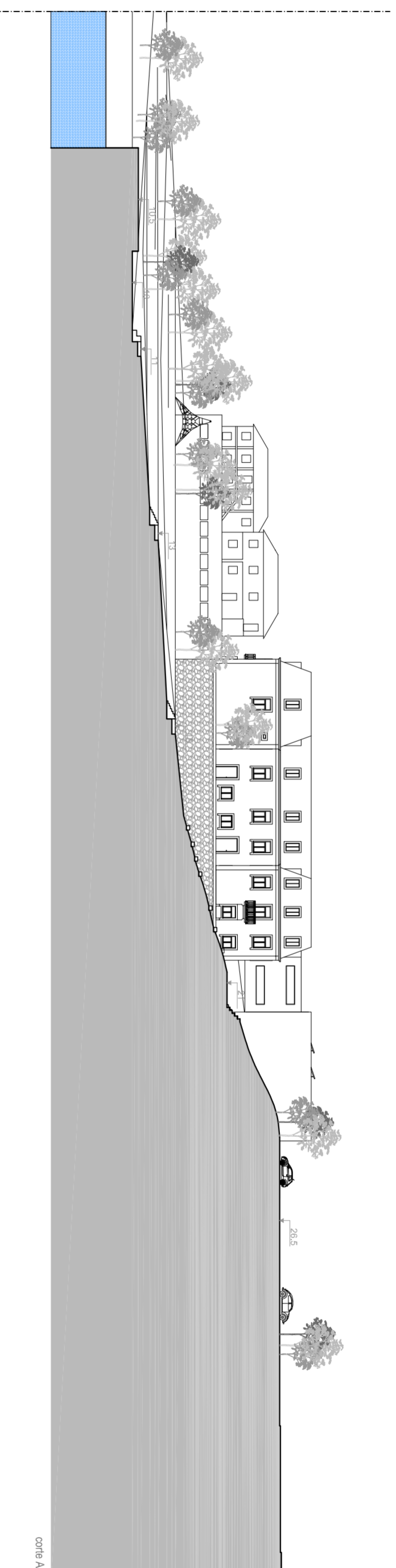
Corte da passagem e Alçado norte do edifício estabilizado



Corte C - C



UBI - DECA Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura 2012 | 2013
 INTERVENÇÃO NA ZONA RIBERINHA | POUSSADA DE BARCELÓS
 Local: Barcelós
 Designação: Planos e alçados de sobreposição
 Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias
 Docente: Andreia Filipa Cardoso Faria
 Ano: Outubro 13
 Escala: 1:200



UBI - DECA Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura 2012 2013	
INTERVENÇÃO NA ZONA RIBERINHA POUSADA DE BARCELLOS	
Local : Barcelos	
Designação:	
Orientador : Prof. Doutor José Neves Dias	Desenho Nº
Discente : Andriela Filipa Cardoso Fins	14
Data: Outubro 13	
Escala : 1:500	